

“Não concordo
com uma só palavra
do que dizes mas
defenderei até a morte
o teu direito de dizê-lo”

VOLTAIRE



JORNAL DE DEBATES

FUNDADO EM 1946 POR MATTOS PIMENTA, PLÍNIO CATANHEDE E MÁRIO DE BRITO

Diretor: Mattos Pimenta

Rio de Janeiro, 9 de Fevereiro a 15 de Fevereiro de 1976

Ano XXX N.º 3

Cr\$ 5,00

Todas as cartas dos leitores

Mattos Pimenta

responde a **Gustavo Corção**

João Antônio

escreve sobre

Sérgio Milliet

Paulo Pontes

fala de Gota d'Água

Carlos Castello Branco

e o silêncio de fevereiro

Irineu Guimarães

analisa a distensão no Saara

CARTAS

O governo deve investir em educação e esquecer a Funarte. As artes só precisam do patrocínio do público pagante.

☆ Senhor Redator:

Sou gaúcho, estudante de literatura, na nossa universidade. Apesar do trauma que nos deixou a inesperada e injusta morte do nosso Érico Veríssimo, animo-me a lhe escrever esta carta. É que estou duplamente perplexo. Com aquela morte, que priva a nossa literatura de um de seus grandes expoentes, e com a notícia divulgada pelos jornais aqui de Porto Alegre, sobre a criação de um organismo estatal para tutelar, no Brasil, a cultura. Refiro-me à Funarte, criada a *recém*, como dizemos meio espanholizadamente. Com esse novo organismo, vamos ter o mecenato estatal. Precisam as artes de um Mecenaz? Esta a pergunta que me angustia. Sou contra. É o simples motivo de saber que quem paga a conta é quem manda. Então, embora até possa não ser essa a intenção do governo, a verdade é que a proteção do Estado às atividades intelectuais acaba degenerando em

manipulação da inteligência e da cultura. E esse me parece constituir o grande perigo. Um perigo que merece advertência. Sabemos, porque os fatos nos ensinam, que a grande característica da inteligência é ser antes de mais nada uma atividade crítica. Para tanto, há de ser uma atividade exercida em clima de liberdade, sem que nenhum condicionamento pese sobre ela. Todo mecenato é uma espécie de condicionamento, queira ou não o Mecenaz. Ele é como aquele rei da mitologia que imprime sua marca no que toca. Se há necessidade de um mecenato, esse não pode ser outro senão o público. Comprando livros, comprando quadros, indo a concertos, vendo filmes, frequentando teatro, o público paga o artista pelo seu trabalho, sem lhe impor nenhuma limitação. É desse patrocínio que precisamos no Brasil, para que a crise cultural em que vivemos seja efetivamente eliminada. O senhor vai me dizer, que nas sociedades modernas, o consumismo também impõe suas regras à criação artística. Certo. Há uma criação artística para o mercado, mas, essa não é a dos grandes artistas que são, antes de tudo, seres inconformados com sua época. E a eles o público também ampara porque ninguém prescinde das verdades que a arte proclama ou nos ajuda a descobrir e ver. Penso, assim, que em vez de criar fundos como o Funarte, andaria mais certo o governo se investisse mais em educação, de forma a elevar o padrão mental do nosso povo, tornando-o consumidor efetivo de cultura. É disso que precisamos: viver num país em que o público mantenha a arte, e não o Estado.

Alfredo Mesquita de Carvalho
Porto Alegre

Pablo Picasso faltou ao seu dever de pai, ao deserdar os filhos naturais. Comportou-se como um bom burguês.

☆ Senhor Redator:

Sempre tive pelos homens de gênio admiração incondicional, talvez um pouco romântica, mas, de qualquer forma, admiração que os coloca no nível em que outros colocam seus deuses. Por isso mesmo, minha grande paixão é a leitura de biografias. Maravilho-me com elas. Considero-as essenciais mesmo à formação de todo ser humano, por mais humilde que seja. E

bom saber sempre como viveram ou vivem os que saíram de série e alcançaram as grandes cumeadas da inteligência. Um desses homens que me siderou foi Picasso. Onde havia uma reprodução de um quadro seu, lá estavam perdidos de veneração os meus pobres olhos de miolo. Muitas vezes privei-me de alegrias naturais da vida, para comprar um livro sobre ele, o maior pintor deste século. Picasso morreu. Foi como se tivesse perdido um amigo de todas as horas e de sempre. Chorei por dentro. Andei muito tempo jururu, macambúzio. Mas aí, começaram nos jornais as notícias que me desorientaram. Picasso havia deixado cinco filhos. Dois legítimos e três naturais. Emprego essa palavra com certa repugnância, porque para mim todos os filhos são legitimamente naturais. Como distinguir com uma anátema quem não pediu para nascer? E nos tempos de hoje... Bem, Picasso deixou também uma fortuna colossal — uma herança de um bilhão e meio de dólares, sendo que dessa herança, 600 milhões em dinheiro. Em virtude de trato que ele mesmo fez com o governo francês, ao qual doou quadros de alta valia, sua herança ficou isenta de impostos — limpa e livre. Mas Picasso, que teve esse cuidado, não deixou um níquel para os seus filhos ilegítimos. Renegou-os na sua partilha, apesar da lei francesa permitir a doação de um terço da herança a filhos naturais. Ora, Picasso não foi só um pintor de gênio. Também foi comunista e sua posição ideológica influiu muito no seu renome. Como entender que um homem que tinha essa posição política, agisse como ele agiu em relação a seres nascidos de seu próprio sangue? Onde, senão o dever de pai, os deveres de solidariedade humana do comunista Pablo Picasso? Ou ele foi apenas um farsante? Um pai burguês não faria o que fez esse pai comunista. Picasso é um grande pintor, mas um homem — vejo agora — mesquinho, ordinário. Eu quase diria um pulha. Com três de seus filhos ele fez uma *Guernica* particular: massacrou-os. Quem pintaria esse quadro — Dom Pablo renegando suas próprias criaturas geradas de sua carne e de seu sangue? Não que eu seja a favor de heranças isentas, como quase o são no Brasil, onde o imposto que a taxa é de 1% quando na Suécia é de 80%. Não é isso o que agora me preocupa, mas a vileza de um artista que não foi um grande ser humano, como o são todos os grandes e verdadeiros artistas. Não posso perdoar Picasso. Ele não foi infame apenas com seus três filhos. Tam-

bém com homens como eu que o considerava como seu superior. Triste engano, senhor Redator. É o que lhe confessa

Adriano Marques
Porto Alegre

O Brasil importa um subproduto cultural sem restrições cambiais. Enquanto isto, o bom cinema nacional está morrendo.

☆ Senhor Redator

Há um decênio o cinema nacional viveu uma fase de notável expansão criadora. Depois, minuiu. Não quero aqui discutir as causas e motivos desse definhamento. Minha preocupação é outra. Gastamos, meu caro senhor, US\$ 25 milhões, por ano, importando filmes estrangeiros, em geral de segunda ou terceira classe. Filmes que nada acrescentam à cultura popular, que nem sequer são bons passatempos. Mas eles queimam US\$ 25 milhões, agravando desnecessariamente a nossa situação cambial e desservindo à cultura nacional. Eu gostaria de saber porque não recai nenhuma restrição sobre essa inútil, senão que perniciosamente, importação de um subproduto cultural, quando o governo apressou-se em elevar o dólar do livro estrangeiro de que carecem o estudante e o técnico brasileiro para aperfeiçoar seus conhecimentos. O senhor poderia responder essa pergunta?

Mariano Furguini
São Paulo

Em seis horas, nas curvas da estrada de Santos, gastamos mais de 600 mil dólares em divisas. Parece até que petróleo é barato.

☆ Senhor Redator:

No ano passado os Estados Unidos, que produzem 80% do petróleo que consomem, reduziram de 15% o consumo do famoso *ouro negro*. Nós, que produzimos apenas 20%, não vimos adotada nenhuma política visando economia desse combustível. Continuamos queimando gasolina a torto e a direito e, para este ano de 1976, que se prenuncia tão duro basta ver o impulso que recebeu o custo de vida nos primeiros dias de janeiro —, admite-se que continue o esbanjamento, pois outra coisa não deve signifi-

car a declaração do ministro Shigeaki Ueki, segundo a qual as importações de petróleo em 1976 serão mantidas no mesmo nível de 1975. Por causa desse esbanjamento, já fomos esbarrar nos "contratos de risco". Se o deixarmos desenfreado, como até agora, não posso imaginar o que venha a ocorrer na nossa já ultrabalancada balança de pagamentos. O começo do ano exibiu uma prova do nosso desperdício petrolífero, se assim posso dizer. Refiro-me ao espetáculo de desfile de carros ao longo da estrada que liga São Paulo a Santos. 135 mil carros deslizaram por essa rodovia. O itinerário consome normalmente hora e meia. Mas houve um colossal engarrafamento, e aqueles 135 mil carros acabaram fazendo-o em seis horas. Só nessa estrada, nesse dia, deve ter ocorrido um consumo de gasolina de seis milhões de litros, equivalentes a um dispêndio de divisas da ordem de US\$600 mil. Uma viagem que, em vez de hora e meia, dura seis horas, deixa de ser motivo de prazer, para se transformar num inferno. E esse inferno rodoviário custou muito dinheiro ao país. Mas esse festival de desperdício não encontra um freio. Vários países estão impondo limitações à vertigem automobilística: limitam a movimentação de carros particulares em dias úteis e praticamente as proíbem aos domingos e feriados. Na América do Sul, o Peru, que é produtor de petróleo, é um dos países que adotaram essas restrições, visando a melhoria do seu balanço de pagamentos, onde há um déficit de US\$ 30 milhões. Mas nós não seguimos o exemplo de nenhum deles. Os carros rodam à vontade e, o que é pior, a indústria automobilística continua produzindo veículos dotados de alta capacidade de consumo. Oferecendo ao público carros com motores de potência cada vez mais alta, estão pondo nas ruas insaciáveis devoradores de gasolina, quando, na Alemanha, já há Mercedes que queimam óleo como combustível. Tenho um amigo que, esta semana, para ir a Cabo Frio e voltar — ir do Rio e voltar ao Rio —, teve de gastar só de gasolina Cr\$ 500, tão alto é o consumo de seu carro. O governo acha que medidas restritivas de consumo de gasolina deformam nossa imagem no exterior. Mas as dificuldades do nosso balanço de pagamentos, internacionalmente reconhecidas, não a deformam? Que forças estão por trás desse farisaísmo automobilístico?

Enéias Ferreira
São Paulo

JORNAL DE DEBATES
Fundadores

Mattos Pimenta
Plínio Catanhede
Mário de Brito
Fundado em 1946

Diretores

Mattos Pimenta (1946/1952)
Plínio Catanhede (1946/1952)
Mário de Brito (1946/1948)
Rafael Correa de Oliveira (1948/1950)
Osório Borba (1948/1949)
Gentil Fernando de Castro (1947/1953)
Marcus Pereira (1955)
Rubens Paiva (1955)
Limeira Tejo (1973/1974)

Diretor

Mattos Pimenta

Redator-Chefe

Cícero Sandroni

Secretário de Redação

José Eduardo Lampreia

Colaboradores

Maria Verônica da Silva
Guedes
Penha Murat do Pillar

Produção Gráfica

Sheila Santos

Diagramação

Ângela Monteiro

Revisão

Edson Rodrigues
Domingos Xisto
Jó Marques

Redação e Administração: Av. Rio Branco 156, sala 1222. Telefone 242-7395

Impressão — Arca Editora e Gráfica S.A. — Rua Equador 702.

Rio de Janeiro, RJ. Tel: 223-1715

Distribuição: Superbancas Distribuidora de Jornais, Livros e Revistas Ltda. — Rua do Resende, 18. Rio de Janeiro, RJ. Publicação da Editora Crítica Ltda.

Diretor Responsável
Cícero Sandroni

ASSINATURAS
Nacional

- ☐ anual Cr\$ 250,00
☐ semestral Cr\$ 125,00

Exterior

- ☐ anual US\$ 60
☐ semestral US\$ 30

Nome

.....

.....

Endereço

.....

.....

CEP

.....

Cidade

.....

Estado

.....

Cheques ou vale postal a favor de **Jornal de Debates**

CARTAS



A ambigüidade política de Getúlio era fundamentalmente orgânica. A criação de dois partidos, o PSD e o PTB, um conservador e o outro popular, foi resultado dessa ambigüidade. Ele jamais conseguiu superar a contradição entre o espírito libertário e a ação liberticida.

☆ Senhor Diretor:

Desejo antes de tudo felicitar pela iniciativa de relançamento do *Jornal de Debates* que assumindo nos anos 40 a defesa das causas nacionalistas, que têm seu grande símbolo na legenda "o petróleo é nosso", prestou ao Brasil serviços que só o mais acendrado patriotismo poderia inspirar. Mas não se limitou o *Jornal de Debates* à defesa intrêmula das riquezas do nosso subsolo e à pregação de que o desenvolvimento nacional deve contemplar antes e acima de tudo o bem-estar social dos brasileiros. Também se constituiu em lição permanente de tolerância, consoante a frase de Voltaire que ainda hoje encima o seu cabeçalho. Nenhuma grande causa se impõe à consciência de um povo, se os que por ela batalham não admitirem o diálogo amplo com os seus adversários. Há uma frase de um grande pensador alemão, que teve aliás influência salutar na cultura brasileira, segundo a qual uma idéia só é realmente vitoriosa na medida em que um grande erro combate por ela. Com isto quis ele dizer que as convicções de alguns homens só se impõem aos outros homens depois que passam justa e precisamente pelo crivo do diálogo, única força capaz de rasgar caminho à verdade, caminho aberto pelo consentimento racional.

Vejo que ao retornar à circulação, o *Jornal de Debates* se mantém fiel ao princípio que o norteou desde a sua origem – ao servir a uma causa, como a da efetiva emancipação nacional, não atua como um veículo de fanatismos, mas como um instrumento de conquista de lucidez. E sem lucidez nada é possível. Já está na Bíblia: "Maldito o que faz o cego errar em seu caminho..." A finalidade de uma publicação como o *Jornal de Debates* outra não é senão a de, através do diálogo e do confronto das idéias, curar a cegueira mental e, assim, evitar que falsos condutores guiem os homens pelos caminhos equivocados aos quais se refere, na sua santa sabedoria, o Livro dos Livros. Tomo, por isto, a liberdade de enviar-lhe esta carta, para manifestar minha discordância com a entrevista da sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto sobre os motivos que levaram seu ilustre pai, dr. Getúlio Vargas, a fundar, no Brasil, o PTB.

Antes de manifestar minhas objeções à ilustríssima senhora faço questão de frisar que presto a homenagem do meu respeito aos seus sentimentos de filha extremosa. Com isto, presto também minha reverência à memória do insigne brasileiro que foi seu saudoso pai. Mas, senhor Diretor, a história não pode ser feita com sentimentos pessoais, por mais nobres que o sejam,

como o são, no caso em questão. Ela se faz com os fatos, e à luz das idéias – não dos sentimentos e das emoções.

Disse a senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto que seu pai fundou o PTB para que ele servisse de freio à expansão comunista e ao mesmo tempo de "acicate" ao PSD, igualmente fundado pelo dr. Getúlio. Esta explicação só serve para pôr em relevo a ambigüidade que caracterizou toda a vida e a ação política do dr. Getúlio Vargas. Antes, porém, da fundação de dois partidos antagonísticos pelo mesmo homem encastelado no poder, revelar uma duplicidade de jogo político, ela reflete – insisto – a dubiedade ou as dubiedades íntimas de Vargas. E elas vinham de longe.

Getúlio Dornelles Vargas carregava consigo uma grande contradição que nunca foi capaz de superar, e que o fez oscilar, sempre, entre o espírito libertário e a ação liberticida. Um drama que vinha, por assim dizer, do berço. Uma divisão íntima, profundamente condicionada pela tragédia de 1893, a mais cruel de todas as lutas fratricidas que já ensanguentaram o Rio Grande do Sul. O velho Vargas, pai de Getúlio, era um *chimango* feroz – assim se denominavam, nos pampas, àquela época, os adeptos de Julio de Castilhos. Já os Dornelles eram *maragatos*, quer dizer, federalistas, adeptos de Gaspar da Silveira Martins, o grande líder liberal. Essa sangrenta divisão marcou o temperamento e a psicologia de Getúlio, como não podia deixar de ser.

Apesar desta divisão, Getúlio fez toda a sua carreira política dentro das hostes castilhistas, sucedendo inclusive a Borges de Medeiros, que fora o sucessor de Castilhos no governo do Rio Grande do Sul. Registraram os historiadores que, em discurso de 1908, Getúlio comparou Castilhos a Hércules, a Buda, a Napoleão e a Garibaldi. E qual a ideologia de Julio de Castilhos?

O positivismo, em sua forma mais exacerbada. Julio de Castilhos, com sua versão gaúcha do contismo, foi, no Brasil, um verdadeiro precursor do fascismo, do nazismo, em síntese: das formas autoritárias de governo. A Constituição que Castilhos elaborou para o Rio Grande do Sul, e da qual discordou até ao rompimento pessoal o seu correligionário, amigo e cunhado, Assis Brasil, era um modelo de diploma político autocrático: todo poder concentrado nas mãos do Executivo, tocando ao Legislativo quase só a função de cartório de registro das decisões do Executivo.

Foi nessa fonte espúria que Vargas se dessedentou. Posteriormente, andou se interessando por Spencer e Darwin e especialmente por Zola, seu escritor favorito. Não conseguiu, porém,

superar a influência castilhista. Quando o escritor Érico Veríssimo manifestou-lhe o seu inconformismo com o Estado Novo, a resposta de Getúlio foi esta: "Mas isto é puro castilhismo".

Em Getúlio Dornelles Vargas existia também o Dornelles, isto é, o lastro *maragato*, vale dizer: o lado libertário. Foi esse lado que pesou em algumas de suas decisões progressistas. E foi também esse lado que talvez nele tenha despertado, pela lembrança da tragédia de 1893, um certo gosto pela conciliação, o qual não era o de seu pai, general Manuel Nascimento Vargas, em cujo feudo o coronelismo não estava, como salientam os historiadores, dissociado da violência. Vê-se, aqui, que era quase orgânica, senão que fundamentalmente orgânica, a ambigüidade política de Getúlio Vargas.

A criação, por ele, de dois partidos – um conservador e outro para se opor a esse conservadorismo – responde a essa ambigüidade. Faço justiça à sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto quando afirma que Getúlio nunca usou o poder para proveito pessoal. Foi, na verdade, um governante inatacável em sua honra pessoal. Mas, talvez por efeito da formação castilhista, Getúlio amava o poder mais do que ele deve ser estimado. O poder para ele, e sua impecável correção pessoal o demonstra, não era fonte de vantagens, mas instrumento de mando. Esse, e não outro, era o seu gosto. E porque era esse o seu gosto, a volúpia em que se abrasava, homem maquiavêlamente dotado para as funções de estadista, compreendeu que precisava sempre dar uma no cravo e outra, na ferradura. Eis por que criou o PSD e o PTB. Espanta na sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, por constatar com o que nela reconhecemos como argúcia e lucidez, a assertiva de que o seu eminente pai, ao fundar o PSD, o fez para que esse partido *consolidasse* o que já havia sido feito nos campos social e econômico. Ora, é a própria filha dileta de Vargas quem diz, e diz certo, que o eleitorado do PSD era um eleitorado rural. Como, senhor Diretor, ver num partido, cuja base eleitoral era o latifúndio, possibilidades de exercer funções de *consolidador de conquistas sociais e econômicas*? A contradição, que aqui se estabelece, é excludente.

E o PTB? É exato que uma de suas funções foi servir de anteparo à expansão comunista. Esta é uma verdade por demais evidente para ser discutida. Mas o seu desempenho em nada contrabalançou o conservadorismo do PSD. E por que não funcionou como um verdadeiro partido democrático e progressista? Porque – e quem o diz é a sra. Alzira do Amaral Peixoto – "nasceu dentro do Ministério do Trabalho".

Lindolfo Collor, primeiro ministro do Trabalho, organizou o proletariado urbano brasileiro em sindicatos manipulados pelo governo – daí o chamado *peleguismo*. Por outro lado, Collor agia assim porque, além de teuto-brasileiro, era protestante. E todos sabemos que o protestantismo nega a liberdade cívica, a qual o luteranismo substitui pela *liberdade interior* – a ética de Lutero é a da obediência, da

aceitação passiva da autoridade – todos os sociólogos e pensadores contemporâneos não hesitam em apontar o protestantismo como um dos caldos de cultura do nazismo, precisamente pelo seu culto à obediência cega e a substituição da liberdade cívica pela *liberdade interior*. (Aliás, convém lembrar que Getúlio deu a um de seus ilustres filhos o nome de Lutero).

Prosseguindo: Collor montou a mecânica de castração dos sindicatos, enquanto Oliveira Vianna, sociólogo racista, apologista do arianismo, elaborava a Legislação Trabalhista, copiando-a da *Carta do Trabalho* da Itália de Mussolini. Quer dizer, por ter nascido dentro do Ministério do Trabalho, tivemos no PTB não um partido democrático operário, como os verdadeiros partidos trabalhistas europeus, mas um partido destinado a converter o operariado em massa de manobra nas mãos de Getúlio. E é ainda a própria senhora Alzira Vargas do Amaral Peixoto quem taxa o PTB de simples agência eleitoral, destituída de liderança idônea, razão porque, segundo suas insuspeitas palavras, "ficou o getulismo e não o trabalhismo".

Essa comédia de equívocos não teve limites. Conta a sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que um belo dia seu insigne pai determinou a realização de um estudo entre os programas do PSD e do PTB. Que resultou desse confronto? Responde a dileta filha de Vargas: "E com grande surpresa viu-se que parte do programa do PSD, sobretudo no que se referia ao avanço social, era um pouco mais adiantado do que o do PTB". Então, um partido conservador podia ter em seu programa tópicos mais avançados em matéria de "avanço social", do que um partido trabalhista? É de rir, se antes não fosse de chorar.

Não quero me alongar demais nesta carta. Mas há um trecho na entrevista da sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto que merece glosa. Para explicar por que o PTB não cumpriu a legítima função histórica de um autêntico partido trabalhista, diz ela que "a massa ainda não estava preparada para esse tipo de organização trabalhista".

Eis um conceito que, além de denunciar elitismo na herdeira espiritual de um homem que se inculcou de reformador social, dá as costas à verdade histórica.

Desde o início do primeiro surto de industrialização verificado no Brasil – ocorreu em consequência da Primeira Grande Guerra Mundial – o operariado brasileiro deu sucessivas e exuberantes provas de maturidade política. Quem quer que se volte para o estudo daquela época constata essa verdade solar. Nas condições históricas objetivas do Brasil, nosso proletariado urbano, desde aquela primeira arrancada desenvolvimentista, teve noção de seus direitos e consciência de sua posição nos quadros da sociedade brasileira. As nossas elites políticas, estas sim, estiveram sempre de olhos vendados para os grandes problemas humanos e sociais do país, considerando, inclusive, como numa frase que ficou clássica: "a questão social como um caso de polícia". Vargas tomou consciência da questão social, mas o

fez em bases paternalistas – o "pai dos pobres".

Se esta não tivesse sido uma má consciência, segundo a expressão filosófica, ele teria fundado um partido trabalhista autêntico que ajudasse à criação de uma sociedade livre e aberta isenta tanto do comunismo como do autoritarismo de direita – aquele que se manifestou, por exemplo, no Estado Novo. Não fez pelas suas ambigüidades. Queria, como diz Dona Alzira, um partido operário que "não fosse socialista, mas fosse socializante". Eis o que se chamava uma parafernália. Ela custou a vida ao próprio Vargas e, ainda hoje, conturba o espírito dos brasileiros de boa fé, mas de vistas curtas.

É o que, com o devido respeito à sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, desejo objetar à sua entrevista, por respeito maior à verdade histórica.

Severo Rodrigues
Rio de Janeiro

A boa sorte do sr. Roberto Campos: depois de desastrosa atividade bancária, foi nomeado para a nossa embaixada em Londres.

☆ Senhor Diretor:

Churchill, depois de ter salvo a Inglaterra da destruição nazista, perdeu as primeiras eleições que ocorreram no seu país, logo no fim da guerra. O povo inglês não se sentiu obrigado a mantê-lo no poder. Admirável lição de democracia, que só os ingleses sabem dar. Nós não só não a assimilamos, como fazemos o contrário. Justa e precisamente o contrário.

O sr. Roberto Campos serve à demonstração exemplar dessa tese. É um dos brasileiros mais nocivos à sua pátria. Ai está, na memória de todos, o episódio da AMFORP para testemunhar sua falta de patriotismo, sua aversão visceral aos interesses brasileiros. É um exemplo paradigmático. No campo da administração privada, a que se recolheu quando deixou o Ministério do Planejamento, foi igualmente nefasta a sua atuação: levou bancos particulares que o convocaram para sua diretoria à garra.

Mas o sr. Roberto Campos não sabe o que é ostracismo – quando parece que vai curtir-lo, chega um governo e o premia com a nomeação para os postos mais altos da nossa vida pública. Agora é nosso embaixador em Londres – naquela Inglaterra que ironicamente nos deu a lição Churchill, a que me referi no início desta carta. Quando nosso embaixador em Washington transformou a sede de nossa missão diplomática nos Estados Unidos em agência antibrasileira, e a tal ponto que um grande matutino carioca o chamou de "embaixador do Brasil junto à AMFORP".

Quando a Revolução vai limpar a vida pública nacional de tão indesejada presença?

Hélio Macieira
Campinas

CARTAS

Contra Heloneida:
feminismo é mais que guerra entre sexos e o homem ainda é o grande adversário da mulher.

☆ Sr. Redator

Toda vez que Heloneida Studardt escreve ou fala sobre feminismo faz sempre questão de afirmar que esse movimento não é contra os homens. Afinal, costuma dizer, além de feminista, é casada e tem filhos. Heloneida se esquece que o movimento não é contra ninguém, de modo que reafirmar constantemente que o feminismo não é anti-homem, é, no fim, conhecer muito pouco dessa filosofia. O feminismo vai muito além da briga entre homens e mulheres que, ao contrário do que diz a jornalista, existe sim, só que em outro nível, e muito diferente do que ela imagina que seja uma guerra entre sexos.

Conforme ela mesma diz, negros e judeus se reuniram em associações e entidades para debater seus problemas e atuar em busca de uma situação de igualdade. Por que então negar à mulher o direito dela se reunir com outras, sem a presença masculina, para examinar seus problemas? Porque, ao que parece, "não fica bem". A posição feminista de Heloneida Studardt é bastante contraditória.

Ela afirma que o homem é o colonizador da mulher, e que só há uma maneira de tratar com o colonizador: a guerra, até a completa independência. Mas que, no caso de homens e mulheres, estas não querem livrar-se deles, e que a libertação da mulher está ligada à libertação do próprio

homem. H.S. parece confundir independência com troca de comando. Mais adiante ela afirma que a mulher é a proletária do proletário, e que sofre uma carga dupla: primeiro como ser humano numa sociedade injusta, e depois como mulher. As mulheres "são mais pobres do que os pobres, mais oprimidos do que os oprimidos" etc, mas, mesmo assim, sua luta deve ser feita ao lado do homem, o mais rico, o opressor etc.

É muito difícil deixar de ferir os orgulhos masculinos na ânsia de nos fazermos compreendidas. Quase todos os homens nem sequer desconfiam que nós, mulheres, nos sentimos oprimidas, logo, de que maneira eles vão se "identificar" conosco? Homem e mulher juntos podem lutar por milhões de coisas diferentes, mas, certamente, ele não vai abrir mão de bom grado de seus privilégios. Por eles, continuaremos os bibelôs frágeis, indefesos, e ignorantes porque assim seria mais fácil nos manipular. Exatamente como o colonizador procede com seu colonizado. E mesmo assim devemos pedir sua ajuda?

O feminismo está aí para ficar. E, ao contrário do que pensa Heloneida, precisamos de espaço e tempo para analisar sozinhas nossos problemas, redescobrir a maneira feminina de vida que perdemos séculos atrás quando os homens nos tomaram nosso respeito próprio, cultura e filosofia, implantando uma sociedade profundamente injusta, muito diferente da que existia quando as mulheres eram mais importantes que os homens, mas que nem por isso lhes eram superiores.

Feminismo hoje significa paz, fim de toda competição e liderança, uma maneira de viver me-

lhor para homens e mulheres e não o fim do homem como H. gostaria que dissessemos. Para chegar a esse ideal é preciso, antes de mais nada, acordar as próprias mulheres, mas, de uma coisa temos certeza: o homem só pode ficar de espectador nesta luta, pelo menos por enquanto.

Elice Munerato

Civilização que não honra os mortos é uma civilização infame. É preciso acabar com o desrespeito no S. João Batista.

☆ Senhor Redator:

Sou maranhense. E dos companheiros de minha geração, um dos que mais perto permaneceu junto de meu afeto fraternal foi João Augusto de Araújo Castro. Viemos para o Rio quase no mesmo ano, dar rumos à nossa vida. Ele escolheu a diplomacia, eu o jornalismo. Apesar das profissões diferentes, nossa fraternidade permaneceu igual a dos tempos de São Luís, onde tínhamos nossas raízes. E estas eram tão vivas no João que, quando o mandaram para a Grécia, como nosso embaixador, a um amigo que o fora visitar em Atenas, disse ele, com o seu insuperável senso de humor: "Aqui todo mundo tem nome de maranhense: Péricles, Temístocles, Heráclito. Pelo visto, voltei às origens". Recebi, assim, com um choque tremendo, a notícia da morte do João Augusto em Washington, onde era embaixador do Brasil. Ele foi um desses amigos que não se deseja perder nunca. Não quero falar também do diplomata excepcional que ele foi, cuja grandeza se espelha na sua doutrina do triplice D: desenvolvimento, desarmamento, descolonização. Quando um dia se escrever a sério a história da política externa contemporânea do Brasil, ver-se-á que homem de alta luz foi o meu amigo.

Quero, porém, nesta carta, referir-me a outra coisa. Tendo morrido no posto, o corpo do João veio para ser sepultado no Brasil, nesta cidade do Rio de Janeiro. Chegou aqui numa triste manhã de um sábado ainda mais triste. Fui vê-lo, para o difícil adeus. O seu sepultamento, marcado para as 15 horas, e que teve as honras militares que lhe eram devidas, pois morrera cunhando nossa missão diplomática nos Estados Unidos, sofreu um atraso de 35 minutos contados em meio a um silêncio constrangedor. Como se sabe, as urnas funerárias norte-americanas são maiores do que as usadas no Brasil. Desse fato foi antecipadamente cientificada pelo Itamarati a administração do cemitério São João Batista. Mas ela não alargou o túmulo, de forma que quando o caixão ia baixando ao toque de silêncio que se seguiu às três salvas de 90 tiros e à marcha fúnebre executada pelo Batalhão de Guardas do 1º Exército, eis que os coveiros verificaram que o caixão não cabia na sepultura. Ecoava o toque de silêncio. Começava o silêncio constrangedor. Em meio ao grande mal-

estar, os coveiros desajeitados chegaram ao ponto de inclinar a urna funerária com a cabeça para baixo - o fato insuportável para todos levou o chanceler Azeredo da Silveira a chamá-los a atenção para o desrespeito que estavam praticando com o morto. Alguns desceram ao fundo da campa, para alargá-la. Nessa operação de alargamento do jazigo consumiram-se 35 minutos que foram de maceração moral, de martírio sentimental para todos os presentes.

Não foi essa a primeira vez em que a administração do cemitério São João Batista mostrou a sua insensibilidade moral. O mesmo aconteceu no sepultamento do embaixador brasileiro Mozart Gurgel Valente, que faleceu no posto, em Washington, posto no qual o sucedeu João Augusto de Araújo Castro. E o mesmo ocorreu no sepultamento do embaixador Galbs Sommel dos Santos, do Haiti. Em todos os três casos, a mesma imprevidência raioando pela vileza. Uma civilização que não honra os mortos, sejam eles homens eminentes ou homens simples, é uma civilização infame. Os brasileiros felizmente sentem o mistério da morte, e a cercam de dorido respeito. Por que falta de respeito há de ser dada pela administração de ser cadáver São João Batista, incidente nele, recorrente nesse desapeço revoltante? Essa administração só quer saber dos abusivos lucros que auferem com sepultamentos, não se sentindo obrigada à observação de nenhum dever moral com os mortos e seus familiares? Contra essa prática que, pelo visto, caminha para se institucionalizar, quero lavar aqui o meu mais veemente e indignado protesto.

José Ribamar Souto
Rio de Janeiro

Eduardo Frei é um criptocomunista e a DC não passa de linha auxiliar de Moscou. A TFP cultiva a virtude e o bem.

☆ Senhor Diretor

Estou perplexo. Estou atônito. Estou aterrado. De espanto, tremo como varas verdes. A perplexidade em que fui lançado pelo seu jornal não me deixa compungidamente outra alternativa senão a de, com todas as forças de minha alma, perguntar-lhes se o senhores enlouqueceram. Porque só um acesso de loucura pode justificar a atitude dos senhores. Na realidade, não me deveria deixar surpreender pelo ocorrido, já que vivendo como vivemos num mundo pecaminoso, qualquer pessoa é passível de perder a sanidade mental, de uma hora para a outra. Não os quero injuriar além da medida em que devem, mas não posso sopitar a minha indignação com que os senhores fizeram. Vejam bem, se ainda podem ver. No primeiro número do vosso jornal, os senhores publicaram com todo o merecimento destaque a resposta ao Emmo. Senhor Cardeal Arns dada pela TFP, por motivo da

homilia "Não oprimas teu irmão", na qual os ensandecidos bispos de São Paulo, como bem diz o extraordinário Gustavo Corção, faz o jogo dos subversivos. Essa resposta foi assinada por todos os membros do Conselho Nacional da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). Exultamos com a sua publicação pelo vosso jornal, sobretudo pela publicação ter sido corretamente feita na íntegra, sem omissão da mínima das palavras que compõem aquele sábio e divino texto. Mas eis que, no número seguinte do vosso jornal, deparou-se nos um resumo do livro do Sr. Eduardo Frei, ex-presidente do Chile que entregou o governo do seu país aos bandidos vermelhos chefiados pelo senhor Salvador Allende. (Salvador, meu senhor, como pode!). Nesse livro do criptocomunista Frei, o líder da chamada "democracia-cristã" chilena - democracia - cristã é linha auxiliar de Moscou e de Pequim -, entre as sandices que assaca contra o iluminado general Pinochet e seu governo, tem o desplante de escrever que, para envenenar a alma do povo chileno, os adeptos de Pinochet "recorem, até, entre outras armas, à publicação e distribuição de livro escrito por um fascista brasileiro". O impoluto autor desse livro que o general Pinochet está distribuindo entre o seu povo, Senhor Diretor, não é outro senão o eminentíssimo dirigente da TFP, o sacrossanto guia espiritual Plínio Vidigal Xavier da Silveira (ainda não lhe perguntei se tem alguma coisa a ver com um outro Xavier da Silveira que é nome de praça aí no Rio de Janeiro).

Como eu, Senhor Diretor, o Dr. Plínio, homônimo nesse primeiro apelido do imortal Plínio Salgado, é um puro, um místico, e porque é um puro é anti-comunista ou se quiser, um fascista. Mas é um puro, um místico. A minha indignação, que expressei nesta carta, é precisamente em nome da pureza. Acima das questões ideológicas nós, da TFP colocamos a pureza e é em virtude dela que temos posição política. Num mundo tão pervertido como o nosso, chegamos à conclusão antes de se abrigarmos o ideário da TFP é preciso ser casto. E o somos como o foram os eremitas que viviam se ciliciando nos desertos. O sexo para nós é o demônio. Nós os expulsamos do nosso corpo, para que nossa alma possa pairar nas sidereas regiões da pureza. Resistimos à tentação da carne para combater com pureza virginal o comunismo, que é obra do diabo como o é o coito. Somos mais puros do que as mais intocáveis das donzelas - vestir batina hoje é como vestir saia, e saia é coisa de mulher que é invenção do diabo, como já se dizia na Idade Média. O Dr. Plínio é assim, como todos os membros (desculpe a má palavra, não há outra nessa indigente língua portuguesa cheia de tantas ambigüidades) da TFP, é um intocável, um imaculado. Não pode assim ser alvo da agressão moscovita de um Frei. Os arroubos do meu protesto são os arroubos da pureza e da castidade que se alevantam na indignação que deixo consignada nesta carta.

Antônio Prado
São Paulo

Programa do Jornal de Debates

A liberdade de pensamento e o livre debate das idéias, são fundamentais para o progresso e aperfeiçoamento dos povos.

Mas tal liberdade só se realiza pelos meios normais de divulgação, imprensa, rádio etc.

Acontece, porém, que esses meios se encontram em mãos de classes sociais e de partidos políticos, isto é, fechados a todas as manifestações contrárias aos interesses daqueles grupos.

O pensamento político, econômico e social torna-se, assim, menos um instrumento de indagação da verdade em prol do conhecimento científico e do bem público, do que um defensor dos interesses particularistas dos que dispõem de poder econômico.

Esse jornal apresenta-se como uma tribuna absolutamente livre que agasalha toda e qualquer idéia, manifestada com proficiência sobre assuntos políticos, econômicos e sociais, não importando a cor política, a escolha filosófica e o credo religioso dos autores.

Não abriga, porém, ataques pessoais, diretos ou indiretos, nem injúrias, claras ou veladas, porque idéias só se destroem com idéias. Pelo debate polêmico e controversia em alto nível, pelo acolhimento imperial de todas as correntes de opinião, este jornal pensa em concorrer para o desenvolvimento da democracia do Brasil.

Aqui, com efeito, todas terão iguais oportunidades de manifestar livremente seu pensamento sem nada pagar: para o Jornal de Debates idéias são bem comuns, patrimônio social.

O QUE SE DIZ...

O deputado Frota Aguiar, do MDB, afirmou na Assembleia Legislativa que é dever de todos, sem distinção partidária, "reconhecer que o Estado do Rio se acha às voltas com enormes dificuldades, capazes muitas vezes de levar qualquer administrador ao desespero, tal a gama de complexidades dos elementos que as compõem".

O presidente do Congresso, senador Magalhães Pinto, declarou após dois dias de contatos políticos em Brasília, que "o programa de distensão conseguiu sobreviver aos últimos acontecimentos".

- Temos afirmado reiteradamente que o compromisso da Arena é com a democracia, não somente com a democracia política que inspira e formaliza a organização das liberdades, mas com a democracia social, que inspira e viabiliza a correção das desigualdades sociais - disse no Rio o deputado Francelino Pereira, presidente nacional da Arena, na solenidade de instalação da Fundação para Estudos Políticos, Econômicos e Sociais (Fundepes), da Arena fluminense.

- Desejamos, e para isso estamos empenhando todas as nossas energias, nossa inteligência e nosso patriotismo, o aperfeiçoamento e a modernização de nossas instituições políticas, pela implantação do estado de direito, que, como definido no nosso programa, "mantenha em toda a sua plenitude os direitos fundamentais do homem", mas que, ao mesmo tempo, "defenda e resguarde os ideais e a forma democrática de vida, repudiando, pronta e eficazmente, a contestação de minorias ativistas e as ofensas ao regime e à ordem - acrescentou.

O senador Virgílio Távora (Arena-CE) classificou de "inepta e inoportuna" a declaração do senador Eurico Resende (Arena-ES) em favor da extinção dos atuais partidos. Ele defendeu a manutenção da Arena e do MDB para que se possa dar cumprimento ao calendário eleitoral.

Disse que a reorganização partidária far-se-ia em prejuízo da Arena, em nada afetando o MDB, cujos integrantes procurariam outra legenda para se abrigarem.

O líder da Arena na Câmara, deputado José Bonifácio, negou em nome do governo, tanto a reforma da Constituição como o fim dos atuais partidos com a criação de quatro outros. Para ele, Arena e MDB "cumprem suas missões e satisfazem, com a ajuda das sublegendas, à realidade eleitoral do país".

Momentos antes de encontrar-se com o deputado Antônio Mariz, um dos líderes do chamado grupo renovador, Bonifácio voltou a dizer aos jornalistas que não faz discriminações dentro de sua bancada e ignora a existência de blocos, adotando a orientação de tratar com igualdade todos os 204 deputados do partido.

- Quando falo, vocês não se enganem, estou falando em nome do governo: por isso, posso reafirmar que o quadro permanecerá inalterado até as eleições gerais de 1978.

O presidente do Congresso Nacional, senador Magalhães Pinto, disse que o clima político no governo está "tranquilo e sem surpresas à vista", depois de fazer uma visita ao chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ministro Golbery do Couto e Silva.

Dizendo-se um otimista em relação ao ano de 1976, o senador Magalhães Pinto afirmou que acredita que a política de distensão não é letra morta, mas sobrevive e continua sobre a mesa do governo, como um dos seus objetivos políticos. "Episódios isolados não prejudicarão a marcha da distensão" - afirmou.

O senador Dinarte Mariz (Arena-RN) sustentou a necessidade de um aumento imediato para os militares, compatível com as relevantes funções que desempenham, inclusive na segurança do país, e disse: "Antigamente, não havia dinheiro, mas hoje o dinheiro está sobrando. Os militares, por exemplo, devem ser reparados".

O deputado Federal Mario Frota (MDB-AM) desafiou o vice-governador João Bosco Ramos de Lima "a confirmar e provar que o MDB é um partido subversivo financiado por Cuba", como declarou em Parintins, ao falar em uma emissora de rádio.

O parlamentar também acusou o governador Henoch Reis de ter coagido a população de Nhamunda a votar na Arena, sob pena de o governo implantar "uma ditadura no Brasil, pois para isso conta com as Forças Armadas".

Ao anunciar sua viagem a Brasília, onde se encontrará com o presidente Geisel, o governador Paulo Egídio Martins disse que "meu radar está tranquilo, está tudo calmo, não há problema maior, vamos indo, vamos levando. Vou a Brasília me informar, mas nada indica uma mudança maior.

- Há uma central de boatos instalada apenas para levar a tranqüilidade a certas áreas, várias. Na assembleia, corriam rumores de que haveria mais cassações. Mas a situação está tão tranqüila que alguém comentou comigo que tudo está calmo que dá até medo e eu comentei que isso também é sadismo. É ótimo quando está assim calmo - disse o governador na entrevista coletiva. Mas alertou: "O momento é de ir com calma, mantendo o remanso, pois temos muitas etapas para superar".

O sr. Virgílio Távora, vice-líder do governo no Senado, disse que a Arena tem todas as condições para ganhar as eleições municipais de novembro e "só um azar muito grande nos faria perder".

"Eu cumprio o que a lei determina. E a lei não permite congressos", declarou o ministro da Educação e Cultura, sr. Nei Braga, ao revelar que o Congresso Nacional de Estudantes, programado pelos universitários para o próximo mês de julho, não poderá ser realizado.

Segundo o ministro, "o governo não está pretendendo modificar a legislação que rege o sistema organizacional estudantil, não fazendo parte, portanto, de suas cogitações revogar ou alterar o Decreto-Lei 477". As leis que disciplinam a atuação dos estudantes brasileiros datam de 1968, mas o ministro da Educa-

ção explicou que elas "ainda vêm sendo testadas", concluindo que "não é possível se pensar em mudança em uma legislação a cada 10 anos".

O presidente da Câmara dos Deputados, sr. Célio Borja (Arena-RJ), regressou de uma viagem de 28 dias ao exterior, e disse ao desembarcar que a imagem da economia brasileira atualmente no exterior "não poderia ser melhor, embora a palavra milagre seja uma palavra gasta e falsa, pois o que se realizou no Brasil foi à custa de muito trabalho".

A crise econômico-financeira que o Brasil atravessa impõe à oposição dar todo o apoio ao governo para que possa tomar as medidas necessárias, visando a contornar obstáculos e vencer dificuldades, para que o país continue progredindo - disse o senador Danton Jobim (MDB-RJ).

O sr. João Dêntice, ex-presidente regional da Arena, afirmou num encontro de correligionários, em Garibaldi, que "não se defende a liberdade, negando a liberdade", e também "não se exorcisa o medo, naufragando nas malhas paralisadoras do medo".

- Estou a lhes recordar - disse - que o temor das sociedades democráticas aos totalitários, aos subversivos, se transmutou em expedientes constrangedores dos direitos democráticos, termina por dar maior alento aos extremistas, minando a vigilância ativa dos cidadãos.

"Já estivemos perto do inferno, mas hoje estamos nos aproximando do céu", afirmou em Brasília o secretário-geral da Arena, deputado Nelson Marchezan, citando Santa Tereza, para explicar que para o seu partido "perto do céu" significa a esperança nos resultados favoráveis dos próximos pleitos.

O deputado Francelino Pereira disse em Araruama, depois de concluir visitas a 16 municípios e de se avistar com líderes de 35 cidades do interior fluminense, que "completei aqui, no Estado do Rio, um ciclo de avaliações que iniciei em agosto, para chegar à decisão de proclamar que a Arena é um partido viável".

O secretário do Trabalho de São Paulo, Jorge Maluli Neto, afirmou que "as concentrações cívico-administrativas que o executivo paulista está realizando nas cidades do interior não são comícios, mas apenas reuniões que fazem parte de uma estratégia para popularizar o governo Paulo Egídio e contribuir para a distensão política no País".

O senador Dinarte Mariz (Arena-RN) disse que só vê uma saída para o problema institucional brasileiro: a transformação do Congresso Nacional em Constituintes.

- Acho - disse - que o congresso, representando a média do país, poderá fazer uma nova Constituição, que consulte os interesses e garanta os objetivos da revolução de março.

Para o senador Dinarte Mariz, uma Constituição eficiente tornará o AI-5 um documento obsoleto e dotará o país de instituições seguras. Isso, segundo ele, não prejudicará os interesses da revolução "porque reservará mecanismos especiais de defesa do estado".

Carlos Castello Branco adverte em sua coluna no JB que vivemos sob o signo do silêncio e da ordem. Nada deve perturbar o processo político em curso.

O grande silêncio deste fevereiro

Ingressamos neste inesperado mês de fevereiro sob o signo do silêncio e da ordem. "Não é hora para heróis, mas para anti-heróis", disse o governador de São Paulo, para quem os que não souberem se comportar como Sancho Pança não poderão jamais ser bons políticos. O quixotismo não basta. Estranha ordem e estranha paz, pois a ela aderem políticos de todos os matizes e de todas as latitudes. O sr. Ulisses Guimarães, presidente do MDB, depois de advertido pelos pastores de Caruaru, pôs-se em silêncio e volta hoje a Brasília para a prática de um simples ato de relação com as crises internas do seu partido no Rio de Janeiro. Todos parecem concordar em que devemos entrar num recesso político, ou pelo menos numa surdina, em que o debate não passe de uma música ao longe, não podendo chegar a ser sequer um solo de clarineta.

O governador de São Paulo, eufórico com a grande concentração cívico-administrativa de Andradina, declara que não hesitará em suspender esse tipo de reuniões se elas forem entendidas como início de campanha política ou se nelas alguém pronunciar o nome da Arena. É uma ação de participação do governo, mediante a qual se comunicam as obras administrativas e se mobiliza para as mesmas apoio popular. O sr. Francelino Pereira comeu sete churrascos fluminenses, mas proibiu que se desse à sua viagem a conotação de viagem político-eleitoral. Nenhuma palavra sobre eleições pode ser dita. O próprio presidente da República programa uma série de viagens aos estados, à sua escolha, para difusão da sua obra de governo e confraternização com as autoridades e a população locais sem qualquer conotação política.

Algo existe além da disciplina da campanha eleitoral do governador Paulo Egídio, deve começar apenas a partir de setembro, a produzir essa mudança de tônica num partido que pretendia enfrentar a oposição por concentrações regionais e populares em que se difundiriam ao mesmo tempo os êxitos do governo e o programa político, de cunho liberal, da Arena. Agora já não se fala em política nem em partido, mas em governo. Passou-se alguma coisa entre dezembro e janeiro que mudou a face do país e transformou a natureza dos movimentos que se realizavam na órbita governamental. Fevereiro aparece como um estranho março, a confirmar previsões de uma nova disciplina a ser imposta a gregos e troianos em nome da segurança nacional.

A Arena e os governadores têm obviamente pretexto para se

reunirem com sua gente sem falar do partido e da política. Afinal de contas, eles são governo e o governo haverá de levar sua mensagem ao povo e dar ao povo conhecimento da sua obra. O MDB, que não tem obra, quando nada por ser um partido de oposição, como irá justificar suas concentrações cívico-administrativas? Segundo o sr. Paulo Egídio, os temas locais devem ser a tônica da campanha, muito embora admita que haja uma ou outra extrapolação, como em Campinas, por exemplo, ao que se percebe território previamente entregue ao adversário, que lá tem o controle da administração a qual, como se adverte, não deve ser contestada.

O senador Franco Montoro tentou argumentação contrária às teses que inauguram este mês de fevereiro, ao demonstrar que campanha eleitoral nada tem a ver com debate político e a procurar provar que a Constituição permite o uso dos canais de comunicação de massa para o debate político. Ele ainda não percebeu que o intérprete supremo da Constituição e das leis, em matéria política, é, por delegação, o ministro da Justiça, de quem ouviremos o que pode ser feito e o que não pode ser feito. Os inconformados que batam às portas do Supremo Tribunal Federal, à procura de melhor sorte. Dos órgãos governamentais nada se conseguirá, pois torna-se evidente que há a determinação de colocar amortecedores nas rodas dianteiras e traseiras do carroção político que se temia disparasse a partir da realização de grandes concentrações regionais à semelhança das realizadas pelos srs. Ulisses Guimarães, Paulo Egídio, Sinval Guazelli e Pedro Simon. Amortecimento dos choques e silêncio. O silêncio que abafe o desafio triunfante do MDB e reponha as coisas na normalidade anterior a 1974.

Com essa caracterização de ato administrativo das concentrações evidentemente políticas da Arena, gera-se uma situação de desigualdade em relação ao MDB, cercado no seu direito de disputar a eleição em igualdade de condições com seus adversários. A uns o microfone e as bandas de música, a outros, os cães pastores e policiamento dos microfones. Tal observação, no entanto, é imprudente. Nada deve ser feito para instigar o MDB a mudar em março o que está sendo ditado em fevereiro. A nós, do coro, cabe também sussurar nossos augúrios e predições, pois se não há lugar para Quixotes mas para Sanchos Panças também não os haverá para quaisquer figurantes do velho teatro encenado nos tempos de Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Surdina, portanto.

Educação, uma corrida contra o tempo

Oitocentos milhões de adultos em todo mundo não têm o menor grau de instrução. Metade da mão-de-obra mundial não está preparada para acompanhar o progresso tecnológico. As soluções convencionais não surtem efeito. O que fazer?

CARLOS ROBERTO DA SILVA

As oito horas da noite, milhões de aparelhos de televisão ligados, milhares de estações de rádio no ar, um quarto da humanidade de olhos pregados no vídeo, cerca de 2 bilhões de pessoas ouvindo um rádio de pilhas. É uma verdadeira teia de meios de comunicação aproximando os continentes e fazendo dos habitantes do planeta quase que um único corpo social. Nada passa despercebido. Mas, ao mesmo tempo, 800 milhões de adultos em todo o mundo não possuem nenhuma instrução: metade da mão-de-obra mundial – a informação é da ONU – está despreparada para acompanhar o progresso tecnológico. E 38% da população brasileira não são capazes de escrever o próprio nome, quase 40 milhões de analfabetos – segundo dados oficiais.

No Brasil, soluções convencionais se mostraram inteiramente incapazes de resolver o problema educacional, apesar de nos últimos anos somas fantásticas terem sido investidas na educação, principalmente na formação do chamado ensino profissionalizante. A educação em massa, através do aparato tecnológico da comunicação moderna, é preocupação dos homens responsáveis pelo ensino. Neste artigo, estão depoimentos de educadores, técnicos e empresários que se propõem a desenvolver no país a radiodifusão cultural. Das entrevistas fica uma única conclusão: a educação em massa não passa de um campo de provas, um tubo de ensaio cujas combinações e resultados são ainda imprevisíveis.

Para a professora Vera Candau, diretora do Departamento de Educação da PUC do Rio, a tecnologia aplicada à educação constitui um novo sistema, capaz de superar as questões surgidas em função da problemática de ensinar um número cada vez maior de pessoas, em menos tempo, e manter elevado o nível deste ensino. O binômio qualidade-quantidade – afirma – somente será alcançado mediante esforço no sentido de fazer voltar o potencial tecnológico para o humano, através da orientação educacional planejada. Mas – assegura a professora – um país como o Brasil enfrenta imediatamente o problema da utilização da tecnologia por pessoal sem nenhuma formação pedagógica, prejudicando, muitas vezes, todo o esquema. O projeto de uma tecnologia educacional para o país tem alcançado pouca efetividade e resultados ainda duvidosos.

– Acredito que a pouca efetividade pode ser explicada de maneira abreviada, porque o planejamento da tecnologia educacional está sendo em grande parte realizado por pessoas de formação técnica, mas não pedagógica. Os educadores têm de atuar também na esfera das decisões,

ajudando a criar uma filosofia da Educação. Os meios de comunicação podem servir como estímulo para o interesse de largas faixas da população. Mas várias questões podem ser levantadas, e, entre elas, a escolha do veículo mais adequado, pois nem todos podem ser considerados produtivos por excelência. Outro problema: a linguagem empregada pelos meios de comunicação tradicionais corresponde às exigências do ensino?

O problema da transposição da linguagem é, na opinião de Vera Candau, pouco trabalhado pelos educadores. “Não se trata de traduzir uma mensagem e adaptá-la ao veículo, a questão é outra: uma aula pela televisão pode não passar de uma aula tradicional, só que está sendo televisada”, esclarece a especialista. Isto é o mesmo que afirmar que a riqueza do veículo não estará sendo bem explorada, do ponto de vista pedagógico. Vera Candau explica que o ministério da Educação está preocupado em desenvolver a pesquisa, para tentar a solução do problema. A prova disso – afirma – é a existência do Prontel (Programa Nacional de Teleeducação) e do Planate (Plano Nacional de Tecnologias Educacionais). A professora considera também que a convivência entre as radiodifusões cultural e a comercial é muito difícil. E havendo competição a programação cultural somente pode equilibrar-se se atingir um “bom nível que corresponda aos interesses da população”.

O engenheiro Arlindo Correia, presidente do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral – acredita que a estrutura do ensino no Brasil, encarada dentro dos limites gerais do desenvolvimento, está muito afastada do nível considerado satisfatório. Assim, penso que é importante a utilização em larga escala da tecnologia para o ensino, que poderia solucionar o problema.

– Até alguns anos atrás – declara o técnico – a educação poderia ser considerada um sistema artesanal que sobreviveu à revolução industrial. Agora parece querer resistir à revolução tecnológica que vivemos. Enquanto a educação mantiver estas características será improdutivo, ineficaz. E pouco progrediremos em matéria de ensino. Uma mudança técnica no setor educacional é imprescindível, pois não apresenta estrutura administrativa adequada e seus projetos não são realizados à base de um planejamento claro e tecnologicamente bem adequado. A consequência disto são experiências que até agora têm sido decepcionantes.

Para o presidente do Mobral, uma das mais sérias dificuldades por que tem que passar a radiodifusão cultural é a conquista de seu público. Ele acredita que as

emissões ainda necessitam de um posto de escuta organizado, com educadores servindo de monitores e dirigindo a recepção. Material de apoio – livros, apostilas, etc – são necessários, diz Arlindo Correia. “Nesta fase inicial, a programação cultural enfrenta a falta de alunos: sem conhecer a reação dos espectadores, como traçar uma estratégia mais geral?”, argumenta o engenheiro. Atualmente o Mobral possui cerca de 750 postos de escuta, espalhados por todo o país, e mais de 100 mil alfabetizadores, que foram treinados através do rádio.

Diretor do centro de formação de pessoal da Fundação Centro Brasileira de TV-Educativa e consultor do Grupo Infra-Universidade Aberta, Luis Victor D'Arinos acredita que a utilização da tecnologia educacional é um imperativo. E não há tempo – garante – para meditações sobre o emprego da tecnologia no ensino. Trata-se de uma atitude imediata.

– Temos a obrigação de tentar o caminho das tecnologias educacionais. Em todo mundo coisa semelhante está em curso. E contamos com apoio governamental, pois o Ministério da Educação é o primeiro interessado na solução da questão do ensino.

Luis D'Arinos pensa que a televisão educativa deverá seguir trajetória paralela à do rádio-educativo, atuando de maneira combinada e abarcando todos os meios que a tecnologia introduziu nas duas áreas. Mas – destaca – é preciso ter em mente a exata adequação do uso dos meios de comunicação naquilo onde melhor possa atuar: a televisão nos lugares em que sua penetração for maior e mais rápida; o rádio, quando apresentar bases solidificadas na região e for aceito naturalmente. Tudo isso jamais será atingido, diz o técnico, sem um levantamento técnico e pedagógico aprofundado. A Radiodifusão cultural deve utilizar uma linguagem atraente, moderna, fascinando o aluno imediatamente. Deste equilíbrio educador-educando dependerá o futuro do ensino através da tecnologia, finalizou.

Para o professor e jornalista Arnaldo Niskier, diretor do Centro de Educação e Humanidades da UEG, membro do Conselho Estadual de Educação e um dos administradores do Prontel, o Brasil tem um imenso desafio a enfrentar na área da educação. Ele explica:

– Parece que há uma confusão entre estas finalidades da TV e do rádio. E o que se tem feito, na maior parte dos nossos empreendimentos. Creio que o verdadeiro caminho para a TV é delimitar seu próprio modelo, criar uma televisão brasileira, para depois compatibilizar o seu desempenho com uma política nacional de educação. Não adiante criar programas que, sob a capa de

cultura, não estejam identificados com uma necessidade imediata do público brasileiro.

Presidente da Fundação Centro Brasileira de TVE, seu depoimento de um dos pioneiros no campo da tecnologia educacional no país. Para ele, “sem dúvidas”, o Brasil é o grande laboratório para a aplicação de modernos recursos técnicos à educação. Os países mais desenvolvidos – assegura – não precisam ensinar pela televisão. Suas estruturas educacionais comportam a tarefa de garantir a cultura para grandes massas da população.

– O Brasil é a área piloto da teledidática no mundo. Possuímos milhões de jovens dispostos a ocupar um lugar no mercado de trabalho. Eles demandam da educação. E temos condições de atendê-los: o país já possui 55 emissoras de televisão comercial e sete estações educativas, há uma percentagem de 15 habitantes para cada aparelho de televisão. Em números redondos, somos 9 milhões de aparelhos. Temos, portanto, infra-estrutura suficiente para transformar o Brasil no grande campo de provas das modernas tecnologias educacionais.

Gilson Amado é da opinião de que a televisão comercial procura uma faixa de público mais geral, ao contrário da TVE, que deve buscar uma camada especial da população. A educação, a cultura e a arte – afirma o especialista – não são um produto que garanta um IBOPE elevado. A televisão educativa deve realizar tarefas que a comercial não comporta, deve cobrir os espaços vazios.

– Creio que a TVE já tem seu objetivo prioritário definido – garante o professor Amado. Em primeiro lugar, deve multiplicar as condições de ensino no interior das salas de aulas. Uma sala de aula com a TVE atuando em seu interior pode multiplicar-se por vinte. Construir escolas e comprar material escolar custa muito caro. Um aparelho de televisão enriquece o ensino.

Catedrático de Comunicação Social da PUC do Rio, o professor Margulies acredita que a radiodifusão educativa enfrenta, principalmente, o problema da qualidade, pois em quantidade não se poderia esperar melhores condições do que as atuais: ensino deficitário e grande desenvolvimento de meios de comunicação cultural como básico para o êxito de qualquer projeto ambicioso de radiodifusão educativa. E levanta um dado importante: de nada adiantaria procurar alcançar um grau de qualidade uniforme, pois as disparidades regionais brasileiras são muito acentuadas. Na sua opinião, o educador está despreparado para assumir esta responsabilidade.

– Trata-se de uma coisa tão nova que os obstáculos e dificuldades me parecem perfeitamente naturais. A pouca efetividade dos nossos projetos são as mesmas de uma criança que aprende a andar. O sistema educacional brasileiro está aprendendo a aplicar a tecnologia. A questão, portanto, é múltipla: são graves as dificuldades econômicas e o professor está quase completamente desqualificado.

Marcos Margulies acredita que o professor deve cada vez mais transformar-se num comunicador, no sentido tecnológico. Para ele, devemos buscar os caminhos da radiodifusão cultural e retirar a “pátina de chatice que

cobre a palavra educação”. Enquanto o professor não puder aprender antes de ensinar, enquanto não puder procurar antes de apresentar, ele será apenas “uma peça enferrujada na máquina do ensino”.

Diretor-geral da Rede Globo de Televisão, Walter Clark, mostra, em seu depoimento, a visão de um empresário da maior rede de televisão comercial da América Latina. Ele se diz “preocupado com a educação no Brasil” e afirma que é dever da empresa privada “contribuir para o bem-estar do conjunto da “população”.

– Os meios de comunicação como a televisão, com seus filmes, vídeo-cassetes e toda a sofisticada do audiovisual, podem ser catalizadores do processo educacional. Necessário, entretanto, um estudo minucioso, capaz de definir a fórmula de uma abordagem objetiva do problema. A televisão é na minha opinião, o veículo de expressão mais dinâmico. Mas ainda não houve um casamento perfeito entre estes meios e a tecnologia educacional. Na Itália, por exemplo, a TV-escola conseguiu resultados bastante significativos, quando voltou-se para as populações pobres do sul do país. Coisa semelhante foi obtida nos EUA, com a experiência da cadeia educativa do projeto *Sesame Street*, dirigidos aos adultos negros e de origem mexicana. Estamos tentando aqui a mesma fórmula, o Vila Sésamo, que se pretende um programa pré-alfabetizador.

Walter Clark declara que a televisão comercial, do ponto de vista técnico da comunicação, a partir de sua integração em cadeia nacional, tornou viável a melhoria da programação. O mesmo espírito não se observa nas emissoras educativas, afirma o empresário, que não parecem preocupadas em formar uma rede. Ele informa que os resultados dessas iniciativas culturais, mesmo isolados, foram muito importantes.

– Não se trata evidentemente, da TVE atingir elevado IBOPE, com filmes de longa-metragem ou transmissões de jogos de futebol. A televisão cultural deve dar aulas. Mas é preciso inovar, atingir a forma mais inteligente e objetiva de educar. Como forma paralela de programação, a cultural na TV comercial está ficando cada vez melhor. O programa Fantástico forma cultura, para citar apenas um exemplo. Quando trouxemos o Vila Sésamo para o Brasil através de um contrato de 2 milhões de dólares tínhamos certeza dos resultados. Ao tentar esse tipo de programação, estamos certos de que a televisão comercial tem uma séria responsabilidade de participação no interesse comunitário. E isso apesar das críticas.

Ele acha que o caminho para a TV educativa não é procurar “aglutinar produtores” que não foram bem sucedidos na TV comercial”. Deveria procurar solidificar a formação de professores que utilizem comandos eletrônicos, ao invés do giz e do quadro negro. Walter Clark diz que é preciso não esquecer que a cada momento estão nascendo novas pessoas, “gente que precisa ser educada”. A falta de um trabalho de profundidade no campo da radiodifusão cultural contribui para aumentar a distância que separa os que possuem conhecimento daqueles que não possuem, “gente que mal sabe soletrar o próprio nome”.

O modelo brasileiro de propaganda

SÉRGIO DANILO

Enquanto as estrangeiras faturam alto, as empresas nacionais procuram seu caminho no mercado

Mexa-se! Mil novecentos e setenta e seis será de novo um ano de fusões e incorporações de agências de propaganda? Sobre viverão as 700 agências menores, já que a concentração de faturamento destas agências está distribuída entre as 20 maiores no mercado Rio e S. Paulo?

Quze empresas estrangeiras e 4 nacionais associadas ao capital vindo de fora manipulam as principais contas da propaganda e ninguém diz nada. Apenas a McCann Erickson, tradicional empresa estrangeira faturou mais uma vez em 1975 cerca de Cr\$ 300 milhões, incluindo sua associada a Proeme.

Dos acontecimentos publicitários de 1975, depois dos festivais e reuniões, o fato marcante foi o aparecimento em maio no Rio do Clube da Criação, a primeira voz autenticamente brasileira, entoada por gente séria e profissional que entre tantas discussões propôs o modelo brasileiro de publicidade. Isto é evitar copiar a publicidade estrangeira e valorizar o que é nosso.

A indústria da propaganda no Brasil movimentou o ano passado cerca de Cr\$ 10 bilhões. Foi apoiada em 750 agências de publicidade, 30 de relações públicas, 7 de marketing, 16 de pesquisa e um mercado de 7 mil anunciantes regulares. Quarenta mil profissionais atuam hoje na área de comunicação, sendo que 8 mil dependeram do faturamen-

to das agências para sobreviver.

As 48 faculdades de comunicação no país aplicaram em média 100 horas de ensino da prática e técnicas da propaganda, 250 pequenas empresas prestaram serviços de criação (audiovisuais, desenhos industriais, embalagens, estúdios de arte, gravação, fotografia, laboratórios e produtoras de filmes).

Fabricantes e distribuidores de papel, *silk screen*, gráficas, fotocomposições, fotoletas, fotolitos, clichês num total de 180 serviços gerais auxiliares da propaganda ingressaram no bolo dos Cr\$ 10 bilhões de 1975.

As 80 empresas de promoções de vendas continuaram a oferecer brindes, concursos, sorteios, etiquetas, *stands*, *displays*, decoração de vitrinas e as 50 empresas de serviços jornalísticos, agências de notícias estrangeiras, distribuidoras de jornais e revistas, editoras de jornais de empresas, serviços de redação e tradução continuaram a cultivar os mesmos hábitos de fazerem parte do bolo.

No entanto entre as maiores agências no ano de 1975 em faturamento figuram as estrangeiras. Operam 11 agências de publicidade com capital 100% do exterior no país e quatro empresas brasileiras que têm em sua estrutura participação minoritária no capital. em 74/75 foram absorvidas a Standard Propaganda pela Ogilvy And Mather (EUA)

a CIN, pela Leo Burnett (Inglaterra) De Carli pela Gunther Blaise (Alemanha) e estão contando com participação estrangeira em seu capital a CBB&A pela BBDO (EUA) enquanto a FBA Levy mantém acordos operacionais com a Siboney do México, Alcântara Machado com a DDB (EUA) e a Tak publicidade fundiu-se com o grupo Hakudo Incorp. do Japão.

Em 1974 estas 15 agências ligadas ao capital externo movimentaram Cr\$ 800 milhões de propaganda, competindo com a maioria das pequenas e médias agências sem oportunidade de deter o controle das maiores contas.

No ano passado a maior agência em faturamento continuou sendo a McCann Erickson que atingiu Cr\$ 240 milhões embora se somar a Proeme que por sua vez é ligada à Interpublic que pertence ao grupo McCann o fa-

O CAPITAL ESTRANGEIRO NA PROPAGANDA (em milhões de cruzeiros — 1974)

agência	faturamento
McCann Erickson	152
J. W. Thompson	146
Lintas	94
Standard/Ogilvy	84
CIN (Leo Burnett)	30
GGK	26
Promo	21
Grant	20
Young & Rubicam	20
IAS	10
TAK Hakuhodo	10
Sub-total	613
SGB (30% Grey Advertising)	65
Proeme (30% Interpublic)	50
CBB&A (20% BBDO Advertising)	50
Blaise de Carli (50% G. Blaise)	25
Sub-total	190
TOTAL	803

Fonte: ABAP

turamento total é superior a Cr\$ 300 milhões.

Para contrapor tamanha liderança de capital em faturamento entre agências, surgiu em 1975 um amplo debate sobre um modelo brasileiro de propaganda, que pudesse em termos econômicos desenvolver um mercado nacional para os profissionais e no plano criativo copiar menos a publicidade estrangeira, explorando os nossos tipos, a linguagem brasileira e realizando uma comunicação de nossas coisas.

Este trabalho inovador foi feito pela turma do Clube da Criação, gente menos acomodada nos estúdios e redações das agências. Debateu-se nos oito meses de trabalho do clube o problema do mercado do trabalho e encampou-se a proposta do cartunista Caulos em favor da nacionalização dos cartazes de filmes estrangeiros que deveriam ser criados no Brasil, a fim de beneficiar o nosso mercado de trabalho. Promoveu-se o ciclo de debates sobre o filme publicitário com a colaboração de alunos da PUC. Debateram-se no período aspectos éticos da propaganda imobiliária, discutindo os problemas da especulação imobiliária, o envolvimento do profissional de propaganda na concepção deste tipo de campanha. O clube trouxe a debate os melhores criadores de *jingles* e *spots* o que organizou a classe em associação profissional, fortalecendo o trabalho de criação destes profissionais e evitando a pirataria musical, o roubo de músicas e melodias. O clube se pronunciou em 75 a favor do projeto Levy que manda as lojas estipularem claramente o preço total das mercadorias vendidas a prazo e encaminhou proposição ao Congresso Nacional (dep. J. G. de Araújo Jorge) vedando aceitação pelos órgãos de comunicação de massa de anúncios e comerciais autorizados no estrangeiro, sem passar por agên-

cias de propaganda estabelecidas no país.

A redução do número de agências é a preocupação dos profissionais de propaganda em 1976 já que uma política de fusões e incorporações de agências menores pelas maiores do mercado foi iniciada o ano passado e a tendência ameaça repetir neste ano.

Teme-se um excesso de concentração a pretexto da eficiência já que modelo de repartição do faturamento de 1974 demonstrou que a publicidade brasileira em sua maioria é rateada entre 20 maiores agências.

Dos Cr\$ 3,2 bilhões de faturamento atribuídos às 750 agências em 1974, as 20 maiores (incluindo as estrangeiras) tinham administrado mais da metade (cerca de Cr\$1,7 bilhão e as 50 menores pouco mais de Cr\$2,3 bilhões, restando às demais 700 agências, todas nacionais, pequenas em proporção e pulverizadas em todo o Brasil, menos de Cr\$1 bilhão. Haverá ou não o desaparecimento das pequenas agências em 1976?

Caberá ao Estado ou à iniciativa privada, às entidades profissionais ou ao Clube da Criação responder esta tendência?

O RANKING DAS AGÊNCIAS NO BRASIL (em milhões de cruzeiros — 1975)

agência	faturamento
1º Mac Cann Erickson	240
2º MPM propaganda	215
3º Alcântara Machado	210
4º Mauro Salles	185
5º J. W. Thompson	180
6º Denison propaganda	152
7º Norton	140
8º DPZ	138
9º Lintas	120
10º Standard/Ogilvy	110
11º SGB	82
12º Castelo Branco & A	76
13º Premium	66
14º Proeme	63
15º JMM	54

CARTAS

O leitor aplaude o Jornal de Debates pela publicação do resumo do livro de Eduardo Frei sobre a situação chilena

☆ Senhor Redator

Telegrama de Santiago, publicado na *Folha de S. Paulo*, desta capital, onde o li, dá conta de que o governo chileno proibiu qualquer referência na imprensa ao livro do ex-presidente Eduardo Frei, do Chile, sobre a atual situação de seu país. Livros editados nos países andinos normalmente nunca chegaram ao Brasil. Portanto, jamais seriam expostos nas livrarias, ficando ao alcance dos leitores. O presidente Frei, como todos sabemos foi, dentro da lei, como ele mesmo diz, tenaz adversário de Salvador Allende, que o sucedeu no governo chileno. O seu depoimento sobre a situação atual de sua pátria tem assim, além de seu respaldo moral, a vantagem de resumir a crítica de um verdadeiro estadista que teve a vivência direta dos problemas da grande nação andina. O seu conhecimento era, pois, uma necessidade cultural. Mas, como

satisfazê-la se, pelos motivos já expostos, o livro dificilmente chegaria ao Brasil?

Eis que *Jornal de Debates* publicou excelente síntese, permitindo-nos conhecer pelo menos os pontos capitais do pensamento do grande líder democrata-cristão. Quero agradecer-lhe por isto, louvando o pioneirismo jornalístico marca de uma publicação que procura servir aos seus leitores de forma exemplar, antecipando-se em iniciativas das quais sequer cogitaram outros jornais. Considerei de meu dever de cidadão que procura estar corretamente informado, enviar-lhe o meu aplauso mais sincero.

Clodomir Teixeira
São Paulo

A correção monetária esfola o mutuário do BNH, um banco que está afogado em dinheiro. Enquanto isto, bancos da rede particular registram lucros fabulosos e mirabolantes: mais de 60% sobre o seu capital

☆ Senhor Diretor

Antes de se inventar a tal de "correção monetária", havia o que os bancos chamavam de "juros negativos". Era o estratagemma de que se utilizavam para não emprestar dinheiro a taxas abaixo ou igual às taxas da inflação. Um procedimento esdrúxulo porque na Inglaterra, onde nasceu, com a Revolução Industrial, o capitalismo, quando a inflação chegou a 25% as taxas de juros não ultrapassaram a casa dos 10%. Mas nós temos, aqui, nossas especialidades da casa, e uma delas foram os "juros negativos".

Dinheiro é uma mercadoria que os bancos alugam, como uma imobiliária aluga um apartamento. Mas quando o aluguel do dinheiro se faz a preços exorbitantes (taxas de juros), o resultado desse fato repercute em toda a economia, inflando-a. Depois de 1964, em nome do combate à inflação, o governo inventou outra especialidade da casa — a denominada "correção monetária". Seria um dos remédios heróicos, encontrados na sua farmacopéia, para conter a inflação. É público e notório o que significou para as classes média e operária a aplicação da correção monetária, nos casos dramáticos de compra da casa

própria. Os compradores foram estropiados — legiões e legiões deles tiveram de devolver suas residências, aprendendo cruelmente que, uma casa alugada, ainda que com alguns rebocos a fazer é humanamente mais suportável do que a escorcha do BNH. Esse sim, empanzinou-se tanto de dinheiro que não se envergou de ter sido criado para, apesar de um problema social grave, ostentar aqui no Rio um gigantesco arranha-céu, com teatro e tudo quanto existe um edifício de altíssimo luxo.

Antes da correção monetária e do BNH um assalariado, fosse da classe média ou operário, podia comprar pelos antigos IAPs (IAPC, IAPB, IAPI etc) seu apartamento, sem ser esfolado e sem que o sistema previdenciário fosse à falência. Veio a correção, veio o BNH e instalou-se a desgraça. Que fez a correção, que fez a política financeira do governo? Espoliou a imensa maioria do povo brasileiro, enquanto um banco, só um, — banco privado —, num só ano apresentou um lucro de 60% sobre o seu capital. Mirabolante, mas verdadeiro. É que hoje há um marajá nesse país: o investidor. Tudo é feito para ele, inclusive as cadernetas de poupança que deveriam ser chamadas de "cadernetas de poupança". Encerramos 75 com

uma taxa de inflação superior em metade à estimada pelo governo: 45% contra 30%, que foi o teto estabelecido. Que mostra isto? Entre outras coisas, que a correção monetária não funcionou como freio ou surto inflacionário. É o atestado de óbito de sua eficácia antiinflacionária. Apesar disto, continua aí. Este parece mesmo querer ser um país de mortos inseputos.

Heitor Ferreira Reis
Rio

Jornal de Debates um periódico que estava faltando diz o economista Santiago Fernandes

☆ Senhor Diretor

Parabéns! O *Jornal de Debates* era o que estava faltando em mãos de intelectual responsável. Gostei muito do primeiro número. E estou certo de que os vindouros serão ainda melhores. Espero poder enviar minha colaboração ao regressar, agora, da Europa. Longa vida para o JD!

Santiago Fernandes
Rio de Janeiro

A gota d'água na beira do abismo

Seria impossível levantar o mundo de intenções que *Gota D'Água* contém – nos, do Ratto, do elenco, de Dory e Luciano. O que não nos impede de ir pro inferno – ao contrário, ajuda. Podemos, entretanto, esquematicamente, esboçar as preocupações fundamentais que a nossa peça procura refletir. A primeira e mais importante de todas se refere a uma face da sociedade brasileira que ganhou relevo nos últimos anos: a experiência capitalista que se vem implantando radical, violentamente predatória, impiedosamente seletiva – adquiriu um trágico dinamismo. O santo que produziu o milagre é conhecido por todas as pessoas de boa fé e bom nível de informação: a brutal concentração da riqueza elevou, ao paroxismo, a capacidade de consumo de bens duráveis de uma parte da população, enquanto a maioria ficou no ora e veja. Forçar a acumulação de capital através da drenagem de renda das classes subalternas não é novidade nenhuma. Novidade é o grau, nunca ousado antes, de transferência de renda, de baixo pra cima. Alguns economistas identificados com a fase anterior afirmam que a saída era previsível, mas, de tão radical, impensável, dado o grau de pauperismo em que já vivia a maioria da população. No futuro, quando se puder medir o nível de desgaste a que foram submetidas as classes subalternas, nós vamos descobrir que a revolução industrial inglesa foi um movimento filantrópico comparado com o que se fez para acumular o capital do milagre. O certo é que, à falta de alternativa melhor, a experiência foi posta em prática e se “consolidou”. É indiscutível que o autoritarismo foi condição necessária à implantação de um modelo de organização social tão radicalmente antipopular. A autoridade rigidamente centralizada permitiu que se pusesse em prática o elenco de medidas (política salarial, monetária, tributária etc.) que modernizaram, à feição capitalista, uma parte da sociedade brasileira, enquanto intensificava o processo de empobrecimento da parte maior. Mas isso não explica tudo. Achar que o autoritarismo foi o único instrumento da imobilização imposta às classes subalternas, no Brasil, nos últimos anos, equivale a dizer que as forças políticas no poder coagularam as relações entre as classes sociais, que todas as forças sociais ficaram paradas, contra a vontade, assistindo às classes dominantes fazerem seu carnaval, sozinhas. E isso não é verdade.

O sistema começa a absorver os melhores quadros

No movimento que redundou num avanço tão grande dos interesses das classes dominantes sobre os das classes subalternas, as camadas médias têm desempenhado um papel fundamental. Elas, ao lado do autoritarismo, e de forma mais profunda, têm legitimado o milagre. Seria ingênuo, a partir daí, fazer qualquer julgamento moral da classe média brasileira. Se a raiz desse problema fosse moral, viver não dava trabalho nenhum. A verdade é que o capitalismo caboclo atribuiu uma função, no tecido produtivo, aos setores mais qualificados das camadas médias. Não apenas como compradores, beneficiários do desvario consumista, mas, sobretudo, como agentes da atividade econômica. Em outras palavras, o capitalismo caboclo começou a ser capaz de cooptar os melhores quadros que a sociedade vai formando. E isso, de certa forma, é inédito no Brasil.

Este sempre foi um país dependente. A nossa história tem sido, também, a história dos conflitos entre as diversas ma-

No programa da peça, Paulo Pontes faz uma análise da situação do país: a brutal concentração da riqueza elevou a capacidade de consumo dos bens duráveis de parte da população, enquanto a maioria ficou no ora-veja



trizes e os interesses legítimos, nacionais, que se foram criando aqui. Ao longo dessa história, sempre correram, paralelas, quase sempre isoladas uma da outra, duas culturas; uma elitista, colonizadora, transposta da matriz pra cá; e outra, popular, abafada, nascida da existência social concreta das classes subalternas. A cultura da elite nunca foi capaz de penetrar profundamente, até as bases da sociedade, nem foi capaz de assimilar valores da cultura popular, fundamentalmente porque a economia brasileira, que se desenvolveu sempre num quadro de dependência, em nenhum momento foi capaz de incluir, ativamente, em seu processo, as amplas camadas inferiores da população. Entre os dois pólos, as camadas médias desenvolveram, sempre, um movimento pendular. Muitas vezes divididas, quase sempre tributárias dos interesses das classes dominantes, mas, em alguns momentos, próximas das classes subalternas, as camadas médias têm sido o fiel da balança, na correlação de forças políticas. Uma economia dependente, de feição pré-capitalista que, além de excluir as camadas inferiores, relegava setores qualificados das populações urbanas a uma posição parasitária, estimulava essa oscilação no interior das camadas médias. A partir da chamada política de substituição de importações e, sensivelmente, com a implantação do modelo atual, que acelera brutalmente a modernização do tecido produtivo, é que o capitalismo começa a atribuir uma função dinâmica às camadas médias da sociedade, numa escala que privilegia os melhores quadros que vão surgindo. A economia é cada vez mais dependente e, por isso, cada vez mais seletiva. Mas há algo de politicamente diabólico no processo de seleção posto em prática: em 100, assimila 30; só que os 30 são os mais capazes. O que acabou foi a incapacidade, pré-capitalista, que essa economia tinha de cooptar os melhores.

Se é certo que não há (ou há muito pouca) tradição revolucionária no Brasil, é nítido que havia uma tradição de rebeldia nascida e alimentada nos setores intelectualizados da pequena burguesia brasileira (profissionais liberais, estudantes, escritores, artistas, políticos etc.). Em épocas distintas, e com matizes

diversos, os contornos dessa linha de tradição podem ser traçados com nitidez: vem de Gregório de Matos a Plínio Marcos; está em Castro Alves, mas também está em Augusto dos Anjos; ela está madura, consciente, em Graciliano e corrosiva em Oswald de Andrade; está em Caetano Veloso, mas já esteve em Noel Rosa; esteve em 22, no Arena, no Oficina, no Opinião e no Cinema Novo, pra citar apenas nomes e movimentos ligados à arte. A ironia, o deboche, a boêmia, a indagação desesperada, a anarquia, o fascínio pela utopia, um certo orgulho da própria marginalidade, o apetite pelo novo, são algumas marcas dessa nossa tradição de rebeldia pequeno-burguesa. Hoje é possível perceber que essa rebeldia era fruto da incapacidade que os diversos projetos colonizadores sempre tiveram de assimilar amplos setores das camadas médias e dar-lhes uma função dinâmica no processo social. O que estava reservado ao intelectual pequeno-burguês antes do período a que nos estamos referindo? O jornalismo mal pago, o funcionalismo público, uma cadeira de professor de liceu, o botiquim, a utopia, a rebeldia. Por falta de função ele era posto à margem. Até muito pouco tempo eram muito poucas as opções de carreira do estudante universitário – tudo era criado fora, o carro, a geladeira e a ideologia. Assim, o sistema econômico não tinha como assimilar a capacidade criadora dos melhores quadros da pequena burguesia que ficavam, colocados, perigosamente, no limite da rebeldia. O que acontece agora, inversamente, é que a radical experiência capitalista que se faz aqui começa a dar sentido produtivo à atividade dos setores intelectualizados da pequena burguesia: na tecnocracia, no planejamento, nos meios de comunicação, na propaganda, nas carreiras técnicas qualificadas, na vida acadêmica orientada num sentido cada vez mais pragmático etc. O disco, o livro, o filme, a dramaturgia, começam a ser produtos industriais. O sistema não coopta todos porque o capitalismo é, por natureza, seletivo. Mas atrai os mais capazes.

Assim, ao contrário de imobilidade, houve um significativo movimento nas relações entre as classes sociais, cujo

eixo foi a classe média brasileira, assimilada por uma economia cuja forma de acumulação dominante é não apenas capitalista, mas também se dá num quadro de dependência, o que a torna ainda mais predatória, para os que ficam.

Gota D'Água, a tragédia, é uma reflexão sobre esse movimento que se operou no interior da sociedade, encurralando as classes subalternas. É uma reflexão insuficiente, simplificadora, ainda perplexa, não tão substantiva quanto é necessário, pois o quadro é muito complexo e só agora emerge das sombras do processo social para se constituir no traço dominante do perfil da vida brasileira atual. De tão significativo, o quadro está a exigir a atenção das melhores energias da cultura brasileira; necessita não de uma peça, mas de uma dramaturgia inteira. Procuramos, pelo menos, diante de todas as limitações, olhar a tragédia de frente, enfrentar a sua concretude, não escamotear a complexidade da situação com a adjetivação raivosa e vã.

Procuramos agora, nesta reflexão, fazer a distinção, necessária, entre capitalismo e autoritarismo. Se o segundo foi condição para a consolidação do primeiro, é indispensável perceber que estamos diante de categorias distintas e, a esta altura, em certo grau, contraditórias. Há um conflito nítido, hoje, entre a complexidade e a diversidade de interesses desta sociedade, e o estado inflexível, estreito que a está dirigindo e ajudou a implantá-la em passado recente. O centro da crise política que as classes dominantes estão vivendo hoje, no Brasil, é este: como criar formas de convivência política entre interesses tão diversos e, em muitos casos, contraditórios, mantendo as classes subalternas em estado de relativa imobilidade. Enquanto a tão solicitada imaginação criadora dos políticos não resolve o dilema, a crise se aprofunda, com as cabeças mais realistas do sistema pedindo afrouxamento do cinto. O capitalismo, agora, precisa de um estado mais aberto porque já foi capaz, na prática, de assimilar os focos de rebeldia. Ao mesmo tempo, se a abertura chegar ao pessoal lá de baixo... Se correr, o bicho pega, se ficar o bicho come.

A segunda preocupação do nosso trabalho é com um problema cultural, cuja formulação ajuda a compreender o que foi dito acima: o povo sumiu da cultura produzida no Brasil – dos jornais, dos filmes, das peças, da TV, da literatura etc. Isolado, seccionado, sem ter onde nem como exprimir seus interesses, desa-

Qualquer projeto nacional legítimo deve sair do povo

parecido da vida política, o povo brasileiro deixou de ser o centro da cultura brasileira. Ficou reduzido às estatísticas e às manchetes dos jornais, de crime. Povo, só como exótico, pitoresco ou marginal. Chegou uma hora em que até a palavra povo saiu de circulação. Nossa produção cultural, claro, não ganhou com o sumiço.

A partir da década de 50 um contingente cada vez maior da intelectualidade foi percebendo que a classe média de um país como o nosso – colonizado, desviado do controle sobre seu próprio destino – vive dilacerada, sem identidade, não se reconhece no que produz, no que faz e no que diz. Ela só tem chance de sair da perplexidade quando se descobre ligada à vida concreta do povo, quando faz das aspirações do povo um projeto que dê sentido à sua vida. Isso porque o povo, mesmo apropriado de seus instrumentos de afirmação, ocupa o centro da realidade – tem aspirações, passado, tem história, tem experiência, concretude, tem sentido. É, por conseguinte, a única fon-

te de identidade nacional. Qualquer projeto nacional legítimo tem que sair dele. Pouco mais de 15 anos de democracia foi capaz de gerar o processo de intercomunicação entre as classes sociais não comprometidas com a expropriação da riqueza nacional e um setor cada vez mais amplo da classe média se unia às camadas populares para formar um perfil do povo brasileiro ideologicamente mais complexo. Povo deixava de ser, assim, o rebanho de marginalizados; politicamente, povo brasileiro era todo indivíduo, grupo ou classe social naturalmente identificados com os interesses nacionais. Em contato direto com as classes subalternas, a intelectualidade, raquítica é litorânea, ia percebendo que era, também, povo, isto é, que tinha uma história a fazer, uma realidade para transformar à sua feição, tinha responsabilidades, aliados, tinham enfim, sentido. A aliança resultou numa das fases mais criativas da cultura brasileira, neste século. Foi daí que saiu a nossa melhor dramaturgia, que vai de Jorge Andrade a Plínio Marcos, passando por Vianinha, Guarnieri, Dias, Calado, Millôr, Boal etc.; dessa aliança saíram o Arena, o Oficina, o Opinião; saiu o Cinema Novo; saiu a melhor música popular brasileira; o pensamento econômico amadureceu; nasceu uma sociologia interessada em descobrir saídas para o impasse do Terceiro Mundo e não apenas preocupada em catalogar pitorescos e idiossincrasias do povo.

A partir de 64 a pressão de duas forças convergentes interrompeu o processo: o autoritarismo, impedindo o diálogo aberto da intelectualidade com as camadas populares; e a acelerada modernização do processo produtivo, assimilando e dando um caráter industrial, imediato, à produção de cultura. A interrupção deixou a cultura brasileira no ora e veja. Artistas, escritores, estudantes, intelectuais, arrancados do povo, a fonte de concretude de seu trabalho criador, caíram na perplexidade, na indecisão, no vazio, mazelas conhecidas da classe média, quando fica reduzida à impotência. O desespero, o esteticismo, a omissão, o povo folclorizado, a importação de vanguardismo, o deboche, o autodeboche

foram alguns sintomas nascidos da falta de substância social (de povo) na cultura brasileira. Agora que a experiência de todos esses anos já nos permite uma avaliação, fica cada vez mais claro que nós temos que tentar, de todas as maneiras, a reaproximação com nossa única fonte de concretude, de substância e até de originalidade: o povo brasileiro. Esta deve

Devolver a vida brasileira de novo, ao palco

ser uma luta, de modo particular, do teatro brasileiro. É preciso, de todas as maneiras, tentar fazer voltar o nosso povo ao nosso palco. Do jeito que estiver ao alcance de cada criador: com o *show*, a comédia de costumes, o esquete, a revista, com a dramaturgia mais ambiciosa, como se puder. O fundamental é que a vida brasileira possa novamente ser devolvida, nos palcos, ao público brasileiro. Esta é a segunda preocupação de *Gota D'Água*. Nossa tragédia é uma tragédia da vida brasileira.

forma da peça. No auge da crise expressiva que o teatro brasileiro tem atravessado, a palavra deixou de ser o centro do acontecimento dramático. O corpo do ator, a cenografia, adereços, luz, ganharam proeminência, e o diretor assumiu o primeiríssimo plano na hierarquia da criação teatral. As mais indagativas e generosas realizações desse período têm como característica principal a ascendência de estímulos sonoros e visuais, sobre a palavra. As causas do fenômeno são conhecidas, mas gostaríamos de chamar a atenção para uma delas, apenas pressentida: ao lado de todas as pressões amesquinadoras, que tornaram impossível a encenação do discurso dramático claro sobre a realidade brasileira, uma fobia pela razão ia tomando conta de nossa criação teatral. Era improvável que se tratasse de uma crise da razão, num país como este, com tudo por ser feito, e estruturado de forma tão irracio-

nal que a lógica mais estreitamente cartesiana tem eficácia como instrumento de percepção. O que aconteceu, na verdade, é que as transformações se foram acumulando no interior da sociedade sem que a cultura, posta à margem, se desse conta. Até um ponto em que o processo social ficou muito mais complexo do que a cultura era capaz de entender e formular. E este passou a ser o centro da crise da cultura brasileira: criou-se um abismo entre a complexidade da vida brasileira e a capacidade de pensá-la de sua elite política e intelectual. O desespero, o deboche, a supervalorização dos sentidos etc. — que tomaram conta do nosso melhor teatro em anos recentes — a partir de determinado momento deixaram de ser substitutivos conscientes do realismo policiado e passaram a ser, no plano teatral, a expressão da incapacidade de nossa cultura de perceber e formular, em toda a sua complexidade, a sociedade brasileira atual. Claro que a estreiteza dos limites impostos à criação cultural, no Brasil, é a grande responsável pela crise, mas nós nos iludimos se não reconhecemos que, a partir de determinado momento, houve incapacidade real de pensar nossa realidade. Agora o quadro se vai modificando. Principalmente a partir dos últimos dois anos. A economia, a sociologia, a ciência política, setores da produção cultural voltados para a reflexão, começam a se pronunciar. Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Luciano Martins, Antônio Cândido e tantos outros começam a publicar livros e ensaios estimulantes. O jornalismo político vem dando uma colaboração valiosa. Os ciclos do Casa Grande deflagraram o apetite pelo debate. E surge uma forma insuspeitada de análise da sociedade: a tese de doutoramento. Podemos citar, apenas para dar um exemplo da variedade e da eficácia do novo instrumento, as teses *Ideologia da Cultura Brasileira*, de Carlos Guilherme Mota, *Os Bóias-frias*, de Maria da Conceição, *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*, de Lúcio Kowarick, *A Expressão Dramática do Homem Político em Shakespeare*, de Bárbara Heliodora etc. Aos poucos a sociedade, que estava em sombras, vai

ganhando contornos mais nítidos e a cultura brasileira começa a aprofundar a sondagem. Podemos, agora, pelo menos, tentar avaliar.

A forma que nós encontramos para refletir esse ânimo foi evidenciar a necessidade da palavra voltar a ser o centro do fenômeno dramático. Não foi a razão que fracassou no nosso caso; quem fra-

Transformar a palavra em aliada do dramaturgo

cassou foi nossa racionalidade estreita. Agora é preciso reinstrumentalizá-la. A linguagem, instrumento do pensamento organizado, tem que ser enriquecida, desdobrada, aprofundada, alçada ao nível que lhe permita captar e revelar a complexidade de nossa situação atual.

A palavra, portanto, tem que ser trazida de volta, tem que voltar a ser nossa aliada. Nós escrevemos a peça em versos, intensificando poeticamente um diálogo que podia ser realista, um pouco porque a poesia exprime melhor a densidade de sentimentos que move os personagens, mas queremos, sobretudo, com os versos, tentar revalorizar a palavra. Porque um teatro que ambiciona readquirir sua capacidade de compreender tem que entregar, novamente, à múltipla eloquência da palavra, o centro do fenômeno dramático.

Eram essas as nossas preocupações quando começamos a trabalhar em *Gota D'Água*. Sabemos que nem este empreendimento, nem nenhum outro, isoladamente, tem possibilidade de dar uma resposta definitiva a todas estas questões. Sejam quais forem os resultados artísticos desse trabalho — e temos consciência das suas limitações — gostaríamos que ele fosse entendido, apenas, como mais uma tentativa, entre tantas que começam a surgir, de reaproximação do teatro brasileiro com o povo brasileiro.

CARTAS

Dois depoimentos revelam que os jovens estão cada vez mais alienados. Não sabem de nada e não querem saber. A desinformação é generalizada.

☆ Sr. Redator:

Numa época em que sofremos em nossa Canaã Ocidental a proliferação de tantos "milagres", tomamos a liberdade de anunciar mais um desses acontecimentos "sobrenaturais": a desinformação, alienação e aculturação da juventude atual.

Vítimas da importação consciente de valores e do acultramento, não menos consciente, da realidade que nos toca, vamos transformando em títeres da comunicação. Somos a geração oito-meia-zero.

Na segunda quinzena de janeiro, *O Pasquim* publicou uma entrevista com duas cocotinhas — espécie bípode, isento de penugem e material céfálico, abundante na orla marítima do Rio de Janeiro — realmente chocante, sr. Diretor!

Entre magistrados afirmações ("Freud? não sei quem ele é não. Só sei que ele explica"); ou esta: "Livros? Não consigo me concentrar. Prefiro a televisão."); a impressão que elas nos dão é de

serem produzidas em série: as mesmas maneiras de dizer, as mesmas formas de vestir, o mesmo jeito de pensar. Todas procurando encontrar-se no amor, mas tão fechadas em si mesmas que este sentimento passa a ser apenas uma palavra desgastada.

Mas isto não é o pior. No dia 25.01.76 o *Jornal do Brasil* vai e comete outra entrevista, desta vez com quatro jovens, aqueles que ficaram entre os primeiros colocados no vestibular unificado, em que tivemos a oportunidade de conhecer as opiniões expressas por esta "elite cultural". Aqui pra nós, sr. Redator, as coisas estão bem piores do que pensávamos. Estes monstrinhos são capazes de tudo! Se o sr. não acredita, olhe só alguns exemplos.

JB — Como você encara o sistema de múltipla escolha, agora que se fala muito sobre a redação no vestibular?

Egberto Gaspar de Moura — Mesmo aumentando o número de vagas, o vestibular tem que ser feito, tem que haver uma seleção daqueles que podem desempenhar seu papel com devoção e boa vontade. Porque é só com amor à profissão que se consegue alguma coisa, com amor em tudo.

JB — Como cada um de vocês vê o atual momento político do Brasil? Que impressão causa a vocês?

Bruno Hermann Freire — A impressão que tenho é que não acho nada.

Paulo Roberto dos Santos Pereira — Nós começamos com o descobrimento, mas agora que estávamos com um certo desenvolvimento que dava até inveja, vem este problema da economia mundial...

JB — Você acompanhava o processo dos contratos de risco?

Paulo Roberto — Eu li a respeito... não li muito porque a possibilidade de cair no vestibular era mínima...

JB — Você acompanha o debate político que está havendo entre a oposição e o governo? Tem alguma idéia formada sobre ele?

Paulo Roberto — Eu tenho medo... pelo que li sobre o que acontecia antes... volta e meia não tinha condução... greves atrás de greves... eu vi alguma coisa a esse respeito no Almanaque da Abril.

JB — Como você interpreta a palavra distensão? O que você vê nela?

Paulo Roberto — Tenho medo. **JB** — Você acha que o estudante deve apenas estudar ou também participar da vida política?

Egberto — Não creio que nós tenhamos capacidade de entender bem a política nem nada.

Bruno — Acho quase inválida a opinião de um cara de 22 anos que luta acirradamente por alguma coisa.

JB — Vocês vão entrar na universidade... têm alguma informação sobre o Decreto 477... e sobre o AI-5? O que significam para vocês?

Bruno — O 477 é o troço de universidade? É muito difícil saber, acho que não é mau... eu estou mais informado sobre o AI-5... a última vez que foi usado foi com aqueles caras na Hungria ou Polônia...

Paulo Roberto — O AI-5... bem... é para mostrar a realidade política aos políticos... AI-5 neles!

Egberto — O 477 é necessário pelo seguinte... todos sabem que os subversivos estão em toda parte se infiltrando na universidade para corromper a juventude.

JB — O que vocês acham do Presidente Geisel e de alguma figura da oposição?

Egberto — As últimas eleições eu acompanhei... quem ganhou foi o Marcos Freire...

JB — Qual é a opinião de vocês sobre o papel da mulher na sociedade? Existe conflito de gerações? A família está em crise? Que acham do divórcio?

Ana Lúcia Fernandes Lima Torres — Eu acho que a mulher tem capacidade de seu papel dentro da família, sendo dona-de-casa e mãe numa família maravilhosa.

Egberto — Eu creio que a mulher não se deve masculinizar... perde o atrativo, sabe? Inclusive as líderes feministas pregam a masculinização total, não?

Paulo Roberto — Quanto ao divórcio, eu tenho medo...

Então, sr. Redator, o que o sr. está achando dos nossos futuros dirigentes? Estão ou não estão em ritmo de Brasil grande?

Há três anos estudo engenharia na PUC-RJ e a cada ano que passava se sentia a queda do nível dos calouros recém-saídos dos cursinhos.

Mas desta vez foi atingida a perfeição! Meus cumprimentos, sr. C. A. Serpa pois, combinando questões ultra-objetivas com salas abarrotadas de alunos, com técnicas de ensino massificante e sem nenhum sentido crítico, conseguiu transformar massas cerebrais em cocô! Prêmio Nobel de Química, fácil!

Parabéns, sr. Ministro da Educação e Cultura, pois daqui a alguns anos, quando nas universidades só tivermos esse tipo de cuquinhas, será então possível existir o tão possível diálogo. Atenção sr. Adolf Lindenberg! Repare só como estes jovens ficariam elegantes segurando estandartes vermelhos, exorcizando comunistas em praça pública.

Quanto a mim, sr. Redator? Bem... acho que vou perfurar poços artesianos em Irecê, lá na Bahia. É mais fácil tirar água das pedras que dialogar com meus contemporâneos. Também, quem manda ser tão pretencioso?

Luiz Márcio Meireles — RJ

Naná Vasconcellos, artista brasileiro que há vários anos está atuando na Europa, denuncia nesta entrevista as distorções do processo musical brasileiro. "Nós temos direito, diz ele, de desenvolver nossas próprias formas de expressão cultural."

A FALTA DE RITMO DA MPB

IVAN ALVES FILHO

(de Paris para o Jornal de Debates)

O poeta Ferreira Gullar escreveu que o "homem subdesenvolvido padece, com frequência, de uma ilusão: a de pensar que a História é privilégio de algumas metrópoles". No terreno da atividade cultural e, mais especificamente, musical, os equívocos e as ilusões persistem: são numerosos os músicos de talento dos países do chamado Terceiro Mundo que insistem em querer encontrar nas belas e distantes capitais européias ou em Nova York esta ou aquela corrente "de vanguarda" que solucionaria todos os nossos problemas de criação estética — poção mágica, universal, facilmente adaptável a todas as realidades. O que poderia passar por simples ingenuidade de alguns artistas, mal esclarecidos, tornou-se de fato um dos graves problemas — senão um freio — do longo processo de emancipação cultural dos povos oprimidos pelo colonialismo ou neocolonialismo. Efetivamente, muita gente — por desinformação, cumplicidade ou desespero — fecha os olhos à evidência de que a problemática cultural e as perspectivas estéticas dos países pobres serão determinadas e levantadas pela prática social dos artistas no interior de suas próprias realidades. Nesse sentido, a situação atual da cultura brasileira é bem reveladora. Não se trata aqui de colocar a cultura dita universal no banco dos réus, mas de avaliar concretamente as bases sobre as quais se alicerçam a contribuição das manifestações culturais de outros povos ao processo cultural brasileiro de modo geral. Nem de recusar sistematicamente uma contribuição cultural ou artística sob a alegação de que "ela vem de fora do país". Ao contrário, pode ocorrer mesmo que uma determinada tendência artística estrangeira se imponha no Brasil e represente um avanço, uma coisa positiva, e acrescente algo de novo para a nossa arte, como foi o caso, por exemplo, da Arte Barroca, que, chegando aqui, transformou-se radicalmente em uma arte popular, e, à diferença da Europa, os seus mestres, como o Aleijadinho, eram gente do povo, iletrados ou simples artesãos desconhecidos. Mas é preciso adotar um critério qualitativo no

julgamento de uma tendência artística qualquer, é preciso verificar o que é progressista e o que é conservador nessas importações culturais, e diferenciar entre o que pode contribuir para o enriquecimento e desenvolvimento da nossa cultura e o que pode empobrecê-la, destruindo o seu caráter nacional específico. Infelizmente, é o que ocorre com a cultura brasileira de hoje, que nada tem a ganhar com a invasão pelos nossos meios de comunicação (rádio, TV, imprensa e cinema) da subcultura, da submúsica pop norte-americana, principalmente.

A relação da nossa cultura com a cultura estrangeira deve ser entendida no sentido de uma troca de informações e de idéias e deve eliminar todo elemento de superestimação ou de subestimação de uma cultura pela outra. Para isso, no entanto, é preciso que tanto a nossa cultura quanto a cultura que vem do exterior sejam autênticas. Assim, o Brasil não deve e nem pode ser um simples banco de ensaio para a adaptação nos trópicos das correntes culturais em voga na Europa ou nos EUA.

Nós temos direito — evitando, é claro, tombar em um nacionalismo estreito, estúpido e reacionário — de desenvolver nossas próprias formas de expressão cultural. E essa é a única maneira de realmente universalizar a nossa cultura, partindo da elaboração das coisas que nos são particulares. Somente assim — e não a partir da cópia de modelos culturais importados — é que se tornará verdadeira a contribuição brasileira ao debate cultural em escala internacional. Pois montar um processo cultural é bem mais complexo do que fazer um aprendizado por correspondência, à distância. Uma nova realidade supõe uma nova cultura e uma nova arte. Numa contribuição ao debate em torno de questões fundamentais da cultura brasileira e dos rumos da nossa música popular, *Jornal de Debates* entrevistou em Paris, onde vive atualmente, o músico Naná Vasconcellos.

Naná toca o berimbau — "eu sou a primeira pessoa a ter carinho com esse instru-

mento, que é potencialmente rico" — como muito pouca gente no Brasil. Ele é praticamente o único músico que soube explorar o berimbau em "todas as suas potencialidades sonoras". Devido talvez ao fato de que o berimbau e muitos outros instrumentos de percussão brasileiros imitem em certo sentido a fala humana, a música de Naná deixa a forte impressão de oralidade, reforçada ainda pelo fabuloso trabalho de voz (desenvolvido principalmente no disco *Naná/Amazonas*, gravado no Brasil em 1973). Paralelamente, escutando Naná, a gente nota que o seu trabalho — como aquele de João Gilberto, que ele muito admira — é essencialmente musical, a poesia ocupando um espaço secundário. E às vezes a própria maneira de dizer as palavras é tão importante quanto o significado das palavras em si mesmo.

A Arte é parte integrante da História. Bertold Brecht disse uma vez que a "música tem suas leis internas e sua evolução autônoma, mas ela participa da evolução dialética da sociedade a que pertence". Ora, o berimbau é toda uma História tantas vezes marcada de sangue, é o urucungo dos povos bantu, negros trazidos de Angola, de Moçambique e do Congo, a quem não devemos também a cuica, o coco, o bumba-meu-boi. E Naná demonstra ter clara convicção de que o seu trabalho é o fruto da experiência histórico-cultural do processo de colonização sofrido por nosso país. Isso se evidenciou mais fortemente quando compôs um belo álbum sobre a luta de Zumbi dos Palmares. O seu trabalho é inseparável da sua condição de músico brasileiro e da história da escravidão negra no Brasil. Sua música está profundamente enraizada nas tradições do país.

Naná possui uma experiência musical que vai da Banda Municipal de Recife à participação em espetáculos ao lado de Miles Davis, um dos maiores nomes da história do jazz americano. Ao longo de uma carreira iniciada aos 13 anos na sede do bloco Os Batutas de São José, recebeu múltiplas influências: o músico erudito, o percussionista da Orquestra Sinfônica de

Recife, sabia de cor doces cantigas em tupi-guarani que lhe ensinaram "uns pescadores lá do interior do Ceará". E o baterista de conjuntos de bossa-nova — "eu era o melhor baterista de Recife naquela época" — muitas vezes acompanhou de primitivo berimbau em punho tecnológicos grupos de pop-music. Todas essas experiências temperaram para sempre a sua música, e ele fica à vontade para discutir os problemas atuais da MPB, as relações que se estabelecem entre música e realidade, entre a música e tecnologia, e os conceitos música nacional/universal e música popular/erudita.

Numa determinada altura da entrevista, Naná reconhece que a música estrangeira é de uma "informação importante" para o seu trabalho, salientando, porém, que essa música "tem de ser verdadeira, não pode ser caricatura, como está acontecendo muito no Brasil". Sem dúvida. É impressionante a desnacionalização da música brasileira. E a situação se agrava ainda mais quando sabemos que a música é a mais popular das nossas artes. Noel Rosa já tinha dado o alerta em "Não tem Tradução": "Amor lá no morro é amor pra xuxu/ as rimas do samba não são I Love You/ e esse negócio de Alô, boy, Alô, Jones/só pode ser conversa de telefone". Mas há gente que não quer escutar o poeta da Vila. E o problema maior é que hoje os grupos ou as pessoas interessadas em colonizar culturalmente o Brasil dispõem de um indisfarçável acesso aos meios de comunicação por onde se veicula toda uma subcultura que aliena o homem e o artista brasileiro da sua realidade. Mas este não é o caso de Juvenal de Holanda Vasconcellos, nome barroco de um compositor recifense que o Brasil inteiro precisa ouvir com muita atenção. Questão de romper com o impasse cultural — estimulado, em realidade, por acontecimentos que escapam à única esfera da cultura — e de propor saídas autenticamente nacionais. Pois o homem subdesenvolvido padece, com frequência, de mais de uma ilusão.

E não existe remédio mais amargo do que a desilusão.

Como surgiu em você o interesse pela música?

— Comecei a tocar aos 13 anos num cabaré em Recife, na sede do bloco "Os Batutas de São José". Eu participava de um conjunto de boate. Tocava toda quarta-feira, sábado e domingo, e, engraçado isso, tinha até uma autorização especial do Juizado de Menores porque o lugar era muito barra-pesada e tal.

Você tocava o quê?

— Maraca, bongô, eu era ritmista. Bom, e daí fiquei tocando lá, foi realmente o meu início, esse cabaré. E eu aprendia música em casa, com o meu pai, que também era músico. Logo depois eu entrava na banda municipal de Recife, tocando surdo.

Você tinha que idade nessa época?

— Eu tinha 15 anos. Nesta mesma época comprei uma bateria, mas não sabia tocar e passei dois meses sem armá-la, só olhando pra ela... Um dia o pessoal em casa começou a reclamar. Resolvi estudar e fui considerado como o melhor baterista de Recife daquele ano. Isso foi no começo da bossa-nova e já se falava de João Gilberto, do samba de uma nota só. A bossa-nova revolucionou muita coisa e teve um grande impacto, principalmente no Norte. Bom, integrei-me como baterista em vários conjuntos

de bossa-nova, toquei no *Som-Bossa Trio*, no *Quatro em Ação*, tudo isso em Recife. Por outro lado, eu me liguei com o pessoal de teatro do Movimento de Cultura Popular. Passei a trabalhar com um grupo chamado *Construção*, fazendo pesquisa em todo o Norte. O nosso grupo ia, pra Feira de Caruaru, para ouvir a Banda de Pifanos, os violeiros, as embo-ladas, as cirandas, fandango, todas essas coisas. E todo nosso teatro era baseado nessa cultura, na literatura de cordel.

— Fale um pouco do berimbau, da história do instrumento. O que é um berimbau, exatamente?

— Bom, o berimbau é utilizado no Brasil para a capoeira. E a capoeira é um folclore que vem da *Dança das Almas*. Existem muitas versões sobre a capoeira, versões que às vezes se contradizem. Algumas afirmam até que a capoeira foi utilizada como meio de luta pelos escravos que participaram da Revolta dos Palmares ou de outras revoltas contra o colonialismo. De qualquer maneira, a capoeira vem mesmo de *Dança das Almas*, folclore de duas almas que se encontram, se cumprimentam e dançam, é uma coisa religiosa. E o berimbau é o instrumento que faz o ritmo para essa dança, o berimbau é um complemento do folclore da dança da capoeira, que estava lá para fazer ritmo. Ninguém nunca

pegou o berimbau para utilizar como instrumento musical. Então as pessoas pintam de muitas cores o berimbau, o que não tem nada que ver. Quando o berimbau chegou lá no Brasil, levado pelos escravos de diferentes partes da África, ele não era pintado, a madeira era pura, natural, a corda era feita de tripas de boi, a moeda era uma pedra, a varinha é que era mesma...

— O berimbau ainda existe na África, atualmente?

— Sim, existe ainda em Zulu, em Burundi. Em Burundi ele se chama *Arco Musical Umuduri*; em Zuzilândia, no Sul da África, eles chamam *Dizingone*. Tem no Camerum, também. No Mali tem uma espécie de berimbau também, mas com duas cabaças. O berimbau existe em vários países africanos. Eles falam, inclusive, que o berimbau é o símbolo mesmo do primeiro instrumento do homem, uma corda só, simples, e seria ainda um símbolo de guerra, com a forma de arco e flecha que ele tem. Cada país da África tem a sua versão sobre a história do berimbau, cada país dá um nome diferente ao berimbau, que é utilizado de maneira diferente, segundo a região. Os mulumanos se servem do berimbau como instrumento religioso, para acompanhar atos religiosos. Quanto à capoeira ela vem mesmo de Angola...

— A capoeira também é de origem bantu, não é?

— Sim, a respeito disso é interessante observar que cada região do Brasil deu uma África diferente. Na macumba, por exemplo, você observa que no Rio de Janeiro ela é cantada e, na Bahia em quetu, no Norte ela é cantada em iorubá; quer dizer, diferentes partes da África, diferentes línguas e dialetos africanos se estabeleceram no Brasil. Até os santos mudam do Norte para o Rio de Janeiro, os santos em relação ao catolicismo nem sempre são os mesmos.

— A macumba no Rio de Janeiro sofreu um sincretismo enorme em relação ao candomblé na Bahia, que se misturou muito pouco com o catolicismo.

— Exato. E você vê ainda que a macumba do Rio de Janeiro é chamada de candomblé; na Bahia, de Xangô; no Recife, batuque; no Amazonas, que tem uma incrível macumba. E chamam *samba* lá pro lado do Maranhão. O Brasil tem toda essa mistura de coisas. E assim como o berimbau tem muitos outros instrumentos, como a cuica, que estou começando a estudar. A cuica vem do congo. É um instrumento que tem que ser tocado.

— Realmente, mas existe ainda uma série de instrumentos que nunca foram explora-

dos, como o afôfiê, flauta de madeira que ninguém toca no Brasil.

— Não ninguém toca. E por falar em instrumentos a explorar, ninguém sabe nada sobre o índio brasileiro, sobre a música do índio brasileiro, sobre as suas flautas e sobre os seus instrumentos de percussão. Ainda existe uma série de instrumentos a serem estudados no Brasil. O berimbau é um deles. Ainda hoje, após todo esse tempo que toco o berimbau, ele me surpreende. O berimbau transformou quase toda a minha vida, porque transformou a minha música. Ele é progressivo, é evolutivo, tem sempre um som novo a explorar, tem momentos que tomo um susto: "Não é possível, digo comigo mesmo, esse instrumento é realmente de uma riqueza". Hoje eu faço um trabalho de percussão e voz e foi o berimbau que me levou a isso. Devo muito, a minha música deve muito ao berimbau. O berimbau me fez deixar o jazz, foi o berimbau que me pôs em contato com os músicos eletrônicos aqui na Europa, como o Xenakis. Tenho cartas, discos oferecidos a mim por esses músicos que são pessoas que me respeitaram depois que eles ouviram o berimbau. E eles mesmo disseram que o berimbau é uma desmistificação da música eletrônica, de uma certa maneira. Você pega um instrumento primitivo e tira sons que os caras ficam horas procurando com radar e tudo.

— Desculpe interromper, mas outro dia, quando estávamos em Etampes, no interior da França, uma garota que o ouvia tocar berimbau, muito impressionada pelo instrumento que ela nunca ouvira, falou baixinho para a mãe dela: "On dirait le vent" — dir-se-ia que é o vento...

— É incrível realmente, tudo isso a gente encontra no berimbau, mas não fui eu quem descobriu não. Sou apenas a primeira pessoa a tocar organicamente o instrumento, a ter carinho com ele, a me dedicar ao berimbau. Estava tudo lá, sempre esteve lá. O instrumento é potencialmente rico.

— Você não acha que todo esse movimento, visando a utilizar a guitarra elétrica no Brasil, esbarra, entre outras coisas, nos imperativos da técnica? Explicando melhor: não se estaria procurando adaptar irrealisticamente a tecnologia de países desenvolvidos em uma realidade como a brasileira, subdesenvolvida?

— Claro, o Brasil não tem as condições tecnológicas dos Estados Unidos. Nós não temos bons instrumentos elétricos, o maior estúdio de gravação do Brasil na época do tropicalismo, pelo menos, possuía apenas quatro canais, quatro pistas, enquanto que nos EUA o menor estúdio tinha dezesseis e era estúdio para gravar propaganda para televisão. Além do mais, os estúdios de gravação no Brasil funcionam mais ou menos assim: o técnico de som, quando ele está acostumando-se a conhecer a coisa, é promovido a diretor; o auxiliar dele vai ser o técnico. E o cara que varria o estúdio vai ser o auxiliar. As coisas no Brasil, infelizmente, acontecem sempre assim. Bom, por outro lado, o músico brasileiro é virtuoso, tem uma capacidade de improvisação enorme e é preciso não perder isso. A meu ver, tocando instrumentos elétricos, os músicos correm o risco de se deixarem dominar pela técnica, pois a coisa é muito fácil, é só apertar um botão e sai o som desejado. O músico brasileiro é aquele que tem capacidade de tocar tudo, mas esse tudo tem limite. Não podemos, tecnicamente, culturalmente, tocar como o Coltrane, que teve uma escola, uma vida diferente, uma cultura diferente, uma formação diferente, que tem os melhores instrumentos. Nós somos mesmo é do violão, dos instrumentos primitivos e é com isso que temos dado a virada. Então, essa coisa de som universal só fez fundir a cuca de muitas pessoas. Em certas regiões do Brasil, em lugares ainda menos desenvolvidos, onde a informação chega com um ano de atraso, como no Norte, isso

ainda é pior, porque agora é que estão começando a fazer música com guitarra elétrica. Sobre esta questão de som universal, de guitarras elétricas, a gente vê coisas estranhas. O Gilberto Gil, por exemplo, quando voltou para o Brasil, falou que a saída para a música brasileira estava no Norte. Ele chegou falando isso. Estou totalmente de acordo. A música do Norte ainda é desconhecida, inexplorada, porque está todo mundo preocupado em tocar música americana ou inglesa. E existe lá no Norte toda uma cultura praticamente esquecida, que o brasileiro não conhece. Bom, então o Gilberto Gil foi ao Norte, ouviu ou reouviu a Banda de Pifanos de Caruaru e voltou dizendo: "Fiz o rock nordestino". Rock nordestino... É uma contradição enorme, é uma loucura! Por que ele não voltou dizendo: "Fiz um baião"? Por que rock? O que é que o rock tem a ver com o nordestino? Quer dizer: ele foi ao Norte e não viu nada! O João Gilberto volta ao Brasil e reproduz os versos do velho sucesso: "Eu vou mostrar pra vocês/Como se dança o baião/e quem quiser aprender/é só prestar atenção..." "mas ninguém nunca prestou, infelizmente. O João Gilberto é realmente uma personalidade musical, o trabalho dele é muito importante para a música popular brasileira. Porque, justamente, ele nunca fez concessão. Nos Estados Unidos, por exemplo, todo mundo cantava em inglês "para comunicar melhor com o americano", menos o João Gilberto, e de todo esse pessoal da bossa-nova que emigrou ou fez espetáculos nos Estados Unidos só ficou João Gilberto. Ele é o cachê mais caro nos EUA. Ele chega, cantando, com o violão dele, é João Gilberto, todo mundo respeita, sem ter que fazer concessão do tipo de cantar em inglês ou botar uma escola de samba atrás pra acompanhar. Eu penso que a música brasileira estacionou depois desse gênio aristocrático, depois desses mitos todos que estão aí, que tiveram uma importância muito grande, mas só num determinado momento.

Bom, entre os compositores da nova geração, admiro muito o trabalho do Milton Nascimento, que somente agora começa a ser ouvido no Brasil e que é a África mineira. Tem os compositores jovens do Norte, tem o Chico Buarque, que é um seresteiro, um poeta urbano como Noel Rosa o foi, mas com a informação de hoje. A música do Chico é feita para brasileiros e não tem a pretensão de vanguarda que tinha o movimento tropicalista, que queria ser vanguarda com as vestes e com as guitarras elétricas... Eu me lembro que o Chico foi muito atacado nessa época, apresentado como conservador, quando o negócio não era nada disso. O problema é que o Chico estava lá dizendo: "o Brasil é isso", e as pessoas afirmando: "mas é um conservador" porque ele tocava com o MPB4, que, como fazia vocal, coisas de falsete, era também considerado tradicional, conservador. Mas tem que se falar também num Paulinho da Viola, com aquela linguagem de favela que ele tem, com a *finesse* dele, linguagem do cotidiano do tipo "Olá, como vai/ eu vou indo e você / Muito bem, eu vou indo..." Temos que falar é desse pessoal. Mas o que eu quero dizer mesmo é que o samba é outro e que a saída para a música brasileira está lá no Brasil, não adianta vir procurar aqui fora, a saída está lá dentro. Acredito muito numa volta ao início, às raízes, mas com a informação de hoje. Estamos na era da tecnologia, sei que o homem já foi à Lua, sei que existe Concorde, sei que acabou a guerra do Vietnã, estou com todas essas informações. Mas é preciso também olhar para o Brasil, para a nossa realidade. Não para fazer uma música e uma arte particular, em função só do Brasil. A gente tem que pegar as nossas coisas e mostrar, mas para isso é preciso que essas coisas sejam verdadeiras e não imitações, entender? O cinema novo brasileiro, a arquitetura nova brasileira, tudo isso deve ter sua origem lá no Brasil mesmo.

Temos de olhar para a nossa cultura. É fascinante a riqueza que tem. Você pode escolher não importa que tema para desenvolver que existe material que não acaba mais. Se você escreve, pinta, faz foto, desenha, faz cinema, música, o que você abordar, tem material. E isso tudo está lá, é para a gente.

— Eu penso que fazendo música brasileira, específica, é realmente a única maneira de a gente contribuir para a própria música universal. Porque, se a gente vier aqui mostrar o rock, não vejo em que isso pode interessar, acrescentar. A gente estaria simplesmente enterrando a nossa cultura e somando nada à do outro.

— Exatamente. Quando me apresento com o berimbau aqui na Europa, em Paris ou em outro lugar, as pessoas perguntam de onde vem esse instrumento, como ele é. Enfim, querem saber. Essa é a minha contribuição. Se, ao contrário, eu chegasse tocando rock, eles já conhecem, não é nenhuma novidade. Mas quando chego com o berimbau é diferente, a coisa muda. A troca de informações e de idéias é muito importante. Eu, por exemplo, utilizo a tecnologia deles para reproduzir bem a coisa que estou fazendo, faço a minha música com o berimbau, que é um instrumento primitivo e me sirvo de um bom sistema de reprodução de som, ultramoderno etc. Utilizo, então, a tecnologia em função de reproduzir o som do meu instrumento primitivo, natural. E um bom serviço de som é quando eu toco num festival para milhares de pessoas, ou quando eu gravo um disco. É nessa medida que entendo e me sirvo da tecnologia. Eu me sirvo da tecnologia para melhor divulgar o meu trabalho. E vou continuar fazendo a minha música com instrumento primitivo, não vou tocar com instrumentos elétricos, não vou me deixar dominar pela tecnologia. Bom, voltando ao problema da música brasileira, ela está nessa fase de estacionamento porque houve todos esses movimentos poéticos, como já expliquei antes, e musicalmente a coisa não avançou muito. E, para ir para frente, avançar, devemos olhar para a nossa cultura, procurar conhecê-la melhor, inclusive para poder transmitir lá fora, para poder trocar idéias em bases concretas. Eu trabalhei, por exemplo, com o músico Don Cherry, que é um cara que fez experiências na Índia, no Japão, na África. Ele vem com a cultura dele, eu venho com a minha e a gente conversa, é um enriquecimento, um diálogo, uma discussão. Eu penso que você tem de saber o que as pessoas estão fazendo, mas você tem de apresentar ao mesmo tempo um trabalho seu, saber o que quer. E daí é que nasce o diálogo, pois se eu ghego para o Don Cherry tocando a música dele, eu que não vivi com ele, que não tive as experiências dele, não faz nenhum sentido. Contudo, não existem barreiras musicais não. Eu toquei jazz, toquei pop, toquei com músico eletrônico, e cheguei à realidade de que não sou músico de jazz. Está certo. Que eu não sou músico pop, está certo; mas não excluo a música pop, o jazz eu não faço porque não é a minha realidade, mas é de uma informação enorme para mim. Mas essa música tem de ser verdadeira, não pode ser caricatura. E isso está acontecendo muito no Brasil.

— Escutando os pregões as musiquinhas que os vendedores usam para anunciar uma fruta, a mandioca, a gente não pode deixar de pensar no berimbau, que parece ser um prolongamento do som oral. E a mesma coisa se aplica à cuica e a vários outros instrumentos de percussão brasileiros, que tendem a imitar, som oral, que vem da rua, do homem.

— Creio que existe uma integração muito grande, entre os sons dos nossos instrumentos de percussão e o som oral. Eu diria mesmo que os instrumentos, em certa medida, reproduzem os sons orais, os pregões etc. Foi através dos pregões que me fixei no berimbau, que faço esse meu trabalho atual. Não só os pregões como os aboios, as congadas, os refrões.

— Onde e quando você gravará o Zumbi? Devo gravar na Alemanha e o disco deve

sair nas próximas semanas.

— Será lançado simultaneamente no Brasil? — Ah, isso vai ser uma exigência minha. Quero que o disco seja lançado no Brasil. É necessário que o brasileiro conheça a história do Zumbi, porque muita coisa foi deturpada, não me satisfaz. E falo isso não em termos de cor, de racismo, porque eu sou negro.

— O fato mesmo de a Revolta dos Palmares ter sido uma luta que durou 70 anos, um povo querendo libertar-se, fundando uma república, forjando uma organização social, tudo isso justifica amplamente o seu trabalho. É um grito, não é? História de uma luta pela liberdade, a Revolta dos Palmares foi uma das coisas mais dignas da História do Brasil.

— Claro! E ao lado disso tudo tem a inspiração musical que de qualquer maneira é o meu grito. Quando eu digo assim "Zumbi sou eu, Zumbi é você, Zumbi é todo aquele que olha pra essas coisas", eu estou dando o meu grito, fazendo a minha arte. Em todo o meu trabalho, em meus discos anteriores, procuro dar um tratamento de imagem, fotográfico, à música brasileira. E a música como imagem está muito presente na obra de Villa-Lobos — não quero naturalmente comparar-me com o Villa-Lobos, mas admiro muito o trabalho dele. O Trenzinho Caipira é isso. O Villa-Lobos constrói o trem e bota você na janela do trem. É a mesma coisa do Milton Nascimento da música Pai Grande, onde tem o navio negreiro atravessando o Amazonas e você tem a impressão de estar acompanhando. Quando eu fiz o disco Amazonas eu mesmo tinha a impressão de estar dentro de um navio, olhando o Amazonas, a selva amazônica, escutando os ruídos do mato. Já o Zumbi, que está praticamente todo composto, é o resultado da minha formação musical, que veio de Sítio Novo em Recife, que passou pela banda municipal, que passou pela zabumba, pela macumba, pela ciranda, por toda uma pesquisa com o bumba-meu-boi e que também passou pelo jazz. Entende? É a soma de todas essas experiências, de todo o meu trabalho, realmente. É incrível como tem gente que complica uma ciência tão simples como a música. Eu conheço um músico eletrônico que me disse que a música mais difícil de fazer era o silêncio. Então ele quebrava a cabeça para encontrar um som mais tranquilo. Deve ter dado uma pane lá nas máquinas e ele encontrou o silêncio como importância. Ora, você fica captando com radar, modulando, mixando, apertando botão, para conseguir fazer um determinado som que alguns instrumentos primitivos já tinham encontrado há muito tempo: o silêncio. Aconteceu um negócio engraçado, que é interessante eu contar. Fui convidado aqui na França para tocar no Department de Recherches de Musique Electrique et Acustique. Levei o berimbau, justamente para mostrar o contraste da coisa. Chegando lá, os músicos me apresentaram uns *tapes* gravados assim, com um sincronismo tal, mixagem tal, não sei quantas pistas, não sei quantos microfones, e tinha o radar e tudo. Quando entrei com o berimbau desmistifiquei todo esse trabalho. Tirei sons que ultrapassavam todas essas pesquisas e com um instrumento primitivo, sem sincronismo, sem nada, puro, natural.

— O problema é que tem gente que parece esquecer que a música sai do coração...

— Primeiro, se não sai de lá... O problema com essa coisa de utilizar a tecnologia é que muitos músicos de talento perderam muito de sentimentalismo, da parte do coração, da fibra mesmo, a coisa ficou muito fria, muito técnica, é só apertar um botão e você tem uma orquestra ou uma flauta. Além do mais, todo mundo acaba fazendo a mesma coisa. É o que está acontecendo no Brasil, todo mundo agora está querendo fazer distorção. Mas eu acredito numa nova geração de músicos autenticamente brasileiros, que retomará o trabalho feito até hoje pelos nossos compositores populares.

Uma questão de sobrevivência

Carta de Mattos Pimenta ao general Juarez Távora publicada no JD em janeiro de 1948 discute o problema do monopólio estatal do petróleo



Cabe, indiscutivelmente, ao general Juarez Távora, o mérito de ter trazido ao debate público o assunto do petróleo brasileiro, questão que afeta, sem dúvida alguma, a própria vida do Brasil como nação soberana. Os destinos do nosso país, a felicidade ou a desventura do nosso povo, nos próximos 10 a 30 anos, dependem, em grande parte, da solução que dermos ao problema do nosso petróleo.

Disso tem plena consciência o general Juarez Távora. A indústria petrolífera é básica, isto é, seus produtos são usados de modo quase geral nas demais indústrias produtoras. E no setor das indústrias pesadas "possui influência fundamental no custo e na possibilidade de desenvolvimento e criação de novas fontes de riqueza", como acaba de assinalar conhecido artigo na revista *World Petroleum*, de novembro último.

O petróleo é a principal fonte de energia criadora da prosperidade industrial e o mais vital elemento de êxito na defesa dos países, como combustível dos aviões, dos tanques, dos navios e da maior parte dos meios de transportes. Tornou-se, assim, o produto magno, quer nos tempos de paz, quer nos tempos de guerra.

Pergunto: - Uma riqueza de tal magnitude, a mais importante de todas as riquezas com que a Providência dotou a terra brasileira, pode ser entregue aos trusts estrangeiros sob a forma de concessão ou propriedade parcial ou total, direta ou indireta, visando lucros privados? Deve-se mesmo entregá-la a nacionais, para a sua exploração e industrialização, com o mesmo objetivo de proventos pessoais? Não é imperioso e justo que ela seja explorada pelo Estado no

interesse da comunidade e da própria defesa nacional?

A estas perguntas todas as nações, exceto o Irã, Iraque, Saudi-Arábia e Venezuela, responderam, nestes últimos 5 anos, pela propriedade e exploração estatais.

Mesmo países pequenos, como o Uruguai e Portugal, que não possuem petróleo, tornaram empresa do governo a indústria petrolífera, importando o óleo cru, refinando-o, fornecendo ao país toda a gasolina consumida e recolhendo os lucros aos cofres nacionais.

O general Juarez Távora sabe disso. Sabe que o governo do Uruguai montou sua refinaria sem que o Tesouro tivesse que despende um centavo. Sabe que o Uruguai contratou, com um banco inglês, um empréstimo a juros de 3%, prazo de 4 anos, para a instalação da refinaria do governo; e que tal refinaria, inaugurada em 1973, apresentava, já em dezembro de 1938, reservas no valor de mais de 12 milhões de pesos uruguaios, ou sejam, 125 milhões de cruzeiros. Sabe que tal refinaria foi paga em pouco mais de um ano de funcionamento. Sabe que toda a gasolina consumida no Uruguai é refinada e fornecida pelo Estado, com imenso lucro para o país.

Em Portugal também a totalidade da gasolina consumida provém da refinaria do governo, que importa todo óleo cru, visto que aquele país não possui uma só gota de petróleo.

As embaixadas do Uruguai e de Portugal, aqui no Rio, poderão certificar os brasileiros incrédulos e desanimados sobre a verdade de tais fatos.

Esses dois países, que não possuem petróleo, realizam deste modo, grandes lucros, em favor dos cofres públicos, bem como economizam considerável soma de divisas com que pagavam, ou-

trora, a gasolina importada.

Pretende-se, entretanto, que o Brasil, proprietário de jazidas petrolíferas com poços já abertos e de grande produção, entregue aos trusts estrangeiros e capitalistas nacionais a exploração e industrialização de seu petróleo. Não é isso um ato injustificável e claramente contrário ao interesse nacional?

Alega-se que nosso governo não poderá obter dinheiro, nem técnicos, nem máquinas. Tal alegação é, entretanto, inteiramente infundada, indiscutivelmente favorável aos interesses dos trusts estrangeiros.

A Bolívia, nação de menor prestígio e crédito que o Brasil, acaba, com efeito, de obter dinheiro, técnicos e máquinas para a instalação de sua indústria petrolífera estatal.

O fato vem relatado, com dados e cifras, em um artigo, de novembro último, da *World Petroleum*, que é a principal revista do mundo sobre o assunto.

Referindo-se ao programa do governo boliviano, informa a *World Petroleum*: "Este programa, depois de ter sido estudado em todos os seus pormenores por uma comissão de ministros do Poder Executivo e após cuidadoso exame de seus fundamentos, foi aprovado pelo governo, mediante decretos de 24 de outubro de 1946 e de 29 de novembro do mesmo ano. O Banco de Exportação e Importação de Washington dedicou-lhe estudo ainda mais detalhado, verificando que, com exceção da instalação da refinaria do Sucre, era o melhor que se podia solicitar e executar, e ampliou o crédito original de três milhões de dólares, concedido em 1942. As obras necessárias para a realização desse programa deverão estar terminadas em 1948; em princípios desse mesmo ano será concluída a refinaria de Sucre, e, no segundo semestre, a de Cochabamba. Esse programa poderá satisfazer 75% das necessidades de gasolina de aviação, querosene e óleo diesel na República, e cerca de 50% das de óleo combustível, ou seja, um total de 80% das necessidades totais destes produtos na República, utilizando-se somente o produto bruto de Camiri. Se forem encontrados, como se espera, produtos mais pesados em Guairay ou Mandeyapeuca, poderão ser satisfeitos 100% das necessidades do país. Esta meta será de qualquer modo atingida num prazo de um ano e meio, depois

que o programa começar a ser posto em execução, pois serão iniciadas as obras necessárias para desenvolver a jazida de Barnejo, cujo produto é muito pesado, para suprir essa deficiência. A Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos adotou a sadia política da liquidação rápida de seus créditos, de modo que utilizará 75% de seus lucros para acelerar o pagamento de suas obrigações, calculando-se, assim, que dentro de três anos, a partir de 1949, terá coberto grande parte delas. De outro lado, o Exp. and Imp. Bank julgou conveniente exigir seja esta liquidação precedida rapidamente. Note-se que todo este programa será realizado sem ônus para o erário nacional".

A Bolívia estará, assim, com suas refinarias estatais em pleno funcionamento no corrente ano de 1948, graças aos decretos de 26 de outubro e 29 de novembro de 1946, isto é, decretos posteriores ao término da última conflagração.

Como conseguiu a Bolívia os recursos para semelhante empresa?

Informa o mesmo artigo da *World Petroleum*: "Este programa significa uma inversão de US\$ 14.150.000, dos quais 8.500.000 concedidos pelo Banco de Importação e Exportação de Washington, 5.000.000 pelo Banco Central da Bolívia e US\$ 650.000 representados pela garantia de execução de obras".

Informa ainda a *World Petroleum*: "Os lucros oriundos desse programa são calculados em US\$ 4 milhões de dólares, no mínimo, para o ano de 1949, e irão aumentando à medida que aumente o consumo do país. A economia de divisas para a nação, nas mesmas bases, será de cerca de três milhões de dólares anuais, aumentando, igualmente, de acordo com o consumo. Cumpre salientar que essas quantidades serão baseadas numa diminuição do preço de venda dos produtos que influem diretamente no custo das indústrias básicas do país, como o óleo diesel ou o azeite comestível, ou no custo de vida das classes menos privilegiadas, como o querosene. Assim, por exemplo, o óleo diesel, que é atualmente vendido até por 3,80 bolivianos por litro, passará a custar, em toda República, 2,00 bolivianos; o óleo combustível, hoje vendido até 2,50 bolivianos por litro, passará a custar, futuramente, 1,50 bolivianos por litro, em toda Re-

pública; o preço do querosene baixará de 0,50 bolivianos por litro, em todas as zonas de influência dos oleodutos. Tão logo cumpra a Yacimientos Petrolíferos Bolivianos as obrigações assumidas para a consecução desse programa, os aludidos preços de venda poderão ser ainda reduzidos, desde que haja necessidade."

A Bolívia conseguiu, portanto, o dinheiro, as máquinas e os técnicos para a exploração e industrialização de seu petróleo pelo Estado.

Por que há de ser o Brasil como o Irã, o Iraque e a Arabia Saudita que se debatem, hoje em dia, nas garras dos trusts petrolíferos ianques e ingleses?

Por que não podemos conseguir o que realizaram o Uruguai, Portugal e Bolívia, para não citar outras nações maiores como o México, o Chile e a Argentina?

Ainda agora os jornais anunciam que a Light obteve um empréstimo de US\$ 90 milhões, no Banco Internacional de Reconstruções, acrescentando: "Os ministros da Fazenda, que encaminhará ao presidente da República a exposição ora aprovada no sentido de garantir ao governo o vultoso empréstimo, disse que esse é de grande interesse para o desenvolvimento do país."

Para a Light explorar economicamente os brasileiros, triplicando seus lucros, nosso governo consegue um empréstimo de US\$ 90 milhões, cerca de dois milhões de contos, endossando-o.

Para a função da indústria petrolífera nacional, fundamento de nossa prosperidade e independência, declara-se que o nosso governo não poderá obter o dinheiro necessário!

Não são tais fatos de uma clareza meridiana? Por que essa inferioridade e incapacidade do Brasil, comparado à Bolívia, Uruguai, Portugal, Chile e México, nos quais a indústria petrolífera é monopólio do Estado?

Por que seguirmos os exemplos da Venezuela, do Irã, do Iraque e da Arabia Saudita.

A palavra do general Juarez Távora, nessa hora gravíssima para o Brasil, será decisiva, pelo grande prestígio por ele adquirido, sobre o assunto, nos meios políticos e militares.

Por isso é que submeto, mais uma vez, ao seu julgamento, esses novos fatos e considerações, em prol do monopólio estatal da indústria petrolífera brasileira.

CARTAS

A crítica construtiva e serena é o melhor instrumento para a procura da verdade

☆ Senhor Diretor:

Num dos mais belos capítulos do livro *Neuf Leçons sur les Notions Premières de la Philosophie Morale*, afirma Maritain que a verdadeira renovação só poderá vir pela liberação da inteligência. Diz Maritain: - "Si on n'aime pas la vérité, on n'est pas un homme". Nas mais adversas condições, ela triunfa e se difunde como o sol e a luz.

A crítica construtiva e serena, sem precipitação ou prevenção, é o melhor instrumento de trabalho de que dispõe o homem na busca da verdade e na solução

efetiva dos seus problemas. Servem melhor ao governo os que o criticam, apontando erros, do que os que o aplaudem por conveniência, acomodação, ou bajulação.

Um meu contestador, especialista em acusações gerais, infundadas e gratuitas, repete o velho refrão de pôr sob suspeita a pessoa porque não pode contestar os dados.

Os temas globais escondem a gravidade dos problemas sócio-econômicos subjacentes, caracterizados pela má distribuição da renda, mortalidade infantil, desnutrição e má saúde.

Em 1950, em São Paulo, morriam 16 crianças em mil. Hoje, este índice elevou-se a 75. O Brasil possui um dos mais altos índices de mortalidade infantil do mundo - 170, superando os da

Uganda - 160. As graves doenças de caráter epidêmico encontram explicação na desnutrição e má saúde do povo.

O baixo salário das modestas camadas sociais agravou ainda mais as péssimas condições em que sempre viveram.

O salário mínimo, para manter o mesmo poder aquisitivo de 17 anos atrás, que era de Cr\$ 5,90, deveria, hoje, ser de Cr\$ 1.413,00.

O homem tem sido o grande abandonado. Sua defesa tem sido o meu objetivo.

As críticas que formulei são fundamentadas. A minha resposta é uma homenagem aos leitores do *Jornal de Debates* e à sua mensagem jornalística.

Euzébio Rocha
São Paulo

FEVREIRO DE 1976

FICCAO

ROMANOS DE FICCAO

Walter Carlos
Wander Fico
Hermilo Borbo Filho
Domingo Pellegrini Jr.
Antonio Buihães
Victor Giudice
Dulio Gomes
Inez Barros de Almeida
José Américo de Almeida
M. Cavalcanti Pinheiro
João Apolinário
Jacques Sternberg
Carlos Fuentes
Vivian de Ussé Adam

JÁ NAS BANCAS FICCAO 2

Petróleo sob o controle estatal

Neste artigo, publicado em abril de 1948, o ex-presidente Artur Bernardes reafirma que o poder público não pode conceder o que é da nação



Assumimos, em nosso primeiro artigo, o compromisso de provar que os lucros decorrentes da exploração industrial do petróleo facilitaríamos ao nosso governo recursos com que custear grande parte das despesas com aquisição e montagem do maquinário a ela indispensável, e vimos, hoje, desobrigar-nos daquele compromisso.

Servimo-nos, para isso, de dados fornecidos por quatro das oito companhias de petróleo que têm sede no Distrito Federal e são: a Standard Oil, a Shell, a Atlantic Refining e a Caloric. Em balanços por elas publicados no *Diário Oficial* de 1947, relativos a 1946, verifica-se que a Standard, com um capital de Cr\$ 77 milhões, aparece com um lucro líquido de Cr\$ 275 milhões e um fundo de reserva de Cr\$ 39 milhões; a Shell, com o capital de Cr\$ 148 milhões, apresenta o lucro líquido de Cr\$ 68 milhões e uma reserva de Cr\$ 271 milhões; a Atlantic, com o capital de Cr\$ 41 milhões, obteve o lucro líquido de Cr\$ 63 milhões e tirou para fundo de reserva Cr\$ 44 milhões; finalmente a Caloric, com

um capital de Cr\$ 15 milhões, apresenta o lucro líquido de Cr\$ 86 milhões e a reserva de Cr\$ 31 milhões. Tudo isso somado, perfaz a cifra de Cr\$ 476 milhões de lucros líquidos e Cr\$ 336 milhões de reserva. Adicionando a estas duas últimas parcelas, por serem reservas tiradas dos lucros líquidos, encontra-se o total de Cr\$ 862 milhões ou quase Cr\$ 1 bilhão, provindo apenas de um dos setores da indústria — a distribuição pelos consumidores brasileiros. Sendo três os outros setores da indústria — a extração do óleo bruto, a refinação e o transporte grandes proventos se tiram de cada um deles...

Vê-se, portanto, que montando por conta própria a sua indústria de exploração do petróleo o governo obterá nela uma grande cópia de recursos para amortizar o débito que por ventura contrair ou pagar boa parte do preço das máquinas. Toda indústria começa assim, aplicando em seu desenvolvimento a renda anual e crescente. Não se sabe por que o Brasil, pretenda argumentar-se diferentemente para trabalhar, com uma aparência de impossibilidade que não existe.

Eu não havia considerado essa renda ao escrever meu primeiro artigo, de sorte que não a reuni com a que a nação poderá contar para seus dispêndios. Cumprir notar que o lucro da "distribuição" do petróleo cresce consideravelmente de 10 em 10 anos, e quase dobra ao cabo desse período. São proventos desse vulto e mais os que resultam da "extração", da "refinação" e do "transporte", que estamos correndo o risco de ver passarem-se para estrangeiros!

Nenhum dos poder público tem o direito de dar a outrem o que é da nação. Quando o tivesse, as precárias condições do Brasil não lhe permitiriam, atualmente. E, ainda que fossem ótimas essas condições e um ato desse fosse lícito ao governo, seria inadmissível, senão criminoso, despojar a nação de seu patrimônio de maior valor, e patrimônio que de direito, também pertence aos nossos descendentes.

Sabe-se que uma indústria nacional de petróleo compreende quatro setores que são: a produção, a refinação, o transporte e a distribuição. A produção brasileira é ainda insignificante. Segundo o Boletim Mensal de Estatísticas, do Bureau de Estatística das Nações Unidas, de outubro de 1947, página 30, a produção do Brasil variava, nos primeiros meses de 1947, entre 800 e 1 mil 200 toneladas por mês. Estes algarismos correspondem, a uma produção anual de 10 a 14 mil toneladas, enquanto a produção na Argentina foi de 250 mil toneladas; Bolívia de 3 mil toneladas; Equador 25 mil toneladas; México 700 mil toneladas; Venezuela 5 milhões de toneladas. O nosso consumo é de cerca

de 2 milhões 500 mil toneladas ao ano, com um crescimento contínuo. A nossa produção atual representa, assim, meio por cento de consumo. Isso quer dizer que o petróleo consumido no Brasil provém do estrangeiro.

Precisamos, então, intensificar nossa produção e o conseguiremos por meios relativamente módicos. Segundo cálculos já elaborados, ao que nos informam, ser-nos-iam necessários Cr\$ 200 milhões para material de sondagem e Cr\$ 950 milhões para os trabalhos de pesquisa, exploração e produção, tudo num total de Cr\$ 1 bilhão 150 milhões, mas a realizar em quatro anos.

No que concerne à "refinação", tudo indica que devemos iniciá-la imediatamente, antes mesmo de produzir petróleo bruto, como meio de reduzir o custo, em divisas das nossas importações. Isto é, tanto mais de fazer-se, o nosso país, é um dos raríssimos que ainda importa petróleo refinado, em vez de importar petróleo bruto e refiná-lo aqui. Países como Portugal e Uruguai já deixaram de importar o petróleo refinado, e importando o óleo bruto, o transformam em suas próprias refinarias.

O meio de libertar o Brasil, pelo menos em parte, do ônus de importar produtos refinados, será o da construção de uma ou duas refinarias de grande alcance. Ao que parece, o custo de duas refinarias com capacidade de produção de 40 mil barris diários seria cerca de Cr\$ 600 milhões. É certo, porém, que essas refinarias utilizadas a princípio para o petróleo importado, servirão, mais tarde, para refinação

do nosso óleo bruto, quando ele existir em maior quantidade.

Quanto ao transporte, ele constitui para nós um ônus de que devemos libertar o país, e que consiste na despesa, em divisas, com o transporte do petróleo em navios estrangeiros.

No que respeita à distribuição, já dissemos, linhas acima, quanto basta. Os lucros que auferem da mesma, as quatro companhias citadas, saem do bolso do consumidor brasileiro e poderão ir para as mãos do Estado.

Acreditamos o que entendemos do assunto que, em quatro anos, seria perfeitamente possível tornar o Brasil, na maior parte, independente do estrangeiro, com inversão de cerca de Cr\$ 2 bilhões 500 milhões, dos quais Cr\$ 310 milhões em moeda nacional. As economias resultantes dessas inversões atingiriam, já nos próximos anos, a cerca de Cr\$ 1 bilhão 400 milhões em divisas e, seis anos, toda a inversão seria paga pelas economias feitas.

Quanto temos dito até aqui mostra que a indústria do petróleo deve ser colocada entre a proteção e o controle do Estado. Trustes não colaboram nem participam, mas controlam e açambarcam. É o que se habituaram, e o hábito é uma segunda natureza. Com empresas monopolistas dispõem de um poderio financeiro cuja influência se faz sentir não só no domínio econômico e financeiro propriamente dito, senão ainda no setor social e mais tarde, até no próprio governo. Caveant Consules... Lembrem-se todos, do senador romano, na investitura dos seus cônsules: "Que os cônsules tomem cuidado para que a República não sofra algum dano."

(transcrito de *O Jornal*)

Sem reforma agrária não há solução

Mattos Pimenta descreve a situação das favelas cariocas em 1948. De lá para cá, a situação não mudou muito. As causas são as mesmas



O fenômeno das favelas do Rio de Janeiro é claro fruto do pauperismo nacional, é pura consequência da miséria econômica que agredia nosso povo. E não adianta combater o efeito, conservando-se a causa.

O relatório publicado no *Diário Oficial*, Seção II, da subcomissão nomeada pelo governo, informa que os habitantes das favelas cariocas, 50% provêm do Estado do Rio; 20% do Estado de Minas; 22% de outros Estados mais longínquos e apenas 8% são de origem carioca.

Por que ocorre isso? Simplesmente porque as condições de vida e de habitabilidade dos brasileiros residentes nos Estados são muito inferiores às condições de vida e de habitabilidade dos moradores das favelas do Rio de Janeiro. Se a vida e o trabalho no campo tivessem mais atrativos e compensações justas e naturais, os brasileiros não o abandonariam, não o trocariam pela existência infecta nas favelas. Acontece, porém, que a vida de nosso trabalhador rural, cerca de 70% dos brasilei-

ros, isto é, cerca de 30 milhões de pessoas, é uma vida de sofrimento, de fome, de abandono, uma vida da mais extrema penúria e desgraça.

Por isso só os sertanejos muito distantes do Rio vegetam e morrem, sem esperanças, na vastidão do Brasil, impossibilitados de acorrerem para as nossas favelas, que nós, burgueses, consideramos um inferno e que eles, trabalhadores rurais, consideram um céu. A idéia, portanto, de forçar o regresso ao campo, ao interior de Minas e do Estado do Rio sobretudo, dos habitantes das favelas cariocas, é desumana e inexequível, é idéia que só o desconhecimento da realidade pode sugerir a uma consciência cristã ou bem formada.

Ainda há poucos dias, *The Times*, o grande órgão de Londres, comentando, em artigo de fundo, o Brasil vive ainda em regime feudal, com a massa camponesa sem poder aquisitivo, em estado de penúria. Ora, todo país em que o feudalismo é ainda o regime de economia rural, tem nas suas grandes cidades os extremos aspectos de miséria humana das favelas cariocas. É o que se

observa na Índia e na China, por exemplo. Sem reforma agrária, sem defesa efetiva dos trabalhadores do campo contra a exploração dos donos da terra, o combate às favelas cariocas só terá efeitos fugazes e efêmeros. Não atingirá, jamais, a sua causa principal, que é a penúria do nosso trabalhador rural, espoliado até os ossos pelo regime agrário reinante no Brasil.

Quem viaja, com efeito, pelo interior de nosso país, mesmo pelos dois Estados mais próximos desta capital, verifica que as condições de vida de nossa população do campo são das piores que podem existir. É uma população opilada, desnutrida, nua ou seminua, dormindo na terra fria de tapetas as mais vis. Os escravos, no tempo do Império, tinham, sem exagero algum, existência incomparavelmente melhor.

O que nos parece hoje um martírio, — morar nas favelas cariocas — é, para o trabalhador rural brasileiro, um paraíso onde ele se sente livre e desoprimido, mais feliz e menos explorado. Fazê-lo regressar ao campo, compulsoriamente, é, portanto, falta de caridade cristã, é puro despotismo medieval. Gente não pode ser distribuída como gado, contra vontade, contra os direitos humanos de liberdade, só porque isso convém às exigências artísticas da classe exploradora. Outra causa do pauperismo dos brasileiros, pauperismo que resulta no crescente pipocar das favelas cariocas, é o regime de economia colonial em que ainda vivemos e que ameaça, mais uma vez, de ser agravado com os atuais projetos de entre-

ga de nossas riquezas petrolíferas aos trustes estrangeiros. País que entrega suas matérias-primas básicas, suas fontes de energia e suas indústrias fundamentais ao capital estrangeiro, é país desgraçado e colonial.

O Brasil semifeudal e semicolonial, não pode ter o luxo de não possuir favelas, reflexo inevitável da própria situação econômica nacional, situação esta por nós criminosamente criada, pois se encontram em nossas mãos os dois remédios: reforma agrária e exploração, por nós próprios, das riquezas potenciais do país. Esses são os dois problemas básicos do Brasil, para os quais se devem voltar todas as atenções do povo e todas as atividades do governo, se quisermos, de fato, iniciar uma arrancada no caminho da prosperidade geral, da emancipação econômica e da liberdade política.

Ao lado da "Batalha do Rio de Janeiro" ou "Batalha das Favelas", inevitavelmente precária e de curto voo, extremamente dispendiosa e sem resultados econômicos, além de contrária aos próprios desejos dos "favelados", empenhemo-nos na "Batalha pelo Brasil", provocando e iniciando, imediatamente, a reforma agrária e a exploração, por nós próprios e para nós próprios, das fontes de energia, das riquezas fundamentais e das indústrias básicas brasileiras, atraindo e favorecendo o capital estrangeiro, o mais que for possível, para as indústrias especializadas, subsidiárias, pois para estas não temos ainda capacidade, isto é, não criamos ainda as condições necessárias.

E começemos, desde logo, pela exploração, por nós mesmos, de nossas riquezas petrolíferas, hoje sem dúvida o principal fator da prosperidade dos povos, desde que explorado em proveito próprio e não dos trustes estrangeiros. Com menos da metade do que se teria de gastar no problema regional e estético das favelas cariocas, conseguiremos iniciar a exploração intensa e a industrialização efetiva de nossas riquezas petrolíferas, abrindo larga estrada ao progresso geral e econômico do país.

Todos reconhecem que os destinos do Brasil dependem grandemente da solução que dermos ao problema do nosso petróleo. Por que, então, tanta celeuma em torno das favelas cariocas e tanto silêncio e conspiração em torno da questão magna do país, que é a do nosso petróleo?

Por que nossa imprensa e nosso governo tanto se empenham na batalha contra as favelas cariocas, de alcance estreito e regional, e não ajudam a grande batalha pela exploração, por nós próprios, de nosso petróleo, de alcance tão largo e nacional?

Por que nos preocupamos tanto com os efeitos econômicos, desprezando suas causas fundamentais?

Na hora em que a União Sul-Africana repele o jugo do imperialismo britânico, o Brasil se oferece ao jugo do imperialismo ianque.

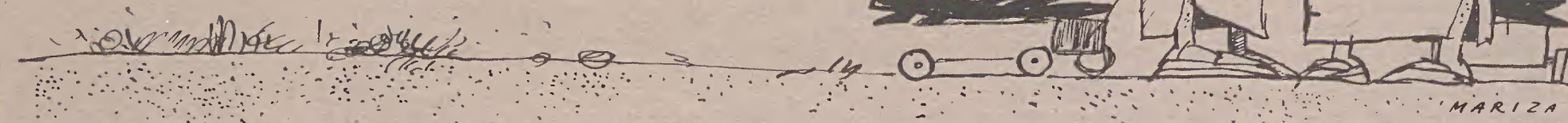
A exploração, por nós próprios, de nossas riquezas potenciais e a reforma agrária são os dois magnos problemas brasileiros, sem cuja solução não será possível impedir efetivamente a sobrevivência das favelas.

Guerra do Saara

A "détente" num banco de areia

Enquanto dois exércitos se defrontam no deserto, verdadeiro balé diplomático sacode as principais capitais árabes. Como será possível conciliar Rabat, Argel e Nouakchot?

IRINEU GUIMARÃES



Os conflitos sucessivos que vêm explodindo ultimamente no seio do mundo árabe começam a inquietar seriamente a diplomacia ocidental. Foi necessário um grande esforço e muita habilidade para encontrar uma fórmula de trégua no Líbano. Quando finalmente se conseguiu fazer calar as armas no Levante, os canhões se puseram a troar no Poente do Islam, nesse Magrebe exótico e sedutor que a sagrada fraternidade da religião de Maomé parecia unir contra todo e qualquer litígio. A guerra do Saara se envenenou depressa demais e a cada minuto chega mais perto desse *point de non-retour* que os observadores tanto temem. Tudo indica que só uma mediação conjunta das grandes potências e de outras nações árabes poderá reconciliar Rabat, Argel e Nouakchot.

Há cerca de 13 anos, exatamente em outubro de 1963, a Argélia e o Marrocos se viram mergulhados numa curta, porém bastante sangrenta guerra de fronteiras. Todos os analistas concluíram, naquela ocasião, que aquelas lutas fratricidas ainda eram uma conseqüência desastrosa do regime colonialista que havia traçado um mapa absurdo do Magrebe, sem respeitar as tradições seculares e as afinidades tribais. Desta vez, os mesmos analistas apontam ainda, à origem desta guerra do Saara, a nefasta influência do colonialismo que, para se sustentar, explorou, enquanto durou, a cobiça e a discórdia. Até o momento em que foram descobertas as jazidas de fosfato que se escondem sob as dunas do antigo Saara Espanhol, ninguém contestou as características específicas do território e do povo que nele habita. Um belo dia os pesquisadores descobriram que o deserto dos sahraouis abrigava as reservas de fosfato mais ricas do mundo. Os 80 mil habitantes, em sua maioria nômades, que povoam aqueles 270 mil quilômetros de deserto semeados de pequenos oásis, passaram então a não ser mais vistos como donos de sua terra. A Espanha invocou seus direitos de nação colonizadora para reivindicar títulos de posse, e instalou as primeiras usinas na região de Bou-Craa. Mas alguns líderes sahraouis organizaram um "movimento de libertação" que se transformaria na atual *Frente Polisario* e em 1965 as autoridades marroquinas apresentaram à ONU uma primeira denúncia formal exigindo o direito de autodeterminação para o Saara Ocidental. Dois anos mais tarde, a organização internacional pedia a Madri que preparasse um referendun permitindo aos sahraouis que se manifestassem livremente sobre seu desejo de independência. Em 1970, representantes da Espanha, do Marrocos e da Mauritânia se declararam oficialmente dispostos a organizar a descolonização do Saara Ocidental. Mas em 1974, o rei Hassan II mudou subitamente de atitude e proclamou que o Marrocos se oporia terminantemente a qualquer forma de independência daquele estranho trapézio que se estende do Sul de seu país até ao norte da Mauritânia, limitando-se a Leste com a Argélia. Nessa ocasião, o chanceler argelino, em visita oficial a Rabat, declarou que a Argélia socialista não nutria a menor ambição territorial sobre o Saara Ocidental. Mas, diante do perigo de um agravamento do litígio, as partes recorreram à Corte de Haia, que pronunciou uma sentença bastante ambígua. O tribunal internacional reconhecia, na realidade, a existência de laços muito fortes entre o antigo Saara Espanhol, o

Marrocos e a Mauritânia, mas afirmava, ao mesmo tempo, que se devia procurar para os sahraouis uma forma *sui generis* de autodeterminação. Em fins do ano passado, o rei do Marrocos decidiu apelar para um gesto espetacular que despertasse a atenção do mundo sobre o problema, e ordenou então que se organizasse uma gigantesca marcha dos marroquinos sobre as fronteiras do deserto. Foi a famosa "Marcha Verde" que levaria 300 mil pessoas até à capital do fosfato. Na realidade, o soberano do Marrocos via nessa manifestação uma excelente manobra para fazer esquecer suas complicações políticas domésticas e promover um grande momento de união nacional em torno de uma causa patriótica à qual a oposição interna, cada vez mais ativa, se veria obrigada a aderir. A Espanha, que naquele momento estava crispada sobre o leito de morte do Generalíssimo Franco, cuja agonia parecia não ter mais fim, teve uma reação apaixonada e declarou que recorrerá à força, se fosse necessário, para impedir a realização da marcha. O desafio exasperou o fanatismo dos marroquinos, e centenas de milhares de voluntários se apresentaram para participar da "Marcha Verde" que atravessou a fronteira do deserto na exaltação de uma conquista sagrada. A expedição atingiu plenamente seus objetivos. A Espanha se inclinou e no dia 14 de novembro do ano passado concluiu um acordo com o Marrocos e a Mauritânia, comprometendo-se a sair definitivamente do Saara Ocidental até o dia 26 de fevereiro deste ano.

O acordo de Madri provocou uma reação violenta da Argélia que logo se recusou a reconhecer o que ela chamava de "tentativa de fato consumado". O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, denunciou o tratado de Madri como "nulo e sem efeito". A Líbia prestou solidariedade à Argélia e no resto do mundo árabe, Rabat e Nouakchot começaram a multiplicar as trocas de gentilezas em procura de apoio. O tratado de Madri colocava o Saara Ocidental sob a tutela do Marrocos e da Mauritânia, com a participação provisória da Espanha. Os marroquinos logo passaram à ação procurando limpar as áreas ocupadas pelos autonomistas da *Frente Polisario* que foram desde então considerados oficialmente como "rebeldes". Para a imensa maioria da população sahraoui instalada nos povoados fronteiriços, começava uma era de perseguições e de sofrimentos. Consta que existem atualmente mais de 150 mil refugiados instalados precariamente nos campos do deserto. Na realidade, os guerrilheiros da *Frente Polisario* não passariam oficialmente de 3 a 4 mil homens mal armados. Mas eles contam com a solidariedade de todos esses refugiados. É aliás aqui que aparece a ação da Argélia, um tanto difícil de se justificar à primeira vista.

Alarmado diante da concentração maciça de tropas marroquinas nas fronteiras, o presidente Boumedienne enviou fortes contingentes de soldados de seu exército para a zona limítrofe com o Saara Espanhol. Mais ainda: proclamando que não podia deixar seus irmãos árabes morrer de fome e sede no deserto, como animais abandonados, passou a lhes fornecer víveres e proteção armada. Mais cedo ou mais tarde o choque tinha que ocorrer. Há cerca de 15 dias, um caça F-5 da aviação marroquina foi abatido por um míssil

Sam-6. Pouco depois o exército real se apoderava da "base logística" de Amgala, ao final de um combate em que houve baixas dos dois lados e que terminou com a captura de um pequeno contingente de soldados da tropa argelina. Os conflitos se agravaram e os "correspondentes de guerra" que chegam ao terreno de operações tanto do lado marroquino como do lado argelino, avaliam as forças que se enfrentam. Na fronteira leste do Saara, 60 mil soldados do Exército Popular da Argélia, apoiados por 103 tanques de fabricação soviética, 350 blindados, 50 tanques leves franceses AMX 13, e um poder de fogo considerável: 685 canhões, 250 lança-obuses e 60 lança-foguetes. Do lado do Marrocos 60 mil homens, apoiados por 120 tanques de fabricação soviética, 185 blindados, 120 tanques leves franceses AMX 13, e um armamento total um pouco mais fraco: 225 canhões, 150 lança-obuses e 300 morteiros.

Enquanto os dois exércitos se defrontam perigosamente, um verdadeiro balé diplomático sacode as principais capitais dos países árabes, escandalizados com esta guerra fratricida e preocupados em preservar sua imagem perante o mundo. A Argélia conta com a franca simpatia da Líbia e do Iraque, enquanto o Marrocos se apóia sobre a sólida amizade que une Rabat ao Cairo e à Síria. Enquanto os considerados "neutros" procuram mediações na Europa, sobretudo na França, os argelinos denunciam um eixo fantasma que, partindo de Paris, passaria por Madri e chegaria a Rabat com o beneplácito de Washington. Porque, para os argelinos, tanto Paris como Washington estariam apoiando o que eles chamam de "manobras imperialistas da monarquia marroquina na África septentrional". Rabat, por sua vez, acusa Boumedienne de buscar apoio em Moscou e nas capitais dos países socialistas. Na verdade, o regime socialista imposto pela revolução argelina nunca encontrou um *modus vivendi* conveniente com a monarquia de Rabat. Mas, por detrás de todas essas manobras, existem alguns elementos essenciais que explicam as razões principais do conflito. Em primeiro lugar, tanto a Argélia como o Marrocos vivem tacitamente engajados numa guerra econômica um tanto disfarçada, mas que não escapa nem aos diplomatas nem aos homens de negócios. O petróleo e o gás argelinos se vendem mal, e a Argélia nunca renunciou ao sonho de ter um corredor para o Atlântico por onde pudesse escoar mais facilmente seu minério de ferro. O Marrocos, por sua vez, precisa garantir seu fosfato e defender seu regime contra o exemplo um tanto contagioso do socialismo adotado por seu vizinho. Em segundo lugar, as mãos que manobram as peças nesse complicado tabuleiro político, são, na realidade acionadas pelos interesses das duas grandes potências antagonicas. A União Soviética forneceu muitas armas e alguns especialistas à Argélia. Os Estados Unidos, que não estão mais dispostos a perder, por omissão, o desafio africano, se mostram inclinados a sustentar Rabat estrategicamente, mesmo que seja através de alguma potência européia. Para os americanos, ver um F-5 derrubado por um Sam-6 em vários pontos do continente africano, é um pesadelo cada vez mais intolerável. Ninguém acredita que a guerra do Saara degenera em conflito mundial. Mas é mais um rude golpe desferido na chamada *détente*.

• Uma das fórmulas mais usadas para iludir o povo quanto à grandeza de seu país é fazê-lo acreditar numa série de sofismas. Em 1970, por exemplo, foi dito que ninguém segurava mais o Brasil. Não porque o país cumprira uma grande performance nos campos da economia e da cultura, mas sim nos campos de futebol. O pontapé do sr. Edson Arantes do Nascimento, aninhando a bola no fundo das redes adversárias – de tchecos, ingleses, mexicanos e italianos –, passou a ter mais importância que o Produto Nacional Bruto. Era uma fórmula de fazer crer ao povo que o país estava progredindo e, em consequência, não havia motivos para queixas. Nenhum bom brasileiro, que ama verdadeiramente seu país, pode calar seu protesto diante dessa fantasia. Para o Brasil alcançar a sua grandeza, tem que promover uma leitura crítica de suas deficiências e ter uma visão crítica de suas precariedades. Nessa linha de raciocínio, demagógica e no fundo antibrasileira, fez-se crer ao povo, durante séculos, que o país estava a salvo de todos os cataclismos da natureza. Nem nevascas, nem secas, devastando plantações e rebanhos.

Os mais imbecis chegavam a dizer que Deus era brasileiro – quando, se tivéssemos que dar uma nacionalidade a Deus, baseados no fato de Jesus Cristo ter nascido em Belém (na Palestina e não no Pará), ele seria palestino. Agora mesmo, após as terríveis nevascas que em junho/julho de 1975 destruíram os cafezais do Paraná e as colheitas gerais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, a seca assola o nordeste do país, liquidando toda a produção canavieira. Enquanto isso, em São Paulo, segundo informa O Globo, aflito, em sua primeira página, em duas colunas, quinze mil pessoas estão desabrigadas em consequência de chuvas torrenciais e epidemias ameaçam a população de Cubatão. Ainda de acordo com o jornal de Roberto Marinho, na capital paulista aumentou de dois mil para cinco mil o número de flagelados. Como se vê, muito naturalmente, estamos sujeitos também às intempéries, como os países de Europa e da América do Norte. Só que lá eles estão preparados para enfrentá-las e aqui não estamos. Preferimos nos esconder atrás do biombo da gabolice mais primária, fechando os olhos à realidade de um país onde 62% da população ganha menos de Cr\$ 600 mensais e, onde em cada 10 crianças, só cinco atingem os 10 anos de idade por alimentação precária. Ser bom brasileiro não é fechar os olhos diante dos erros e da miséria, mas sim conhecê-los para melhor combatê-los.

• Em O Estado de São Paulo, de 30 de janeiro, o Ministro Mário Henrique Simonsen declara que as importações brasileiras começaram a cair a partir de dezembro de 1975. Isto confirma o que se vinha desconfiando: cada vez mais os empresários brasileiros terão mais dificuldades em importar equipamentos para suas fábricas. A cada dia, a burguesia brasileira é mais asfixiada pelo Ministério da Fazenda.

• O Dia afirma que fofoca causou a morte de bichinhos. O jornal do inominável sr. Chagas Freitas continua fiel à sua voca-

NOSSOS QUERIDOS CONFRADES

Simonsen revela que importações estão baixando

O Dia é didático: ensina como se assalta

Henry Kissinger fala claro com os amigos

O preço do café aumentou, agora é artigo de luxo

Francelino desembarca no Rio mas ninguém nota

Último Tango condenado à fogueira na Itália

Ford diz que não permitirá o fracasso da CIA

Silveira declara: crise mundial acaba em 1976

ção didática. Ensina como se mata, como se assalta, como se faz chantagem e como se praticam estelionatos. É incrível que na cidade mais culta do país ainda exista esse tipo de imprensa. Mas não é nisso que o sr. Chagas Freitas – o pior governador de toda a história do Rio de Janeiro – se mostra mais nocivo. É em sua sórdida demagogia, a mesma que, respaldada pela delação mais abjeta, lhe abriu caminho para o governo carioca.

• Henry Kissinger, segundo telegrama da UPI transcrito no Jornal do Brasil, declarou que os países do Terceiro Mundo que quiserem a ajuda dos Estados Unidos deverão modificar seu comportamento nos foros internacionais e votar de acordo com os interesses norte-americanos. Nenhum acordo bilateral será feito sem esse compromisso. Kissinger deixa, assim, cair a máscara. O Príncipe Metternich-Winneburg, de quem ele se julga discípulo, nunca agiu assim, preferia o diálogo cortês e brilhante. Embora a partir de certo momento tenha abafado, também com as armas, as insurreições da Alemanha, de Nápoles, do Piemonte, da Espanha, da Cracóvia e da Grécia. Como o estadista austríaco, Kissinger só faz apoiar o absolutismo. No caso, o absolutismo dos Estados Unidos.

• O quilo do café passou para Cr\$ 34. As tarifas de táxis também aumentaram, e as passagens de barcas Rio de Janeiro – Niterói vão subir em trinta por cento. A gasolina aumentou e vai aumentar mais uma vez em abril. O dólar continua subindo a cada 15 dias, e o cruzeiro baixando. O açúcar sumiu do mercado e o arroz e o feijão vão disparar novamente em seus preços. É o que a gente lê em O Globo, no Jornal do Brasil e na Última Hora. Mas, quando chega o fim do mês, lemos nesses mesmos jornais os cálculos oficiais da Fundação Getúlio Vargas: o custo de vida em janeiro de 1976 subiu apenas 0,2 por cento...

• O sr. Francelino Pereira, com toda a sua mediocridade profissional, chegou ao Rio de Janeiro, segundo O Globo, para tratar da política carioca. Isso é uma brincadeira. Esse Francelino é menos conhecido e menos influente no Rio de Janeiro que o ponta-direita da equipe reserva do Olaria. E seu prestígio eleitoral, aqui, é em consequência menor que a cultura do deputado José Bonifácio.

• O Folha de S. Paulo informa que a Companhia Vale do Rio Doce assinou contrato com cinco empresas japonesas para criação de uma fundição de alumínio no Brasil. O contrato foi assinado em Tóquio pelo pitoresco ministro Shigeaki Ueki. Continua, assim, a invasão de toda a economia brasileira por capitais estrangeiros. O Folha de S. Paulo dá uma outra notícia muito interessante, que transcrevemos sem comentário: "O general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, visitou ontem, dia 30, o DOI-CODI, onde recebeu um completo relatório. Nos xadrezes daquele órgão de segurança, já não se encontra mais nenhum preso".

O Folha continua melhorando dia a dia o seu padrão editorial. Como o Estadão é um jornal que tende a liderar a imprensa brasileira.

• O Estado de S. Paulo noticia que uma caminhoneta pagadora do Departamento Nacional de Estradas de Rodagens foi assaltada no Piauí. O jornal informa que as autoridades admitem que o assalto tenha sido praticado por retirantes famintos. É a fome, que também tem levado flagelados das secas do nordeste a saquearem armazéns na Bahia e no norte de Minas Gerais.

• O Zaire e a África do Sul já estão perdendo as esperanças em Angola, onde a vitória do MPLA, sob o comando de Agostinho Neto, se amplia a cada minuto. O Globo, aflito, trata do problema num editorial pungente. "Urge uma reação do mundo ocidental para deter os rebeldes de Agostinho Neto." Que rebeldes? Angolanos defendendo a Angola é rebeldia? Há uma crise de dicionário que precisamos resolver com urgência, para que as palavras assumam seu verdadeiro sentido.

• O Jornal do Brasil informa em telegrama da UPI que O Último Tango em Paris foi condenado à fogueira na Itália. É a volta da Santa Inquisição? O que se estranha no caso é que a Itália, um país democrático, adote tais medidas contra uma obra de arte. Isto é uma prática típica dos países nazistas ou neo-nazistas, onde se interdita livros, peças teatrais e filmes, sob os mais diversos pretextos. Numa democracia, a censura não pode ter tais poderes.

• O Globo, jornal extremamente noticioso, divulga que uma loja em Bonsucesso foi assaltada

treze vezes em dois anos. Em Nova Iguaçu, os bancos fecharam por falta de garantias. Em Nilópolis, há três assaltos por dia. As cidades do Estado do Rio de Janeiro estão progredindo. Já lembram até Nova Iorque. Ao menos nos assaltos.

• O Estado de S. Paulo nos diz que Gerald Ford não permitirá que a CIA seja enfraquecida. Trata-se de mais um gesto de coragem e de patriotismo do presidente norte-americano. Ele afirma: "quero assegurar a todos vocês que não tenho a intenção de ver os organismos da espionagem desfeitos, suas operações paralisadas ou sua eficácia enfraquecida. Acredito que poderemos fazer desta agência um instrumento de paz e objeto de orgulho para todo o nosso povo. Este é o meu objetivo". Instrumento de paz e objeto de orgulho: lembram-se da conspiração contra Salvador Allende e do seu assassinato?

• Informa O Folha que a ditadura militar chilena proibiu qualquer comentário na imprensa sobre o livro de Eduardo Frei. O ditador Augusto Pinochet considerou o livro uma trama contra o Chile. O fato é inacreditável. Frei é um conservador e não emitiria em seu trabalho qualquer mensagem subversiva. Paralelamente, o embaixador de Costa Rica, em Santiago do Chile, informa que não pode transportar para o seu país elementos asilados na embaixada costarriquenha porque a ditadura militar do Chile ameaça as empresas aéreas com represálias. Trata-se de uma situação anômala, que desrespeita cruelmente os direitos humanos e deve ser examinada pela ONU.

Nota extraída do JB: "Foi negativo o resultado do teste-de-cheiro do Canal do Mangue, feito ontem à tarde pelo prefeito Marcos Tamoio, durante vistoria aos trabalhos de montagem das arquibancadas da Avenida Presidente Vargas. A ausência de qualquer odor comprometedor na área onde será realizado o desfile das escolas de samba no carnaval, foi motivo de grande satisfação para o prefeito; ele pedia a todos que o cercavam que o ajudassem na comprovação do resultado, com exercícios respiratórios". É inacreditável o que acabamos de ler. Por isso, os turistas estrangeiros afluem cada vez em menor número ao Brasil para assistir ao carnaval – outrora fabuloso – do Rio de Janeiro, com seus blocos de rua, com seus

grandes bailes populares e de clubes, com os mascarados e os desfiles das grandes sociedades carnavalescas, afora (em época mais remota) o curso. O carnaval hoje em dia é uma festa que a rigor só comporta uma atração: o desfile das escolas de samba, jogado este ano no Mangue, com seus odores tradicionais.

• Ao discursar durante a recepção ao chanceler Jean Sauvagnargues, da França, o ministro das Relações Exteriores do Brasil, embaixador Azeredo da Silveira, disse que este ano a crise econômica mundial estará superada. Se Silveira falou, está falado. Não haverá mais crise sobre o planeta em 1977. Se alguém vir fotografias ou filmes de populações famintas, ou de alguém atirando-se pela janela com dificuldades financeiras, saiba que se trata de uma simples ilusão de ótica. Pois crise não existirá mais. Insistimos: Silveira falou, está falado.

• Algumas empresas imobiliárias vão salvar a nossa vida, asfixiada pela poluição atmosférica e sonora – afora a visual. Elas anunciam, agora, apartamentos em plena floresta. Uma dessas beneméritas empresas imobiliárias chega a nos prometer um edifício na floresta do Haddock Lobo, na Tijuca. Ocorre que a rua Haddock Lobo só tem uma árvore – à altura da rua Professor Gabizo. Se é que já não a abateram. Convenhamos que assim é demais. Vamos morar bem, mas não tanto assim.

• A Última Hora informa que a iluminação do Aterro da Glória será reforçada. Essa iluminação foi inaugurada há dez anos pelo conhecido sr. Carlos Lacerda, homem que gostava de obras e frases suntuosas. Ao inaugurar a iluminação, o inesquecível sr. Carlos Frederico Werneck de Lacerda disse que daria ao Aterro da Glória-Flamengo uma atmosfera de luar brilhante, como o saído da fase da lua cheia. Ocorre que a iluminação foi apenas de luar de quarto minguante para alegria dos assaltantes. Em 1976, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro tem que gastar milhões de cruzeiros para melhorar as luzes do Aterro. Dar-lhe enfim o luar de lua cheia, que o sr. Lacerda prometeu dar e não deu.

• As colunas sociais continuam registrando fatos da maior importância: o sr. Alvaro Catão foi passar suas férias (muito merecidas) em Imbituba, Santa Catarina; Gilda e Vicente Galliez movimentaram Teresópolis recebendo para um grande almoço que festejou o aniversário da hostess; Julinho Rego comprou um lulu encantador; Maria da Glória Anticci ofereceu um almoço maravilhoso a seus amigos em Itaipava; vai haver uma reforma eleitoral no Country Club (o Brasil é que precisava de uma); René e Lourdes Pinheiro de Melo ofereceram um jantar blacktie para festejar o niver de Zuleica Vasconcelos, enquanto, para alegria da nação, Vtvi Nabuco comparecia ao Chiko's Bar com Manoel Vinhas e Marcelo Machado. Como se vê está tudo as mil maravilhas. E ainda há quem – estupidamente e sem qualquer razão – se queixe da vida!

NOGUEIRA DA CRUZ

O economista Antônio Barros de Castro conclui sua análise da economia dos Estados Unidos. Em que medida teria o capitalismo americano condições para superar os presentes problemas? Não é possível responder cabalmente a esta pergunta. Podemos, no entanto, avançar alguns passos em nossa análise se

tivermos em conta o fato de que, nas condições em que vem operando, o capitalismo americano não é capaz de enfrentar alguns dos maiores problemas com que se defronta. Segundo a Bolsa de Nova Iorque, "as necessidades de capital da indústria americana num futuro previsível, poderiam chegar a US\$ 50 bilhões por ano

A crise econômica americana

2

Em meados de 1974 chegaria à presidência um conservador, republicano do meio-oeste que, segundo suas próprias palavras, havia "gasto toda a sua vida política lutando contra os déficits fiscais" (1). Inspirado na velha "filosofia" de seu partido, Ford empregaria os seus primeiros meses na presidência fazendo recomendações triviais ao povo norte-americano. Enquanto isto, Arthur Burns, do Banco Federal de Reserva (tecnicamente independente da presidência), patrocinava a mais severa política monetária dos últimos tempos. Na segunda metade de 1974, em pleno processo inflacionário, a oferta monetária crescia a uma taxa anual de apenas 2% - menos da metade do considerado necessário para o crescimento estável da economia!

Ao que tudo indica, não havia ainda consciência de que se ingressava numa crise de grandes proporções. Com efeito, até setembro de 1974, havia consenso entre os economistas norte-americanos de que a crise acarretaria, no pior dos casos, "um moderado declínio" - adicionando alguns que isto prestaria mesmo uma ajuda ao controle da inflação (2). Mesmo quando a queda dos negócios começou a se tornar patente, por volta de outubro, muitos sustentariam que se tratava de uma mera liquidação de estoques. Neste caso, seria de presumir-se uma rápida recuperação ulterior - dado que não caberia às empresas despedir trabalhadores ou mesmo abandonar os planos de expansão.

Nos primeiros meses de 1975 era outro o quadro da economia. No último trimestre do ano anterior, o PNB norte-americano havia-se retraído ao ritmo de menos de 9% ao ano; de janeiro a março do ano entrante, a velocidade da queda era de menos 11 por cento. A taxa de desemprego elevava-se agora a 0,5% ao mês; à retração do consumo privado, que, em certa medida, anunciara a crise, somava-se agora a queda abrupta dos investimentos. Crescia a capacidade ociosa das indústrias e avolumavam-se os estoques em mãos do comércio.

Em janeiro de 1975, em sua mensagem à nação, Ford empregava um novo tom: "Milhões estão sem trabalho. Os preços estão demasiado altos e as vendas muito lentas... as dificuldades são globais". Não obstante o tom ameaçador e o anúncio de que era chegado o tempo de "levar a América numa nova direção", o programa Ford era certamente tímido. As palavras mais pareciam destinadas a aplacar os ânimos da oposição democrata. De fato, o que a administração propunha era basicamente a devolução de 12% dos impostos de renda pagos em 1974 (possivelmente a mais conservadora forma de "inflar" a economia) (3) e a imposição de uma pesada tarifa sobre o petróleo importado, combinada à liberalização dos preços do produto gerado in-

ternamente. Esta última medida, em princípio contraditória dentro da política Ford (por realimentar as pressões inflacionárias), revelava a opção de Ford frente à crise energética: aos mecanismos de mercado caberia orientar (e financiar) a resposta da economia norte-americana (4). Finalmente, a administração se empenharia, por todos os meios, em conter o gigantesco déficit fiscal - em grande medida *acarretado pela própria recessão*. Tais eram as limitações do programa em que o governo seria acusado de assistir à "queda livre" da economia.

Passividade de Ford é uma opção

É talvez conveniente realçar que a relativa passividade da administração Ford constitui de fato uma *opção*. Nem mesmo o desemprego em massa nos primeiros meses deste ano abalava as convicções da administração. "O desemprego é um problema temporário para apenas 8,2% dos trabalhadores americanos, mas a inflação é o inimigo universal de 100% do nosso povo" (5). A rigor o governo vem sendo tão inoperante quanto politicamente possível. Não apenas não se lança em grandes programas, como consegue bloquear as iniciativas do Congresso, governado por vetos. Assim se deu, por exemplo, nos casos do projeto de ajuda aos agricultores (elevação dos preços de suporte) e do programa de emergência para a criação de empregos (6).

Aos tradicionais argumentos conservadores contra o déficit, a inflação etc. os partidários da política de rédeas curtas de Ford-Burns adicionam outras razões para justificar a rigidez do programa. Elas provêm - em resúmidas contas - da convicção de que a partir da segunda metade dos anos 60, os Estados Unidos caíram no plano inclinado das políticas de "stop and go". Sumariamos a seguir o diagnóstico particularmente claro de um banqueiro de Filadélfia que apóia sem restrições a atual política governamental (7).

O Banco Federal de Reserva tentou acabar com a inflação em 1966, mas antes que isto se desse foi abolida a política de contenção (em 1967), retomando o processo inflacionário a partir de um "resíduo" (de elevação anual de preços) equivalente a 2,8% ao ano. Novamente os freios foram aplicados a partir de 1969 - provocando a recessão de 1970/71. Em fins de 1970, prematuramente, a política restritiva seria abandonada (com os preços subindo ainda a 4,3% ao ano), dando lugar à política expansionista iniciada em 1971. A severa política de contenção que caracteriza o

governo Ford começou a dar os seus frutos em dezembro de 1974. Desta vez, porém, há que levar a luta até o fim sem ceder à tentação de uma guinada expansionista. Esta permitiria uma fácil retomada, mas realimentaria a inflação (a partir de um resíduo maior que os anteriores). Em tal caso, poderíamos tê-lo como certo, o governo eleito em 1976 estaria às voltas com uma nova onda inflacionária e teria que enfrentar uma crise ainda maior que a atual.

Dado o que precede, não devem surpreender as palavras de Samuelson, ao destacar que uma das peculiaridades da atual crise consiste na "continua preocupação deles (Ford, Burns e Greenspan) de que a recuperação não seja demasiadamente exuberante" (8).

Deixemos agora a esfera da política econômica - e sua racionalização - retomando às determinações fundamentais da dinâmica capitalista. Com este intuito, lançaremos mão de uma tese concebida por Marx e retomada por Schumpeter e Kalecki, sobre o caráter "saneador" das crises na evolução do capitalismo.

A mais elementar versão da referida tese ressalta a importância do desemprego como mecanismo básico de contenção dos salários - e recuperação dos lucros.

Ao que tudo indica, a recessão centrada em 1970, não obstante tenha elevado substancialmente o desemprego, não comprimiu salários e nem sequer reduziu o poder de negociação dos sindicatos. Seria esta uma séria objeção à velha tese?

Para responder à questão anterior necessitamos ter em conta certas peculiaridades daquela crise: primeiramente dadas a *aceleração* inflacionária que precede a recessão e a pouca duração da crise, o desemprego não poderia reduzir a combatividade sindical; além do mais, o desemprego era na época considerado uma *anormalia* passageira, continuando o governo, oficialmente, comprometido com a sustentação do pleno emprego. Em outras palavras, a inflação (por si mesma um mecanismo de sustentação das margens de lucro, já então desgastado) mantinha viva a combatividade sindical, enquanto o desemprego, ainda quando real, não tinha o efeito intimidante de outrora.

Na atual recessão, no entanto, há uma progressiva reconstituição do quadro "clássico" das crises capitalistas. Antes de mais nada, busca-se a qualquer preço eliminar a inflação, o "inimigo público número um". Simultaneamente, um coro de vozes procura mostrar a necessidade de um retorno às antigas regras do jogo, especialmente no que toca à aceitação do desemprego. Ford, em sua já re-

ferida mensagem de fevereiro de 1975, anunciou que o desemprego será mantido, até o fim desta década, acima de 6%, sendo este o preço a pagar para o efetivo controle da inflação. A revista *Fortune* dedica seu editorial de julho de 1974 à "revolta contra o pleno emprego"; um ano após, explicaria a manutenção por longos anos do desemprego recorrendo a uma "lei econômica" (O-kun's Law). Seria fácil, embora fastidioso, prosseguir desafiando declarações de autoridades que se "rebelam" contra o pleno emprego (9).

Desemprego não atinge a todos

O desemprego, como é bem sabido, não atinge uniformemente os vários segmentos da força de trabalho.

Vejamos o que se vem verificando na atual conjuntura com os trabalhadores da construção civil, que estavam se tornando a "ovelha negra" do sindicalismo norte-americano - não só por suas exigências salariais, como pelas demais cláusulas que vinham impondo aos *contratos coletivos*.

O desemprego nesta área (que depende profundamente da política de crédito do Banco de Reserva) atingiu 19% dos trabalhadores em meados deste ano (10). Ao mesmo tempo, e com os sindicatos na defensiva, cresce a contratação de mão-de-obra não sindicalizada. Recentemente, a atuação de um contratador de "bagrinhos" era referida como uma verdadeira "cruzada" (11). A ele se refere uma fonte patronal de Nova York, como uma "luz condutora".

Com os trabalhadores não sindicalizados já representando 40% da mão-de-obra do setor, começa a ceder a posição dos sindicatos: "Rancorosamente, polegada por polegada, alguns sindicatos estão retirando as cláusulas restritivas dos contratos". A respeito, diria um trabalhador: "Nenhum de nós gosta de abandonar coisa alguma, mas um homem razoável abre mão de um objeto de luxo para preservar algo necessário" (12).

A construção civil é um caso limite, mas não fez senão patentear a função disciplinadora da crise. Em outras frentes, como, por exemplo, nos governos municipais e estaduais, a recessão vem também permitindo importantes avanços no sentido de "pôr a casa em ordem" (13).

Antes de abandonar a questão, cabe realçar que a desejada mudança da relação de forças não se traduz mecanicamente em melhoria de lucros. A recessão é mesmo, de imediato, *prejudicial* aos lucros. Os benefícios que ela deve trazer só

virão quando da retomada, ou, mais precisamente, quando, chegada a recuperação, se eleve a produtividade de trabalho, mas não cresça sua remuneração. É nesta fase que vêm à tona, materialmente, os benefícios advindos da reordenação da sociedade.

A recessão e seu prolongamento permitem ainda colher vantagens em outras frentes. Recentemente, Ford vetou – e conseguiu sustentar o veto no Parlamento – um projeto de lei sobre o controle da mineração a céu aberto. Esta era uma batalha aparentemente ganha pelos ecologistas, que, no contexto da crise, tornou-se uma amarga derrota para o movimento.

Muito mais complexos são os efeitos da crise no plano externo.

A crise permitiu que a dependência norte-americana de matérias-primas, que vinha crescendo de maneira alarmante nos últimos anos, fosse contida. A conjuntura tende, pois, em princípio, a reforçar a posição norte-americana – e dos demais países importadores. Aqui, porém, entram muitos outros fatores em cena – como, por exemplo, as rivalidades intercapitalistas e a atuação dos países socialistas –, tornando o quadro relativamente indeterminado⁽¹⁴⁾. Mais discutíveis ainda são os resultados da recessão (e seu prolongamento) frente ao bloco de países fornecedores de petróleo. Deixaremos pois esta questão de lado, lembrando apenas que a efetiva recuperação do capitalismo depende de acordos duradouros com a OPEP. Com efeito, a estabilização dos preços do petróleo condiciona o lançamento em ampla escala de investimentos na área energética; além disso, a reestruturação do Sistema Monetário Internacional não pode ser levada adiante sem a concordância e participação das nações árabes.

Finalizemos este comentário lembrando que a presente conjuntura permite refrescar a memória dos demais países capitalistas, quanto à importância da economia norte-americana. Não paira mais qualquer dúvida quanto ao fato de que a recuperação européia e japonesa está na dependência da retomada norte-americana.

Segundo a já referida tese de Marx e de Schumpeter, os efeitos saneadores das crises estão longe de limitarem-se ao reordenamento da estrutura capitalista. Tão ou mais importante é a “purga” de técnicas obsoletas e empresas marginais impostas pelas crises. Neste sentido, as retrações teriam por efeito “podar” periodicamente o capitalismo; ao mesmo tempo, reforçariam o movimento secular de concentração do capital.

É muito cedo para saber se a presente crise terá grande efeito racionalizador e rejuvenescedor (no plano das técnicas) na economia americana. Alguns indícios levam, no entanto, a pensar que existem importantes forças operando nesta direção.

Situações críticas na grande empresa

Sabe-se desde já que as falências de pequenas empresas (definidas segundo padrões norte-americanos), que em 1972/73 contavam cerca de 9 mil por ano, poderão atingir em 1975 a cifra de 12 mil – se prosseguir o ritmo observado nos primeiros meses do corrente ano. Por outro lado, há razões para crer que vários dos improvisados “conglomerados” surgidos nos últimos anos deverão fragmentar-se⁽¹⁵⁾.

Mais importantes talvez que estes dois movimentos é o surgimento das situações verdadeiramente críticas em algumas grandes empresas. Isto parece chocar-se com hipóteses bastante difundidas, segundo as quais os gigantes planejam racionalmente sua expansão, ou mesmo que o oligopólio, dotado de vantagens de toda ordem (notoriamente fi-

nanceiras e tecnológicas), é uma estrutura estável. Na realidade, e diante da possível quebra de gigantes, o que vem sendo levantado é o que o governo tem obrigação de ampará-los para impedir as consequências nefastas de sua falência. “As imensas corporações dos EUA tornaram-se centros de emprego e geração de renda tão importantes que ele (o governo) não ousa permitir que uma delas feche ou saia dos negócios”⁽¹⁶⁾. Em outras palavras, a crise tende a podar, mas cabe ao Estado impedir ou atenuar tal movimento, por diferentes meios, que, em última análise, implicam em “socialização das perdas”. De qualquer forma, e ainda que não disponha de evidências, creio que no correr da crise ainda que não pareçam gigantes muitas das plantas antiquadas que puderam sobreviver durante o inusitado ciclo expansionista iniciado em 1961 deverão, finalmente, ser modernizadas ou fechadas⁽¹⁷⁾.

O que foi dito anteriormente nos remete de volta ao problema de fundo da economia norte-americana: o declínio da taxa de lucro. A superação deste problema não pode repousar na mera recuperação da disciplina social – com elevação subsequente do hiato produtividade-salário. Haveria, isto sim, que enfrentar a necessidade – surgida nos últimos anos da década passada e tornada patente durante a euforia nixoniana – da realização de grandes investimentos destinados a poupar mão-de-obra e incrementar o aproveitamento das matérias-primas⁽¹⁸⁾. A crise energética, não cabe dúvida, agravou dramaticamente este quadro, impondo a necessidade de novas economias e mesmo, em certos casos, a reconversão de processos básicos.

Sumariando: a crise, por si só, tende a implicar em “queima” de capital: sua efetiva superação, no entanto, exige transformações de outra ordem. A economia norte-americana precisa não apenas corrigir sua relação “capital”/trabalho – o que exige grandes avanços em direção à automação de fábricas e escritórios –, como desenvolver novas formas de energia e multiplicar os usos de novas e velhas (carvão, por exemplo) matérias-primas. A automação, o retorno ao carvão (como fonte de energia e matéria-prima) e o desenvolvimento dos usos de energia nuclear, combinados, sugerem as dimensões de uma “terceira” revolução industrial⁽¹⁹⁾.

Em que medida teria o capitalismo americano condições para superar os presentes problemas? Obviamente, ninguém pode responder cabalmente a esta pergunta. Podemos, no entanto, avançar uns poucos passos em nossa análise se tivermos em conta o fato – ao que parece indiscutível – de que, nas condições em que vem operando, o capitalismo americano não é capaz de enfrentar alguns dos maiores problemas com que se defronta. Segundo levantamento realizado pela Bolsa de Nova York, “as necessidades de capital da indústria americana num futuro previsível poderia se aproximar de US\$ 50 bilhões por ano. Parece que 1974 produziu já aproximadamente US\$ 5 bilhões”⁽²⁰⁾.

Antes de tecer alguns comentários sobre a carência de recursos na esfera privada, cabe voltar os olhos, por um momento, para os chamados serviços públicos, onde se localizam algumas das maiores deficiências da estrutura econômica norte-americana.

Após anos a fio de rápida expansão econômica deflagrada e realimentada pela criação desordenada de demanda, o desequilíbrio entre os setores privado e público – já em 1958 denunciado por Galbraith – tornou-se calamitoso. Para poupar palavras, citemos apenas o virtual colapso dos serviços de transporte de massa, limpeza, e, em menor medida, comunicações, na região de Nova York. Os exemplos poderiam ser multiplicados em escala nacional, mas basta acrescentar que uma grande fração das linhas férreas norte-americanas está condenada, e muitas empresas do ramo são irre-

cuperáveis. Ineludivelmente, há, pois, que descobrir maneiras de compatibilizar a onda de inversões industriais que se anuncia com a recuperação do terreno perdido na esfera dos serviços de utilidade pública. Dito isto, retomemos o problema pelo prisma das corporações.

Alterar relações Estado-corporações

Dada a já mencionada queda da lucratividade (real) e da violenta elevação da relação dívida/capital verificada nos últimos anos⁽²¹⁾, tanto a capacidade de autofinanciamento quanto a credibilidade de inúmeras empresas é presentemente diminuída (em não poucos casos, a inflação e as demais condições enfrentadas nos últimos anos tornara difícil a mera reposição dos equipamentos existentes). Nestas condições os novos e grandes investimentos supõem o acesso a recursos financeiros que, seja pela escala seja pelas condições de pagamento, não parecem compatíveis com as fontes de crédito existentes⁽²²⁾. Não deve, pois, surpreender o surgimento de propostas visando o renascimento da Corporação Financeira de Reconstrução, extinta em 1953 (apoiadas, entre outras autoridades, por Alfred Hayes, presidente do Banco Federal de Reserva de Nova York). O já citado artigo do *New York Times* – assinado por um assessor do candidato à presidência Henry Jackson – afirmava, a propósito, que a almejada instituição financeira deveria “tornar-se um instrumento vital para o crescimento e não apenas um novo credor de última instância”. Por outro lado, e de maneira relativamente independente, acaba de ser lançado – sob o patrocínio dos senadores J. Javits e H. Humphrey – um projeto visando a criação de um órgão de planejamento em escala nacional.

Não é fácil considerar o real significado e, sobretudo, a viabilidade destes projetos (aparentemente tão adequados às circunstâncias) sem ter em conta a especificidade da “máquina” política norte-americana. A adoção de projetos desta natureza implicaria alterar profundamente as relações Estado-corporações. Em poucas palavras, instituições que, em outras partes, tornaram-se há muito importantes peças da engrenagem capitalista, são vistas ainda hoje nos EUA como ameaças à ordem estabelecida. Afinal, onde mais no mundo capitalista poderia alguém resumir o credo do presidente dizendo: “Ele acredita real e verdadeiramente que o mínimo de governo é o melhor governo?”⁽²³⁾.

Sem desenvolver o tema, e para não ficar apenas no plano das crenças e instituições, assinalemos um tipo de choque de interesses que deveria, em princípio, aflorar, caso se tentasse levantar e orientar em massa recursos, através de entidades públicas.

É bastante difundida a convicção de que o sacrifício dos serviços de utilidade pública fez-se, em boa medida, em favor de gastos de “defesa”. Se até o presente foi possível manter esta suposição, daqui por diante ela se torna menos sustentável. Diante das necessidades de investimentos recentemente reveladas, os gastos militares passam a ser ineludivelmente um fardo. Seria possível reunir recursos para a “onda” de investimentos anteriormente referida e, ao mesmo tempo, desenvolver as novas armas estratégicas que, segundo Galbraith, destinam-se a elevar de 15 para 30 vezes o poder de destruir o mundo? (24). Somar-se a isto o fato de que o problema com as despesas militares, na atual conjuntura, não é apenas quantitativo. O setor militarizado da economia parece tender a um “enquistamento”, passando a constituir um subsistema que, além de oneroso, tende a perder a influência dinamizadora sobre o avanço tecnológico do resto da economia. Como dizia o já citado Nelman, “o estilo administrativo, o equipamento e as práticas requeridas para pro-

duzir submarinos nucleares a um custo de 12 dólares por libra são absolutamente inadequados para produzir navios comerciais”, os quais, pelos padrões impostos pelos japoneses, devem custar menos de um dólar por libra (25).

Diante de problemas como os que acabamos de mencionar, é fácil ver que a orientação ditada pela equipe Ford, segundo a qual o reforço financeiro das corporações deveria prover fundamentalmente de reduções de impostos, constitui a linha de menor resistência. Resta, naturalmente, saber em que medida será eficaz.

A crise, além de purgar a economia de seus excessos, leva a uma acumulação de forças que, em regra – e a crise dos anos 30 aparece aqui como uma grande exceção –, conduz à recuperação. A redução dos estoques em mãos do comércio, a recuperação da confiança dos consumidores – ajudada pelo desgaste dos bens de consumo “duráveis” –, a queda da taxa de juros e a reversão das expectativas dos empresários são fatores com que se pode normalmente contar para a retomada da economia. No presente caso, a estes fatores devem somar-se os efeitos positivos advindos da considerável redução da taxa inflacionária (num clima de psicose antiinflacionária) e, por último, mas não totalmente desprovido de importância, o programa minimalista de recuperação da economia lançado pelo governo. Pelas muitas razões já aqui expostas, não se pretende uma retomada “exuberante” – como no primeiro trimestre de 1950, quando a saída da recessão pré-Coréia implicou um salto ao ritmo de 23% ao ano. A recuperação deverá ser, pelo contrário, lenta, mas supostamente duradoura. Diante de tal suposição, não podemos deixar de indagar: baseado em que, então, se dará a recuperação da taxa de lucros? de onde provirão os recursos para os grandes investimentos aparentemente indispensáveis? será possível elevar substancialmente a produtividade do trabalho sem grandes injeções de capital? e, caso contrário, será possível que, variando pouco a produtividade, os lucros se recuperem por compressão salarial? Não resta dúvida que o elevado nível de desemprego “previsto” até o final da década deverá operar neste sentido. Em tal caso, cabe lembrar a advertência de Keynes: “É certo que o mundo não tolerará por muito tempo o desemprego que, à parte breves intervalos de excitação, está associado... com o capitalismo individualista de nossos dias”⁽²⁶⁾.

Suponhamos que, dado o acúmulo de problemas a enfrentar, a recuperação não seja mais que o ingresso numa era de relativa estagnação. Haveria então que indagar como poderiam os EUA prescindir do crescimento, cuja necessidade está agora profundamente embutida em sua engrenagem econômica e que foi convertido, nos últimos tempos, em razões de ser material e cimento ideológico da sociedade? Enfim, e deixando em aberto esta e outras questões, lembremos que, se os EUA não voltarem a ser uma economia dinâmica, grandes e profundas transformações deverão ocorrer no resto do mundo capitalista. Bastaria assinalar que uma economia norte-americana estagnada introduziria um enorme “peso morto” na dinâmica do sistema capitalista em escala mundial, tornando (por exemplo) ainda mais remota a possibilidade de que o velho barco inglês “desencalhe” e volte a trilhar com êxito a via capitalista.

É possível, no entanto, que boa parte das resistências à mudança das “regras do jogo” seja superada, tornando possível o financiamento e a programação de uma grande onda de investimentos. Para que tal se desse, e as novas instituições passassem da retórica e do papel para o mundo real, seriam necessárias importantes transformações no cenário norte-americano. Somente no calor destas transformações seria válido refletir sobre as forças assim desatadas, suas consequências e as tendências daí advindas.

(1) V., p. ex., "Finding Capital", sequência de artigos sobre o tema, na edição especial de Business Week de 14/9/74.

(2) Newsweek, 24/2/75, p. 60.

(3) A devolução seria substituída em 1975 por um corte permanente de 9% nos impostos pagos por indivíduos. As informações provêm da edição do Time de 27/1/75 e estão contidas no artigo de fundo "Ford's risk plan against slumpflation".

(4) "Trying to fill an energy vacuum", Business Week, 30/6/75.

(5) Newsweek, 24/2/75.

(6) Não caberia estender-se na apresentação das posições assumidas pelo partido oposicionista. São, aliás, tão variadas as posições dentro do Partido Democrata, que não seria fácil sintetizar suas críticas e proposições. Digamos apenas que entre alguns dos mais expressivos porta-vozes da oposição predomina um diagnóstico keynesiano (propriamente dito) segundo o qual, nas condições atuais, a adoção de medidas expansionistas não seria inflacionária. Otto Ekstein, antigo conselheiro de Johnson, teria declarado recentemente: "Esta nação está agora, claramente, em sua primeira e absolutamente pura espiral keynesiana dos últimos 40

anos" (Newsweek, 24/2/75). Sem discutir a proposição, digamos apenas que, ainda quando correta, ela não transcende os estreitos limites do debate keynesiano versus monetaristas, a partir do qual é impossível entender a crise atual - o que é, sem dúvida, percebido por Leontieff, entre outros.

(7) Um grande número de depoimentos no mesmo sentido vem sendo apresentado em sucessivos artigos de Business Week e Fortune. V., p. ex., "Long range inflation is still the worry", Business Week, 26/5/75, e "The Slow Road Back to Full Employment", Fortune, junho de 1975. As declarações do banqueiro acima aludidas estão em "In defense of the Federal Reserve", Business Week, 2/6/75.

(8) Newsweek, 28/7/75.

(9) Aos novos defensores da inviolabilidade das leis de mercado (inclusive no que toca ao emprego) somam-se naturalmente velhas vozes, de há muito não ouvidas. Veja-se, a propósito, as declarações de Hayek em Visão, dezembro de 1974. Num tom mais moderado, o relatório do FMI para 1974 declara que deveriam ser admitidas taxas de desemprego "algo maiores".

(10) Business Week, 2/6/75, p. 80.

(11) Business Week, 9/6/75, p. 44.

(12) Business Week, 2/6/75.

(13) Ver o já citado artigo "Public employess versus the cities".

(14) A própria crise favorece, em certos casos, o enrijecimento da posição de países supridores. Assim, o espetacular gesto da Jamaica frente à Kaiser e à Reynolds - elevação de 800% dos impostos sobre a bauxita extraída - torna-se hoje uma necessidade para que a ilha enfrente os graves problemas decorrentes da crise mundial.

(15) Small Business, "The maddening struggle to survive". (Special Report) e "Why the profits vanished at Singer", in Business Week, (16) "When Companies get Too Big to Fail", in Business Week, 27/1/75.

(17) Em alguns casos os equipamentos e instalações obsoletos encontram-se em antigas fábricas possuídas por empresas que, simultaneamente, em outras unidades, encontram-se na liderança do avanço tecnológico. Tal é o caso, por exemplo, da Westinghouse, em suas fábricas de East Pittsburgh (antiquada) e Charlotte (protótipo de futuras fábricas).

(18) Como já foi anteriormente assinalado, este é um tipo de proposição que não pode ser genericamente sustentado, devendo, ao contrário, ser qualificado a nível de setores.

(19) Mesmo o imaginoso programa Ford de janeiro de 1975 previa a necessidade de mais 200 usinas nucleares e a abertura de 250 minas de carvão nos próximos 10 anos.

(20) New York Times 1/12/74, citado em "The Economic Crisis in Historical Respective" - Part II, Monthly Review, abril de 1975.

(21) A relação que se mantinha em torno de 25% de 1957 a 64 encontrava-se acima de 45% em 1973. "The Big Cash Crunch", Newsweek, 30/9/74.

(22) Veja-se "Banks: skating on thin ice", in Monthly Review, fevereiro de 1975.

(23) De um ajudante do presidente Ford: veja-se ainda, na mesma reportagem, as inverossímeis palavras do atual chefe do Conselho de Assessoria Econômica, Newsweek, 24/2/75. Extraordinária também é a virulência do The Wall Street Journal, nos ataques ao projeto de Humphrey e Javits.

(24) Visão, 23/9/74.

(25) El Capitalismo del Pentagono, op. cit., p. 247. Ver a propósito meu artigo já citado em Cadernos CEBRAP nº 11.

(26) "The General Theory of Employment" Interest and Money, p. 381.

Os colaboradores do JD respondem a um fariseu

Para o sr. Gustavo Corção, o Jornal de Debates "não passa de um repositório de tolices". Nesta carta, escrita em 1948, Mattos Pimenta dá a réplica e mostra quem é o tolo.



Não existe, talvez, nada mais contrário ao espírito do Cristo do que católicos saírem a público, injuriando-se reciprocamente, sob o pretexto de defesa dos princípios cristãos, cada um presumindo-se o melhor intérprete da doutrina do Nazareno e instilando, no seu irmão de crenças, as mais fortes peçonhas.

Deploro esse gênero de catolicismo, contrafação clara dos verdadeiros sentimentos da Igreja.

Recebi, entretanto, ontem, de Três Pontas, sul de Minas, o seguinte cartão: Três Pontas, sul de Minas, 30 de janeiro de 1948. Distinto patricio. Saudações cordiais. A infundada afirmativa contida à página 20 do nº 6 da revista *A Ordem* (dezembro de 1947) de que *Jornal de Debates* "é um repositório de tolices", escrita pelo infalível Gustavo Corção na sua briga cristã com o não menos infalível Mesquita Pimentel, está a merecer dessa direção enérgicos repares e protestos. (a) João Correia Veiga".

Não conheço o autor do cartão. Não sei se ele é católico. Sua repulsa, porém, às contendas públicas, entre católicos que se presumem fiéis intérpretes da boa doutrina cristã, dá-me impressão muito favorável do seu caráter.

Procurei o número de *A Ordem* e iniciei a leitura do artigo do sr. Corção, contraditando o sr. Pimentel.

Que belo talento! Que grande escritor! Que boa cultura!

Mas que falta de humildade cristã! Que insopitada presunção! E, sobretudo, que poder de injúria! Que ausência de caridade!

Não pude prosseguir até o fim a leitura do artigo, no qual, aliás o sr. Corção, logo de início as-

sim adverte o seu adversário católico: "Em guarda, pois, sr. Mesquita Pimentel".

De fato, o sr. Corção tira o paletó, arregança as mangas, e, com rara maestria na arte de injuriar, despeja, pelas colunas do austero órgão católico *A Ordem*, editado pelo Centro Dom Vital, as mais ferinas agressões ao seu irmão em Cristo, Mesquita Pimentel, articulista do órgão, também católico - "Vozes de Petrópolis".

É verdade que o sr. Corção, brada, indignado, justificando suas violências: "Nossa honra de escritor católico foi posta em jogo." E, por isso, desanca, sem mercê, o católico Mesquita Pimentel.

Pena, porém, que nessa fúria agressiva, uma pedra do sr. Corção se tenha desviado da mira, enveredando pela janela desta redação e vindo tombar molemente, na nossa mesa de trabalho. A página 20 de *A Ordem* de dezembro último, está, com efeito, escrita pelo sr. Corção: - O *Jornal de Debates*, por exemplo, é um repositório de tolices."

Ora, *Jornal de Debates* não estava em causa, nem jamais criticara ou censurara, direta ou indiretamente, clara ou veladamente, o sr. Corção. O catolicismo deste, tornou-se, assim, um tanto suspeito, pois não são de boa prática católica as agressões gratuitas, as injúrias injustificadas.

Existem negras velhas e analfabetas - "mães pretas" - humildes e obscuras, muito mais cristãs e católicas do que escritores que vivem com a boca cheia de catolicismo e o coração vazio de piedade.

Conheci moleque nas fazendas de Campos, onde nasci e vivi, meninos obtusos, que não sabiam sequer acompanhar as laidinhas, mas nunca atiraram pe-

dras, sem motivo, contra quem quer que fosse.

A malévola feita a *Jornal de Debates*, gratuitamente, sem qualquer provocação por parte deste semanário, que é dirigido por Mário de Brito, Plínio Catanhede, Gentil Fernando de Castro e o autor destas linhas, só pode comprometer o sr. Corção no conceito dos homens serenos e honestos.

"A inteligência superiormente instruída, aliada ao desprezo das virtudes fundamentais, é pior do que a ignorância", já o disse, magistral sentença, a Corte de Justiça de Massachussets.

O sr. Corção escreveu que o "*Jornal de Debates* é um repositório de tolices".

Asseguro, porém, sem o mínimo receio de ser contestado, que essa não é a opinião de Alceu Amoroso Lima, presidente-perpétuo do mesmo Centro Dom Vital e diretor-responsável do mesmo órgão *A Ordem*.

Em *Jornal de Debates* escrevem, assiduamente, Osório Borba e Rafael Corrêa de Oliveira, principais articulistas do *Diário de Notícias* e do *Estado de S. Paulo*, dois matutinos conceituadíssimos e os de maior circulação do Brasil.

De *Jornal de Debates* disse Barbosa Lima Sobrinho, grande jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras: "*Jornal de Debates* está dando um grande exemplo de civismo e de democracia, discutindo problemas do nosso povo e da nossa terra no terreno elevado das idéias. É um periódico que honra e dignifica a imprensa brasileira. (a) Barbosa Lima Sobrinho".

De *Jornal de Debates* disse o conhecido homem de letras, deputado da UDN, Afonso Arinos de Melo Franco: "*Jornal de Debates* trava uma das lutas mais árduas do Brasil, a luta pelas

idéias. Não fosse apenas essa a sua virtude e já seria digno do respeito público". (a) Afonso Arinos de Melo Franco.

De *Jornal de Debates* disse o senador do PSD, Ivo de Aquino, líder da maioria do Senado: "Publicação original e democrática *Jornal de Debates* é, ao mesmo tempo, uma fonte de cultura e erudição, onde mesmo os que ali doutrinam têm oportunidade de aprender". (a) senador Ivo de Aquino.

Para o sr. Corção, porém, *Jornal de Debates* "é um repositório de tolices".

De *Jornal de Debates*, entretanto, disse Murilo Marroquin, cronista político de *O Jornal*: "*Jornal de Debates* iniciou um gênero novo no campo do periodismo nacional: é de fato uma folha para o decente conflito das idéias políticas. Não vejo que nenhum jornal possa esperar mais do que já obteve o *Jornal de Debates* em tão pouco tempo: o respeito do público mais esclarecido".

De *Jornal de Debates* disse José Américo, presidente da UDN: "*Jornal de Debates* tem mais do que o interesse natural da imprensa, o interesse vivo de uma tribuna. Além disso incita o choque de idéias, que é a melhor forma de esclarecer a inteligência, para formar opiniões".

De *Jornal de Debates* disse o romancista José Lins do Rego: "É um jornal que faltava ao Brasil".

De *Jornal de Debates* disse, enfim, o padre Medeiros Neto, líder do PSD de Alagoas: "*Jornal de Debates* tem se situado na elucidação de problemas vitais do país como expressivo de doutrinação político-social e efetivo instrumento de cultura".

Para o sr. Corção, porém, *Jornal de Debates* "é um repositório de tolices".

De *Jornal de Debates* disse, no entanto, o senador Aloísio de Carvalho Filho, catedrático da Universidade da Bahia: "*Jornal de Debates* é uma tribuna de democracia onde as opiniões doutrinárias e políticas se cruzam, concordantes ou discordantes, na mais eficiente manifestação de liberdade de pensamento, base sem a qual não existe regime democrático".

De *Jornal de Debates* disse o senador Apolônio Sales: "*Jornal de Debates* constitui magnífica tribuna para os homens de pensamento".

De *Jornal de Debates* disse o senador Etelvino Lins: "*Jornal de Debates* é uma grande tribuna a serviço da inteligência e da cultura brasileiras".

Para o sr. Corção, porém, *Jornal de Debates* "é um repositório de tolices".

Mas em *Jornal de Debates* têm colaborado sem qualquer remuneração, membros da Academia Brasileira de Letras, como Alceu Amoroso Lima, Olegário Mariano, Peregrino Júnior, Roberto Simonsen, Levi Carneiro, Antônio Austragésilo e outros; professores catedráticos de universidades, como Aliomar Baleeiro, Hermes Lima, Filadelfo de Azevedo, Jorge Américo, Raul Pilla, Malba Tahan, Mário Schemberg, Osvaldo de Oliveira, Henrique Roxo, Almeida Prado, Leite Lopes, Antônio Monteiro, Quirino Campofiorito, Alde Sampaio, Gleb Wataghin, Paula Sousa e muitos outros; escritores, como José Lins do Rego, Manoel de Abreu, Gilberto Freire, Jorge Amado, Dalcídio Jurandir, Lúcia Miguel Pereira, Carolina Nabuco, Otto Maria Carpeaux, Joracy Camargo, Ana Amélia Carneiro de Mendonça, Eloy Pontes, Lia Correa Dutra, Luís Viana Filho, Alvaro Moreira, Leonildo Ribeiro e muitos outros.

Para o sr. Corção, porém, todos esses membros da Academia Brasileira de Letras, todos esses professores catedráticos de universidades, todos esses consagrados escritores, colaborando em *Jornal de Debates*, tornaram este "um repositório de tolices".

Em *Jornal de Debates* têm escrito, também, católicos como Hamilton Nogueira, Domingos Velasco, Plínio Correia de Oliveira e muitos outros, além de padres como Walfrido Gurgel, Roberto Sabóia de Medeiros, Arruda Câmara, Luiz Cláudio, Cícero de Vasconcelos, Medeiros Neto e outros.

Para o sr. Corção, porém, *Jornal de Debates* não passa de "um repositório de tolices".

Admiro sinceramente o saber, o talento e as virtudes do ilustre escritor católico, mas deploraria vê-lo rezando como o fariseu do Evangelho de S. Lucas: "Graça te dou, que não sou como os demais homens: ladrões, injustos e adúlteros; nem como este publicano. Jejuo duas vezes por semana e pago o dizimo de tudo que possuo".

Kojak: inútil e inoportuno

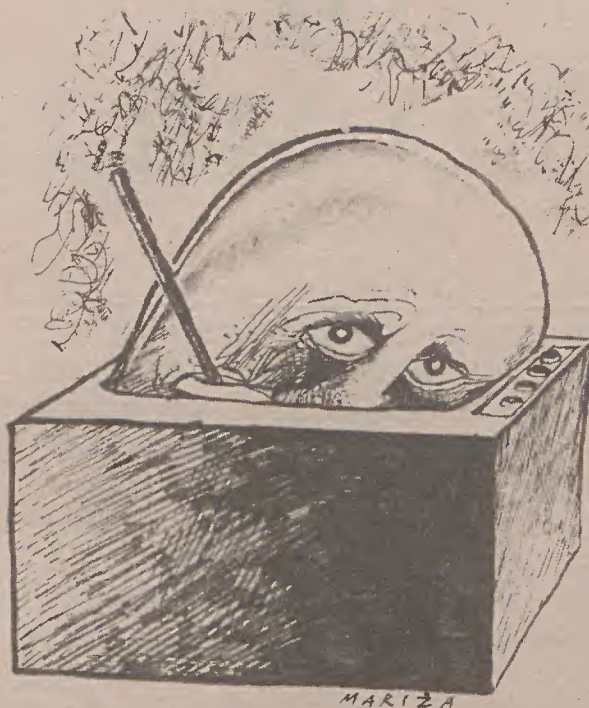
FLÁVIO PINTO VIEIRA

Por que a televisão brasileira importa esses filmes produzidos especialmente para o público norte-americano? Não vejo nenhum sentido na exibição sistemática dessas mercadorias. Afinal, são duas audiências com problemas e aspirações totalmente diferentes. É um absurdo impor ao nosso público essas séries que não lhe dizem nada. Uma única coisa justificaria a importação: certa qualidade dos filmes.

Ora, essa qualidade raramente existe ou não existe de modo algum. Quicá tenhamos autores até mais interessantes. Assim, a importação dos enlatados, além de alienar violentamente o nosso telespectador, comete outro absurdo: despreza os autores brasileiros que talvez pudessem fabricar séries, pelo menos com certas características do espírito ou da problemática brasileiros. Esse desprezo, por conseguinte, abafa inúmeras vocações literárias de sentido profissional: quer dizer, aquelas vocações que poderiam se voltar para trabalhos de encomenda e que, sem dúvida nenhuma, com o tempo, estariam com a técnica e a inventividade muito mais sugestivas do que as dos colegas da televisão norte-americana. Lembro-me que nos primórdios da nossa publicidade havia até uma descrença e uma desconfiança – típicas de uma conjuntura histórica de subdesenvolvimento – da nossa criação em relação à publicidade européia ou norte-americana. Hoje a descrença e a desconfiança parcialmente desapareceram: a publicidade brasileira tem momentos que as outras jamais atingiram.

Os filmes do Tenente Kojak, por exemplo, são uma prova eloqüente da mediocridade da televisão norte-americana. Vou citar apenas dois para ilustrar. Um deles foi *Acerto de Contas*. A partir da base de uma história, vimos que pretendia tocar outra audiência: um soldado que matou no Vietnã e passou dois anos longe, depois de saber que sua esposa fora jogada do alto de um prédio, resolve fazer justiça pelas próprias mãos, atirando do alto de edifícios todos aqueles que participaram do assassinato da esposa. É claro que essa violência original toca profundamente o povo que perdeu a guerra do Vietnã e que, durante dez anos, viveu no absurdo dessa guerra: tanto que o tratamento dado ao vingador é indulgente. Reparem então que os dados da história foram dispostos para outro público, capaz de se comover com o soldado que teve a esposa assassinada, e uma cunhada vendida por US\$ 5 mil para nada contar à polícia.

O outro filme, *A Rainha dos Ciganos*, tem implicações mais graves. Abre-se com uma pequena seqüência, onde uma bela e expressiva morena troca dinheiro no guichê do caixa. Em seguida, assalto e tiroteio na porta do banco: um velho é aciden-



Quando a televisão brasileira importa enlatados, diminui o mercado de trabalho dos nossos técnicos, artistas e autores. E oferece ao público filmes que nada têm em comum com a realidade nacional.

talmente fuzilado. Na infalível perseguição, os assaltantes fogem.

A bela morena, que na hora do tiroteio estava na porta do banco, é chamada à delegacia para reconhecer os ladrões através de fotografias. Ela rouba uma foto. Aparentemente para proteger o assaltante porque, em seguida, vamos saber que ela é cigana e como é típico de sua gente, segundo Kojak, vive de roubos e trambiques.

Aqui é bom registrar que o filme se detém na descrição dos ciganos do ponto de vista de Kojak. Ora, os críticos norte-americanos são os primeiros a denunciar a mediocridade desses novos enlatados. E eles atualmente descobriram que, por uma questão de sobrevivência, essas séries apelaram para enredos que utilizam os grupos étnicos minoritários a fim de colorir programas sem imaginação e de conteúdos semelhantes. Segundo li, esses críticos, para sustentar seus argumentos, têm como base o exemplo de Hollywood nos anos 50, quando produtores revestiam seus filmes medíocres com cenários exóticos como Hong-Kong,

Roma ou Paris e apresentavam o produto final em cinerama, cinemascope ou terceira dimensão. A conclusão foi simples: é possível que os produtores de TV dos anos 70 estejam usando as minorias da mesma forma, como cenários para tornar diferentes os programas que, em substância, nada mudam. *Sanford and Son*, por exemplo, é uma série da televisão inglesa que, nos Estados Unidos, sofreu uma violenta adaptação: o conflito de classes, originalmente concebido, foi transformado em disputa racial. Só isso demonstra a má fé dos produtores de enlatados: qualquer um sabe que a exploração capitalista é uma coisa e a opressão racista é outra.

Voltando à análise de *A Rainha dos Ciganos* convém acrescentar que a habilidade do roteiro foi estabelecer uma aparente identificação da cigana Marina com os assaltantes. Ela os descobriu e se infiltrou no meio deles. Enquanto isso, Kojak, através da morena, tentará apanhar os ladrões que cometeram o assassinato na porta do banco. No final, está reservada a surpresa: metida no meio dos ladrões, a cigana bolou um assalto genial para eles, iria embolsar uma parte da grana e, em seguida, denunciá-los. É claro que a cigana fica sem o dinheiro, mas não deixa de denunciar os bandidos. Uma apologia da traição e da delação.

E o orelhudo e careca Kojak? O que tem a ver conosco esse tenente que descobre os criminosos de Nova Iorque? A começar pelo tipo físico de Telly Savalas: certamente alguma pesquisa sociológica revelaria as razões de seu êxito junto aos telespectadores norte-americanos. Pelo menos, a pesquisa mostraria que ele foi produto de uma determinada situação vivida nos Estados Unidos: correspondeu então às projeções dessa situação. Frio, feio, impiedoso, fascista e, principalmente, um homem de ação: não é pela reflexão que ele chega às suas conclusões mas, com a ajuda das fichas e dos arquivos policiais, é pela ação que resolve os casos.

Conan Doyle, em algumas de suas admiráveis histórias, a todo instante coloca Sherlock Holmes debochando de Mr. Lestrade, da Scotland Yard, em determinados casos em que os dois são convocados. Holmes é a reflexão, a razão, a inteligência, a sensibilidade. Lestrade é o oposto disso. Enquanto Sherlock Holmes dá duas ou três cachimbadas e, sentado, pensando, descobre tudo, Lestrade é o homem do trabalho e da ação e, por isso mesmo, jamais acerta em suas deduções. Os autores de Kojak, infelizmente, foram buscar seu personagem em Lestrade: lamentável porque nós, principalmente no Brasil, cada vez mais precisamos de Sherlock Holmes.

CARTAS

Querem acabar com a Arena e o MDB. Qual o motivo, a invocação? Os jovens precisam de mais opções, mas a solução apresentada é puramente formalista. Criar mais partidos é enfraquecer e diluir a sistemática atual.

☆ Senhor Redator:

Somos mesmo uma gente de parafusos soltos. Como tenho certa idade, posso mencionar os fatos. Até 1930 o Brasil era um balaio de pequenos partidos, todos voltados para as mesquinhas lutas pela posse provinciana do poder. Veio a revolução liberal. E acabou com essa mixórdia

partidária que servia apenas aos interesses de pagés e sobas eleitorais. Criaram-se os partidos nacionais. Foi um avanço. Mas esses também se multiplicaram como cresce o câncer ou se multiplica a tênia. E a balbúrdia política se instalou no país. Paradigma dessa balbúrdia podemos encontrar nessa fato histórico: o mesmo homem – ditador Getúlio Vargas (sempre o foi) – criar ao mesmo tempo o PSD e o PTB. Como de seu velho hábito, o velho ximango gaúcho dava uma no cravo e outra na ferradura.

Aconteceram coisas, e a Revolução de 64 decidiu que em vez de vários partidos como os que infestavam o Brasil – PSP, PTB, PSD, UDN etc. –, nossa vida política deveria amoldar-se ao bipartidarismo: ser regida por dois grandes partidos nacionais. Surgiram então a Arena e o

de eleitores jovens estão chegando à idade de votar e precisam ter um leque maior de opções. Certo. Mas certo é também que a solução aventada é pura solução formalista. Não vai ao âmago do problema. E este está não no fato de existirem dois partidos, mas na necessidade de que esses dois partidos se mostrem cada vez mais sensíveis à realidade concreta do país, às aspirações populares, que se democratizem internamente etc. etc.

Criar mais partidos é enfraquecer, diluir a sistemática atual, que pode pecar por falta de representatividade, e não porque sejam expressão da teoria do bipartidarismo. Com três, quatro, cinco partidos mais, não se modificará o quadro político nacional, podendo até ocorrer inversão de expectativas, isto é, retrocesso, em virtude da inevitável fragmentação da vontade geral

MDB. Conhecemos seus vícios de origem, dos quais o mais grave é o artificialismo de sua instituição. Nasceram de cima para baixo, quando os verdadeiros partidos devem nascer precisamente de baixo para cima. Nas democracias, a vida política se faz nos partidos onde pobres e ricos, patrões e empregados, jovens e velhos convivem sob a bandeira de um programa bem definido. Partido não é sindicato. Partido é uma entidade mais universalista e, pela sua própria natureza, pluralista, já que abriga gente vinda de todos os quadrantes da sociedade.

Apesar dos vícios de origem, MDB e Arena se foram legitimando, que tanto pode o tempo – é remédio que cura todos os males. E agora, em que se pensa? Em acabar com o bipartidarismo. Qual o motivo? Qual a invocação? Que massas consideráveis

encarnada pelo eleitorado. Na posição atual de nossa evolução política creio que é temerário criar partidos novos. Não será pelo fato de serem novos que serão mais autênticos. A fonte da autenticidade partidária não está em número de colégios cívicos, mas na sua sintonia com o pensar e o sentir do país. Atrás desse pensar e desse sentir, empenhem-se os partidos atuais, e aquele que mais se identificar com a nação esse será a grande força política a modelar nossos destinos cívicos. O resto é desconversa de quem teme o aprimoramento das instituições políticas brasileiras, o qual só se pode dar no encontro com a vocação democrática do nosso povo, presente em toda a nossa história.

Agnele Costa
Belo Horizonte

A MORTE E AS VIDAS DE SÉRGIO MILLIET

JOÃO ANTÔNIO

Foi um dos raros intelectuais que sempre se comportaram de forma não empostada diante da cidade estabelecida, a sociedade quatrocentã. Com a mesma espontaneidade com que entrava no barzinho do Clube dos Artistas, em Vila Buarque, ele ia comer pratos italianos na encardida cantina Grande Europa, no Brás.

Mais difícil do que entender a lacuna cultural boêmia e humana que se fez após a morte de Sérgio Milliet, certamente será a compreensão de como ficaram certos círculos de São Paulo onde Sérgio costumava, de comum, aparecer ou mesmo fazer ponto.

Sérgio dava uma espécie de nobreza (sem aristocracia e sem falsa cultura) a esses lugares, ainda mais porque ele nunca os freqüentava em caráter artístico, ou antes, acompanhado de escritores, intelectuais ou artistas. Trazia a tiracolo, em geral, uma negra ou mulata e transmitia àqueles pontos da noite, uma humanidade até certo ponto discrepante com a indiferença e si-sudez de São Paulo.

Foi um dos raros intelectuais que sempre se comportaram de forma não empostada diante da cidade dita quatrocentã. Com a mesma espontaneidade com que entrava no barzinho do Clube dos Artistas, em Vila Buarque, ou ia ao Bar do Museu de Arte Moderna, na Rua Sete de Abril, ele aparecia naqueles cantos noturnos ou ia comer cozinha italiana no Brás, onde preferia uma cantina, a Grande Europa, suficientemente velha, encardida, sórdida. Com boa massa e bons vinhos.

Chegava a ser um corpo estranho para o comportamento geral da cidade. Curioso é que não era exatamente um homem brilhante na mesa. Mas tinha uma presença física, até física, que contrastava violentamente, fotogenicamente com a sisudez e contração de São Paulo. Sérgio conseguia descontraír aqueles ambientes paulistas, freqüentados quase cerimoniosamente por homens e, algumas poucas mulheres que faziam grupos definidos: artistas, jornalistas, cronistas, escritores etc. Ele, exatamente pela indefinição eclética do comportamento, acabava com aquela diferenciação de faixa cultural (social também, é claro).

A verdade é que com a morte de Sérgio Milliet, antes das 8 horas da manhã de uma quinta-feira, em novembro de 1966, tomando café na Praça Marechal Deodoro, em São Paulo, na casa de sua irmã Clementina, São Paulo perdeu uma de suas poucas figuras universalistas. Morte estúpida – um enfarte do miocárdio em um homem que nunca sofrera do coração.

A toda a bibliografia desse “inegavelmente um grande poeta”, conforme os respeitos de Carlos Drummond de Andrade, a toda a obra do cronista, do memorialista, do crítico e do pintor, poder-se-á juntar uma frase do próprio Sérgio: “uma pessoa inteligente pode fazer muitas coisas”. Isso foi dito nas alturas de uma madrugada saindo do Clubinho dos Artistas, em Vila Buarque (*Boca do Luxo*), rumo ao restaurante Parreirinha, última instância das noites do boêmio para comer ovos estrelados com farinha de mandioca por cima. A descoberta culinária era secreta, só revelada aos íntimos.

Mário de Andrade tinha uma definição pessoal:

– Aprecio o Sérgio porque é capaz de ir para Jundiá. E pela estrada velha.

Jundiá dista uma boa hora do centro de São Paulo. E pela estrada nova de rodagem.

Ao santo mau comportamento, a que ele foi fiel em vida e que o distinguiu dos demais, reúnem-se alguns pormenores de bom tempero, para futuros biógrafos e leitores mais jovens. Portador de um sorriso em quaisquer situações, jamais aparentando pressa e quase sempre calmo – três exceções de comportamento em São Paulo – foi um excelente especialista em assuntos africanos e folclóricos, fossem mulatos, mestiços ou crioulos, embora mostrasse raramente essa faceta.

Tinha um apartamento minúsculo, alugado na Rua Apa número 190, quase no centro da cidade, bairro de Santa Cecília, cujo endereço dava também aos não muito íntimos e não tinha, entre outras ausências providenciais, telefone. Também por esse motivo, Sérgio Milliet estabeleceu no *Paris Bar*, atrás da Biblioteca Mário de Andrade, o seu quartel-general. Mesa seis, sob um auto-retrato representando um palhaço (ele pintou uma série) em que recebia todos os dias, sem falta, ao meio-dia de segunda a sexta-feira, artistas, escritores, intelectuais e curiosos de todo o Brasil. Só não consta que tenha sido visto recebendo banqueiros.

Mas também não era de ferro. Descansava aos sábados e domingos e, sistematicamente, higienicamente, passava o fim de semana fora de São Paulo. Almoçava obrigatoriamente no *Paris Bar* e, prova absoluta disso: entre a boa centena de pessoas que o velaram no saguão da Biblioteca Municipal, entre quatro castiçais de prata e outros tratamentos, lá estavam também as figuras prosaicas e muito queridas dos garçons do *Paris Bar*, numa última fidelidade ao homem que sabia com propriedade emitir o título de doutor.

Foi um patriarca sem *ismos*, frente a problemas e discórdias surgidos em entidades que ele mesmo criou. E, depois, a ele recorrem sempre, em busca de equilíbrio, os desequilíbrios de dirigentes sucessores.

Estudou na Europa como muita gente, partindo do Brasil com 14 anos e, como pouca gente, terminou seus estudos lá por conta própria, retirando de seus primeiros escritos, em francês, um pouco do seu sustento, e indo buscar o restante num trabalho pouco típico de um intelectual. Sérgio Milliet, que dançava bem, foi professor de tango na França. Isto tudo nas imediações de 1917/19, quando publicou os poemas *Par le Sentier* e *Le départ sous la Pluie*.

Outros esclarecimentos que podem ser dados sobre Sérgio Milliet: sua decantada participação da Semana de Arte Moderna de 22 foi casual e, segundo ele mesmo: “com versos em

francês ditos pelo poeta genebrino Henri Mugnier. Só bem mais tarde comecei a escrever na minha língua. Antes fazia o contrário do que faço agora: vertia para o francês alguma literatura brasileira”.

Fez prosa de ficção nos tempos heróicos, ou simplesmente, mais jovens, e deixou *Roberto* romance, e *Duas Cartas no Meu Destino*, novela, mas logo enveredou pela crítica e pela poesia. Uma boa safra de versos e 10 volumes do *Diário Crítico* que, conforme Mário da Silva Brito, sem a sua leitura atenta ninguém poderá entender uma verdadeira literatura brasileira.

De acordo com os entendidos, principalmente o pintor Di Cavalcanti e o cronista Luís Martins, o homem Sérgio Milliet se dividiu em duas etapas, antes e depois da morte de seu filho Paulo Sérgio, desaparecido aos 18 anos. Na primeira fase, era um homem minuciosamente elegante, escolhendo a dedo o que comia, vestia ou bebia, exceto o uísque que de uísque, Sérgio jamais entendeu. Mas até os 68 anos, quando morreu, fumava intransigentemente cigarros americanos. Discípulo e até evangelista das idéias de Montaigne, depois de várias experiências políticas, resolveu viver “por conta própria”. Por muitos motivos, não era homem que pudesse viver sob a pressão de quaisquer *ismos*.

Os acenos da glória contrastavam violentamente com um fato fora de discussão – após sua morte, aberto o armário embutido de seu apartamento da Rua Apa, foram achados apenas três paletós e duas calças. Requisitado, solicitado, aguardado e, apesar de tudo, muito amado em São Paulo (“todos cantam sua cidade, a seu modo...” escreveu uma vez e, até onde não seria uma ironia?), Sérgio Milliet era o escritor paulista mais respeitado no Rio de Janeiro e se, por um lado, um Manuel Bandeira se referia a ele como “o homem de maior caráter que já conheci” e, Drummond o considera grande poeta, por outro lado, os poetas anônimos do Rio, freqüentadores dos bares tradicionais cariocas, sentiram igualmente a partida sem retorno de Sérgio. Principalmente os boêmios e participantes do livre movimento poético de bar, que Sérgio visitou religiosamente quando passava pelo Rio e, a que se referia com respeito, comparando essas rodas às melhores coisas vivas da inteligência carioca. desde os idos de Paula Nei.

Uma medida íntima do cidadão e poeta Sérgio Milliet: os que o conheceram de perto, não poderia esquecer o admirador de Noel Rosa que costumava, quando em quando, cantarolar uma versão que fez para o francês do samba *Fita Amarela*, e se demorar mais nestes versos:

“Quando eu morrer
Não quero choro nem vela
Quero uma fita amarela
Gravada com o nome dela.”